

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARCELA FISCHER FRIEDMAN**

**A DOCTRINA DA VANTAGEM MILITAR QUALITATIVA (VMQ) E AS  
RELAÇÕES ENTRE ISRAEL E OS ESTADOS UNIDOS**

**Porto Alegre**

**2016**

**MARCELA FISCHER FRIEDMAN**

**A DOCTRINA DA VANTAGEM MILITAR QUALITATIVA (VMQ) E AS  
RELAÇÕES ENTRE ISRAEL E OS ESTADOS UNIDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

**Porto Alegre**

**2016**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Friedman, Marcela Fischer  
A Doutrina da Vantagem Militar Qualitativa (VMQ)  
e as Relações entre Israel e os Estados Unidos /  
Marcela Fischer Friedman. -- 2016.  
102 f.

Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Israel. 2. Estados Unidos. 3. Doutrina da  
Vantagem Militar Qualitativa. 4. Aliança Estratégica.  
5. Auxílio Externo. I. Martins, José Miguel Quedi,  
orient. II. Título.

**MARCELA FISCHER FRIEDMAN**

**A DOCTRINA DA VANTAGEM MILITAR QUALITATIVA (VMQ) E AS  
RELAÇÕES ENTRE ISRAEL E OS ESTADOS UNIDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharela em Relações Internacionais pela  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins – Orientador – UFRGS

---

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte – UFRGS

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik – UFRGS

*Dedico este trabalho à minha família,  
que me mostrou o real significado de  
judaísmo: lutar para construir um  
mundo mais justo, mais humano e em  
paz.*

## AGRADECIMENTOS

O término da minha graduação, simbolizado na entrega desta monografia, é uma realização pessoal extremamente importante e muitos contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu chegasse até aqui. Manifesto aqui minha gratidão e reconhecimento a todas as pessoas incríveis que acompanharam minha trajetória acadêmica nos últimos cinco anos.

Agradeço, em primeiro lugar, à República Federativa do Brasil pela oportunidade de ingressar no curso de Relações Internacionais, em uma universidade pública e de excelência acadêmica. Agradeço também aos funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, principalmente aos professores da Faculdade de Ciências Econômicas, pelos ensinamentos, pelo estímulo à pesquisa e pelo exemplo. Em particular, agradeço ao meu orientador, o Professor José Miguel Quedi Martins, pelos ensinamentos ao longo de anos e aos demais membros da banca, Professores Érico Esteves Duarte e Marco Aurélio Chaves Cepik.

Agradeço imensamente o amor e o apoio incondicional da minha família, que sempre me incentivaram a traçar meu próprio rumo, seja em termos profissionais, acadêmicos ou pessoais, e que me amparou nos momentos de maior necessidade. Em especial, agradeço aos meus pais, Gilberto e Vivian, pelo exemplo que me deram: levo comigo a lição de que se for honesta e dedicada em todos os aspectos da minha vida, o sucesso virá como consequência. Agradeço também minha irmã Rafaela, minha mais antiga companheira, pela amizade e pelo carinho e às minhas avós, Renata e Mari, que sempre me receberam de braços abertos nos mais variados momentos.

Agradeço aos alunos do curso de Relações Internacionais, pelo ambiente de debate e de construção mútua. Agradeço aos membros da “equipe”, principalmente ao Humberto, que participaram intensamente do processo de construção desta monografia. Também agradeço à Laís, à Michelle, à Natália e à Roberta que me auxiliaram na revisão deste trabalho.

Agradeço especialmente a todos os meus amigos e amigas que fiz nesta caminhada. Agradeço à Luiza, à Michelle, à Natália, ao Régis e à Roberta pelos conselhos, pelas noites de pizza e por todos os incontáveis momentos alegres e coloridos que vivenciamos juntos. Por fim, agradeço fundamentalmente aos meus colegas da Turma 9 de Relações Internacionais e, sobretudo, às “Manas da 9”, pelas discussões, pelas risadas, pelo espaço para desabafos, pelo carinho e pelo apoio. Obrigada por serem como uma segunda família pra mim, tornando essa transição mais suave ao me lembrar, constantemente, da minha capacidade e potencialidade.

*“Israel will be giving up its future if it sees the status quo as its desire.”*

– Shimon Peres

## RESUMO

O presente trabalho propõe-se a examinar as relações entre os EUA e Israel em três períodos distintos: de 1969 a 1991, de 1991 a 2015 e de 2015 aos dias atuais. O objetivo central da monografia é, a partir da análise dos três períodos, explicar o que é a doutrina da Vantagem Militar Qualitativa (VMQ) e demonstrar que houve um gradual contingenciamento da mesma no segundo e terceiro períodos da análise. Procura-se, também, responder como o contingenciamento da VMQ afetou as relações entre Israel e EUA e como isso pode afetar a geopolítica do Oriente Médio. A primeira hipótese de trabalho sustenta que a VMQ surgiu como forma de fortalecer os EUA no cenário da Guerra Fria, após a experiência israelense nas Guerras de 1969 e 1973 terem consolidado o Estado-judeu como um aliado estratégico, sendo necessário garantir a sua sobrevivência em uma região hostil; entretanto com a reforma no perfil de força estadunidense e a promulgação da Doutrina Carter na década de 1980, adentrou-se uma fase transicional nas relações entre Estados Unidos e Israel. A hipótese que rege o segundo período de análise estabelece que esta transição culminou, no pós-Guerra Fria, em um contingenciamento da VMQ, dada a extensão da presença militar dos EUA no Oriente Médio, erodindo a aliança entre o país norte-americano e seu histórico parceiro na região – isto motiva ambos os países a buscarem novos aliados no Sistema Internacional. Por fim, a última hipótese argumenta que os efeitos as demais mudanças geopolíticas em curso no Oriente Médio (a chegada de outras potências estrangeiras à região, a assinatura do Acordo Nuclear de 2015, a ameaça do ISIS e a possibilidade de uma Arábia Saudita nuclearizada) somados aos do crescente distanciamento americano estão invertendo a correlação de forças regionais, colocando Israel em uma posição extremamente perigosa. Tentar-se-á comprovar ou refutar tais hipóteses, a fim de analisar a possibilidade de uma futura parceria entre Israel e Brasil.

**Palavras-chave:** Israel; Estados Unidos; Doutrina da Vantagem Militar Qualitativa (VMQ); Aliança Estratégica; Envio de Auxílio Externo.



## ABSTRACT

This study aims to examine the relationship between the USA and Israel in three different periods: from 1969 to 1991, from 1991 to 2015 and from 2015 to the present day. The main objective of this monograph is to explain the doctrine of Qualitative Military Edge (QME) and to demonstrate that there has been a gradual contingency of the same, from the second period of analysis onwards. It also seeks to answer how the contingency of QME has affected relations between Israel and the US and how this can affect Middle Eastern geopolitics. The first hypothesis holds that a QME emerged as a way of strengthening the US during the Cold War, after the Israeli experience in the Wars of 1969 and 1973 consolidated the Jewish state as a strategic ally, becoming necessary to ensure its survival in a hostile environment; however, with the reform of the US force profile and the promulgation of the Carter Doctrine in the 1980s, began a transitional phase in the US-Israeli relations. The hypothesis that governs the second period of analysis establishes that the transition culminated, in the post-Cold War period, in a contingency of QME, given an increase in the extension of the US military presence in the Middle East, eroding the alliance between the American country and its historic partner in the region - that is, it motivates both countries to seek new allies in the International System. Finally, the last hypothesis argues that the effects of the geopolitical changes in the Middle East (the arrival of other foreign powers to the region, the signing of the 2015 Nuclear Agreement, the threat ISIS represents and the possibility of a nuclear-armed Saudi Arabia) added to the effects of the increasing American detachment are inverting the regional correlation of forces, placing Israel in a very dangerous position. An attempt will be made to prove or refute such hypotheses, in order to analyze the possibility of a future partnership between Israel and Brazil.

**Key-words:** Israel; United States; Doctrine of Qualitative Military Edge (QME); Strategic Alliance; Foreign Aid Delivery.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Movimentações da Contraofensiva israelense no Golã.....	25
Figura 2 – Movimentações da Operação Gazelle.....	27
Figura 3 – Marcha para Beirute (1982).....	39
Figura 4 – Evolução da Postura Militar Estadunidense.....	45
Quadro 1– Presença militar estadunidense no Oriente Médio.....	56
Figura 5 – Bases Militares dos EUA e da OTAN no Oriente Médio.....	57
Gráfico 1 – Auxílio Externo dos Estados Unidos para o Oriente Médio.....	68
Quadro 2 – Acordos Militares entre Estados Unidos e Arábia Saudita.....	69
Figura 6 – Possível Proliferação Nuclear no Oriente Médio.....	71
Figura 7 – Extensão do EI em Março de 2015.....	80

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Auxílio Bilateral dos EUA para Israel entre 1973 e 1991 (em milhões de US\$)...30	
Tabela 2 – Pesquisas de Opinião Pública nos EUA, sobre a parceria com Israel.....59	

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAH	Asaib Ahl al-Haq
ADM	Armas de Destruição em Massa
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
AIPAC	Comitê para Assuntos Públicos dos EUA e de Israel
ALB	Batalha Aeroterrestre
AQI	Al-Qaeda no Iraque
CENTCOM	Comando Central dos Estados Unidos
CPA	Autoridade Provisória da Coalizão
CPI	Comissão de Investigação Parlamentar
CSBA	Center for Strategic and Budgetary Assessments
CSNU	Conselho de Segurança da ONU
CSS	Serviço de apoio ao combate
EAU	Emirados Árabes Unidos
ECM	Contramedida de guerra eletrônica
EI	Estado Islâmico
EII	Estado Islâmico do Iraque
EUA	Estados Unidos da América
GCC	Conselho de Cooperação dos Estados do Golfo
GE	Grande Estratégia
IAEA	Agência Internacional de Energia Atômica
IAF	Força Aérea Israelense
IDF	Forças de Defesa de Israel
IHS	Information Handling Services
ISIS	Estado Islâmico do Iraque e da Síria
ISR	Inteligência, vigilância e reconhecimento
ISW	Institute for the Study of War
JCPOA	Plano Geral de Ação Conjunta
KH	Kataib Hezbollah
MSC	Conselho Mujahidin Shura

ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P5+1	Cinco Membros Permanentes do CSNU e Alemanha
PL	Lei Pública
RDJTF	Força Conjunta de Deslocamento Rápido
RMA	Revolução nos Assuntos Militares
SAM	Míssil ar-superfície
SAR	Radar de Abertura Sintética
SEAD	Supremacia aérea e supressão de defesa antiaérea
SNI	Serviço Nacional de Informações
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
TRADOC	Comando de Formação e Doutrina
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VANT	Veículo Aéreo Não Tripulado
VMQ	Vantagem Militar Qualitativa

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>AS RELAÇÕES ENTRE EUA E ISRAEL DE 1969 ATÉ 1991: ANTECEDENTES E ADOÇÃO DA DOUTRINA DA VANTAGEM MILITAR QUALITATIVA</b> .....	19
2.1	<b>A Guerra de Atrito (1969): antecedentes à adoção da doutrina da Vantagem Militar Qualitativa (VMQ)</b> .....	21
2.2	<b>A Guerra de Yom Kippur (1973): a consolidação da parceria entre Israel e os EUA e a introdução da VMQ</b> .....	22
2.2.1	A Frente do Golã.....	23
2.2.2	A Frente do Sinai.....	26
2.2.3	A introdução da doutrina da Vantagem Militar Qualitativa: o final da Guerra de Yom Kippur e a Doutrina Nixon-Guam.....	29
2.3	<b>O período transicional: as lições do Vietnã e da Guerra de Yom Kippur, a Guerra do Líbano (1982) e a doutrina Carter</b> .....	31
2.3.1	O debate doutrinário nos EUA: os conceitos de Defesa Avançada e Batalha Aeroterrestre.....	32
2.3.2	A Guerra do Líbano (1982).....	36
2.3.3	Doutrina Carter e o Novo Perfil de Força dos EUA .....	40
<b>3</b>	<b>AS RELAÇÕES ENTRE EUA E ISRAEL DE 1991 A 2015: A DOUTRINA CONTINGENCIADA</b> .....	43
3.1	<b>Extensão da presença territorial estadunidense no Oriente Médio</b> .....	44
3.1.1	A Guerra do Golfo (1991).....	45
3.1.2	A Doutrina de Guerra ao Terror e as Invasões do Iraque (2003 - 2011) e do Afeganistão (2001 – 2014).....	49
3.2	<b>A quebra de moralidade: o poder da opinião pública e a continuidade do conflito entre israelenses e palestinos</b> .....	57
3.3	<b>A força do Lobby Judaico e a legislação de transferência de vasos navais, a PL 110-409 (2008): o “canto do cisne” da VMQ?</b> .....	62
3.4	<b>Conclusões Preliminares</b> .....	63
<b>4</b>	<b>AS RELAÇÕES ENTRE EUA E ISRAEL A PARTIR DE 2015: COMO O CONTINGENCIAMENTO DA VMQ ESTÁ INVERTENDO A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NO ORIENTE MÉDIO</b> .....	66
4.1	<b>A aproximação dos EUA com os países do Golfo: a ameaça posta pela Arábia Saudita à Israel</b> .....	67

<b>4.2 O Acordo Nuclear com o Irã: a resposta ocidental à crescente ameaça do Estado Islâmico</b> .....	72
4.2.1 Guerra Irregular Complexa .....	72
4.2.2 A ameaça do Estado Islâmico .....	74
4.2.3 A atuação iraniana para conter o avanço do Estado Islâmico na Síria: a política externa de Hassan Rouhani e a aproximação com os EUA .....	77
4.2.4 O Acordo Nuclear de 2015 como uma estratégia de contenção do Estado Islâmico. ....	79
<b>4.3 Projeção de poder de potências extrarregionais sobre o Oriente Médio: indicadores de instabilidade e missões securitárias.</b> .....	82
4.3.1 Inglaterra .....	83
4.3.2 França .....	84
4.3.3 Rússia .....	84
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95

## 1 INTRODUÇÃO

A construção da aliança<sup>1</sup> entre os EUA e Israel além de elucidar como se iniciam os processos de cooperação e conseqüentemente de formação de alianças no Sistema Internacional, demonstram as nuances na política externa estadunidense e como os diferentes eventos históricos foram percebidos pelas diferentes administrações governamentais do país. Conforme estas percepções variavam, era atribuído um papel maior ou menor a Israel na manutenção da hegemonia americana, o que afetou a evolução das relações entre os dois países. O melhor indicador prático destas nuances encontra-se nas diferentes fases da doutrina<sup>2</sup> da Vantagem Militar Qualitativa (VMQ), definida como a política americana de garantir a superioridade militar israelense frente aos seus adversários numericamente superiores.

São identificadas três fases distintas nas relações entre os dois países e na evolução da VMQ, correspondendo aos três períodos que orientarão a análise. O primeiro, de 1969 a 1991, representa a fase de origem e auge da VMQ. O segundo, de 1991 a 2015, representa um período de contingenciamento da doutrina. O terceiro período, de 2015 aos dias atuais, representa a fase de crise da VMQ, sinalizada pela diversificação de parcerias de ambos os EUA e Israel. O principal objetivo do trabalho é, a partir da análise destes três lapsos temporais, responder a seguinte pergunta: como surgiu a VMQ e como o contingenciamento da mesma, no período pós-Guerra Fria, vem afetando as relações entre Israel e EUA? Na sequência serão explicados, em mais detalhes, alguns dos principais eventos que desencadearam as diferentes fases da VMQ, bem como as principais hipóteses de trabalho da monografia.

O primeiro capítulo trabalhará as relações entre Estados Unidos e Israel entre 1969 e 1991, intervalo que corresponde a um período da Guerra Fria e trabalha os antecedentes e a adoção da Doutrina da Vantagem Militar Qualitativa (VMQ). No contexto de bipolaridade, as ações exercidas pelas duas superpotências impactavam as diferentes dinâmicas regionais, seja pela busca por zonas de influência seja pela manutenção da estabilidade na área. O Oriente Médio tinha uma importância ainda maior, não somente por sua riqueza em recursos energéticos, principalmente o petróleo, mas também sua localização estratégica entre três continentes – Europa, Ásia e África –, tornando-se um dos possíveis palcos-chave de batalhas,

---

<sup>1</sup> Para fins desta monografia, definem-se alianças como um pacto ou uma união entre duas ou mais entidades em prol de um objetivo comum.

<sup>2</sup> O termo ‘doutrina’ é aqui utilizado, não como uma doutrina oficial de política externa, mas sim uma prática duradoura das administrações estadunidenses.



no advento de uma confrontação entre URSS e EUA. Em mais detalhes, quem controlasse a região do Oriente Médio teria o controle do Golfo Pérsico e da passagem para o Oceano Índico assegurados, o que lhe conferiria uma posição extremamente vantajosa (BRZEZINSKI, 1987, p. 51-62; TAYLOR, 1991, p. 23-24; WALTZ, 1979, p. 234-237).

Portanto, a hipótese principal referente a este capítulo defende que a VMQ surgiu como forma de fortalecer os EUA no cenário da Guerra Fria: a experiência israelense nas Guerras de Atrito (1969) e de Yom Kipur (1973) fizeram com que os EUA percebessem Israel como um importante ator na dinâmica regional do Oriente Médio, com grande potencial para auxiliar os EUA na contenção da União Soviética. Assim, para garantir a sobrevivência do aliado, desenvolveu-se a doutrina de VMQ – uma política ativa de desenvolvimento das capacidades israelenses. A importância conferida ao Estado-judeu foi intensificada, ainda, com a promulgação da Doutrina Nixon-Guam, em 1969, que confiava um papel maior aos aliados na contenção do avanço comunista, sendo necessário equipá-los para tal (REIS, 2016, p. 10; TAYLOR, 1991, p. 32; WUNDERLE; BRIERE, 2008, p. 5;).

Entretanto, a hipótese secundária referente ao mesmo capítulo estabeleceu que, a partir da década de 1980, adentra-se um período transicional nas relações entre EUA e Israel. A transição ocorre em função da reestruturação do perfil de força estadunidense, iniciada como uma consequência da derrota no Vietnã, que passou a enfatizar a mobilidade estratégica e a construção de uma força de deslocamento rápido, o que acabou por distribuir as forças armadas estadunidenses ao redor do globo. Consequentemente, houve uma ampliação da presença física dos EUA no Oriente Médio – principalmente após a Guerra do Golfo. Este processo culminaria em um contingenciamento da VMQ a partir de 1991, no segundo período – e capítulo - de análise (BRZEZINSKI, 1987, p. 191; REIS, 2016, p. 1-5; 15).

Durante este lapso de tempo, entre 1991 e 2015, descrito em termos amplos como pós-Guerra Fria, a VMQ passa a sofrer um contingenciamento. Em outras palavras, reduziu-se em termos proporcionais/relativos a quantidade de auxílio enviada pelos Estados Unidos para Israel. A principal hipótese deste segundo capítulo sustenta que isto está relacionado com a extensão da presença dos EUA na região do Oriente Médio, após as duas Guerras do Golfo, quando o país começou a construir bases militares, a alocar contingente fixo e a desenvolver uma infraestrutura de base na região. A justificativa para a continuidade dessa presença extensiva se dá pela Doutrina de Guerra ao Terror, campanha militar que envolveu a ocupação do Afeganistão e do Iraque e que deslocou uma quantidade expressiva de soldados e material bélico para manter uma estabilidade nestes países. A presença física estadunidense, além do desaparecimento da ameaça soviética, acabou por reduzir o papel histórico de Israel na

manutenção de sua hegemonia, levando ao contingenciamento da doutrina (ALZANDANI, 2010; VINE, 2016).

Este processo é parcialmente reforçado pelo efeito da opinião pública, a cerca do conflito entre Israel e palestinos, que condena o apoio dos EUA ao aliado. A níveis mundiais, questiona-se cada vez mais a moralidade do Estado-judeu no conflito com base na proporcionalidade e violência da resposta contra os seus adversários, cuja intensidade aumentou gradualmente dada à sucessão de governos mais a direita do espectro político. Portanto, isso acaba por funcionar como uma restrição ao montante de auxílio militar que os EUA podem enviar à Israel sem prejudicar sua imagem pública ou a consecução de seus interesses nacionais, que inclui a construção de novas parcerias – inclusive com os países do Golfo e o Irã (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 34-40; 76).

Portanto, no terceiro capítulo será trabalhado tal processo de diversificação de alianças. Primeiramente, será analisado o processo ascendente de envio de armamentos para os países do Golfo, especialmente para a Arábia Saudita, a partir da década de 1980. O processo de militarização destes países levantou preocupações israelenses ao longo dos anos, mas adquiriu um caráter de urgência em 2013, com a notícia que os sauditas já teriam instalações para o lançamento de mísseis, capazes de atingir Israel. Portanto, o perigo de destruição de parte do seu território, intensificado com a notícia de um acordo de compras de ogivas paquistanesas em 2016, tornou-se mais concreto (WEZEMAN; WEZEMAN, 2014; Information Handling Services - IHS, 2013).

O acordo saudita-paquistanês foi motivado pelo anúncio de um Acordo Nuclear entre o P5+1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha) e o Irã, em 2015 (READ, 2016). Esse acordo foi resultado de um lento processo de aproximação entre EUA e a República Islâmica, no intuito de desenvolver as capacidades de guerra irregular iranianas para conter o avanço do Estado Islâmico. Tal acordo atende aos interesses de ambos os países, pois tem o potencial de restaurar o protagonismo regional do Irã dos anos anteriores e de fornecer uma forma menos custosa – em termos financeiros e de opinião pública – para os EUA garantirem seus interesses no Oriente Médio.

Esse redirecionamento das prioridades estratégicas estadunidenses conferiu maior espaço relativo para que outras potências estrangeiras atuassem no Oriente Médio. Sob a alegação de estarem trabalhando em prol da paz, do progresso, da moderação político-religiosa e da estabilidade regional, Inglaterra, França e Rússia puderam recuperar, parcialmente, a influência que tiveram sobre a região ao longo do século XX (CAMPBELL; ANDREWS, 2013, p. 3). A partir de todas estas informações, pode-se inferir a hipótese que

rege o terceiro capítulo: acredita-se que o efeito cumulativo do retorno destes países do Oriente Médio, do Acordo Nuclear de 2015, da ameaça do ISIS e a possibilidade de uma Arábia Saudita nuclearizada está invertendo a correlação de forças regionais, colocando Israel em uma posição extremamente perigosa.

A partir dos trabalhos de Neves Júnior (2015) e do Relatório da Comissão Winograd (2007), acredita-se que seja necessário, para que Israel evite essa inversão na correlação de forças, não somente manter a VMQ – encabeçada, a partir de agora, pelos investimentos do próprio estado israelense –, como retornar à massa (a incorporação de um grande número de conscritos). Em outras palavras, propõe-se a adoção de um modelo híbrido de forças armadas. Entretanto, para que isso seja alcançado, é preciso que o Estado-judeu encontre um parceiro capaz de oferecer ganhos de escala. Logo, justifica-se socialmente este trabalho ao se propor uma aliança com o Brasil, a criação de uma produtiva janela de oportunidade para o país sul-americano: uma parceria estratégica e um modo de atingir maior desenvolvimento militar – conferir-se-ia contingente e capacidade produtiva em troca de conhecimento e tecnologia israelense.

A presente monografia também se justifica em termos acadêmicos. Primeiramente, visto que os EUA são a maior potência mundial, qualquer possível mudança de suas alianças afeta a política internacional como um todo e deve receber atenção adequada dos pesquisadores da área. O marco teórico para isso é Mearsheimer (2001), que assume que as Relações Internacionais dependem exclusivamente da política das Grandes Potências, as quais, por sua vez, estão sempre em busca de oportunidades para ganhar poder sobre seus rivais, sendo a hegemonia o objetivo último. Deve-se ter em mente que a busca por hegemonia vai além da busca por acúmulo de capacidades, mas em estratégias para evitar que outros Estados alterem a balança de poder em seu favor. Logo, pode-se entender o desenvolvimento da parceria entre EUA e Israel e da VMQ, no período de Guerra Fria, como uma forma de garantir a supremacia norte-americana no Sistema Internacional e quaisquer mudanças qualitativas na mesma nos anos subsequentes devem receber apropriada atenção acadêmica.

Além disso, nota-se uma carência na literatura atual acerca do tema: ao consultar plataformas de artigos científicos online – tais como o Portal de Periódicos da CAPES, SciELO, o *Directory of Open Access Journals*, entre outros – e a coleção de livros das bibliotecas da UFRGS, percebe-se que trabalhos que analisam a doutrina de VMQ do Estado americano não estudam sua evolução histórica. Como falham neste aspecto, acabam por não identificar as fases mencionadas anteriormente e/ou conferem pouca ênfase a como as

diferentes doutrinas de política externa afetam a VMQ. Assim, encontra-se o elemento de originalidade da monografia, que, ademais, provê instrumentos para a compreensão do atual estado das relações entre Israel e EUA.

A fim de suprir tal carência, tentou-se coletar as informações necessárias ao desenvolvimento de uma monografia que avalie como os diferentes eventos históricos e doutrinas de política externa afetaram a VMQ e as relações entre Israel e os EUA. Utilizou-se – principalmente – de pesquisa bibliográfica em livros-texto, artigos, resenhas, periódicos e fontes primárias. Procurou-se traçar uma retrospectiva histórica, comparando as variações de discurso entre administrações estadunidenses, com a análise quantitativa do financiamento e das transferências de material bélico dos EUA para Israel, a fim de analisar como os diferentes eventos históricos afetaram a evolução da VMQ, tentando comprovar ou refutar as hipóteses estabelecidas. Os dados quantitativos foram retirados de bases de dados como a Biblioteca Digital do Congresso dos EUA, o SIPRI e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (da sigla em inglês, USAID). Finalmente, a partir do material coletado, estabelecer-se-ão possíveis cenários no médio e longo prazo sobre os potenciais efeitos da erosão da parceria entre EUA e Israel, a fim de compreender-se melhor o futuro da dinâmica geopolítica do Oriente Médio e, inclusive, do globo como um todo.

Por fim, resta mencionar como está organizada esta monografia. Como dito anteriormente, o trabalho foi dividido em três capítulos – excluídas esta introdução e as considerações finais – que correspondem a cada um dos períodos de análise. O primeiro deles, intitulado “As Relações entre EUA e Israel de 1969 até 1991: antecedentes e adoção da Doutrina da Vantagem Militar Qualitativa”, estudará os antecedentes e o auge da VMQ, além do período transicional nas relações entre os dois países, a partir da década de 1980. O segundo capítulo, intitulado “As relações entre EUA e Israel de 1991 a 2015: a Doutrina contingenciada”, examinará a relação de causalidade entre a extensão da presença militar dos EUA no Oriente Médio e o início de um processo de contingenciamento da VMQ – intensificado pelos efeitos da opinião pública acerca do apoio incondicional dos EUA à Israel. O terceiro capítulo, intitulado “As relações entre EUA e Israel a partir de 2015: como o contingenciamento da VMQ está invertendo a correlação de forças no Oriente Médio”, analisará o efeito cumulativo de três processos de mudanças geopolíticas que estão ocorrendo simultaneamente. Por fim, apresentam-se as conclusões alcançadas que, além de retomarem as hipóteses estabelecidas, explorará a possibilidade, no futuro, de uma parceria estratégica entre Brasil e Israel.

## **2 AS RELAÇÕES ENTRE EUA E ISRAEL DE 1969 ATÉ 1991: ANTECEDENTES E ADOÇÃO DA DOCTRINA DA VANTAGEM MILITAR QUALITATIVA**

O período da Guerra Fria (1947-1991) foi marcado por um Sistema Internacional pautado no princípio da bipolaridade, o qual foi definido pelo constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial: Estados Unidos e União Soviética. Apesar de um confronto direto entre os países não ter ocorrido, o cenário global estava definido pelo engajamento das duas superpotências na disputa por zonas de influência ao redor do globo, incluindo o Oriente Médio. (WALTZ, 1979, p. 234-237).

O Oriente Médio era considerado uma região em disputa por conectar os continentes asiáticos, europeu e africano, ter sido uma zona-líder da política terceiro-mundista e por representar a maior concentração de hidrocarbonetos de fácil extração do planeta. Ambas as superpotências queriam estabelecer o Oriente Médio como sua área de influência, acarretando um crescimento nas tensões entre elas. Essas tensões eram originárias da incompatibilidade de políticas externas das duas superpotências: enquanto a URSS buscava construir um cinturão securitário na zona sudoeste de sua periferia, os EUA primavam pela manutenção dos postos avançados conquistados pelas metrópoles coloniais nas décadas anteriores (TAYLOR, 1991, p. 23-24). Cientes dessa incompatibilidade e da dificuldade de alcançar suas metas, ambos os países reconheceram a importância de arrecadar aliados na região.

Por esta razão, gradualmente formou-se uma polarização em torno do conflito árabe-israelense. Durante a década de 1950, os EUA haviam estabelecido um sistema de defesa com os países do Pacto de Bagdá (Irã, Iraque, Paquistão e Turquia), enquanto seu rival havia consolidado uma clientela com os países árabes adjacentes. Neste último grupo de países árabes, incluía-se o Egito, que se envolvia em tensões crescentes com o Estado israelense. Com o intuito de reforçar os laços soviéticos na região, o país demonstrou simpatia ao governo de Nasser e concedeu ao Egito apoio financeiro e militar para o seu confronto com Israel. Com a escalada das hostilidades, culminando na Guerra de 1967, as duas superpotências foram forçadas a tomar lados e os EUA optaram por apoiar Israel (TAYLOR, 1991, p. 26-28). Esta decisão foi motivada pela necessidade de responder a ameaça à segurança israelense que os regimes nacionalistas, abastecidos por armamento soviético, significavam: os EUA não podiam se abster de um posicionamento frente a influência crescente dos regimes apoiados pela URSS (FELDBERG, 2003, p. 159; VISENTINI, 2012, p. 39).

A aliança, entretanto, adquiriu novas proporções durante a década de 1970, com a introdução da VMQ. Uma das hipóteses que regem este capítulo diz que a VMQ surgiu como forma de fortalecer os EUA no cenário da Guerra Fria: acredita-se que a experiência israelense nas Guerras de Atrito (1969) e de Yom Kipur (1973) fez com que os EUA percebessem Israel como um aliado estratégico para a contenção da União Soviética. Assim, para garantir a sobrevivência do aliado, desenvolveu-se a doutrina de VMQ, ou seja, os EUA passaram a primar pela manutenção de uma vantagem militar qualitativa israelense, baseada em superioridade em armamentos, táticas, treinamento e liderança com o objetivo de facilitar a vitória em combate contra inimigos numericamente superiores. Esse aspecto foi enfatizado, ainda, com a promulgação da Doutrina Nixon-Guam, em 1969, que confiava um papel maior aos aliados na contenção do avanço comunista. Dessa forma, os parceiros-chave (como Israel) seriam responsáveis pela manutenção do *status quo* em suas regiões, enquanto os EUA lhes dariam apoio em equipamentos e treinamento.

Já a segunda hipótese estabelece que, a partir da década de 1980, adentra-se um período transicional nas relações entre EUA e Israel. A transição ocorre em função da reestruturação do perfil de força estadunidense, iniciada como uma consequência da derrota no Vietnã. Sustenta-se que o desgaste causado pelo conflito deu origem a um debate doutrinário nos EUA, que foi definido em favor da doutrina da Batalha Aeroterrestre, após a experiência israelense no Líbano (1982) e a introdução da Doutrina Carter (1980). A escolha estadunidense deu início a reformas que enfatizavam a mobilidade estratégica, a construção de um grande contingente de deslocamento rápido, a flexibilidade e a iniciativa das forças armadas americanas, distribuindo-as sobre o globo e, conseqüentemente, levando a uma ampliação da presença física dos EUA no Oriente Médio – principalmente após a Guerra do Golfo. Isso acabou por contrariar os princípios da Doutrina Nixon, por deixar o aliado regional forte como um critério obsoleto, visto que os estadunidenses podiam contar com as próprias forças para defender seus interesses na região. Este processo culminaria em um contingenciamento da VMQ a partir de 1991, tema do próximo capítulo.

Exposto isto, este capítulo é dividido em quatro seções. A primeira delas versará, brevemente, sobre a Guerra de Atrito (1969) e os antecedentes à adoção da VMQ. A segunda trabalhará os acontecimentos da Guerra de Yom Kippur (1973) que, juntamente com a introdução da doutrina Nixon, consolidaram a parceria entre Israel e os EUA, originando a doutrina de VMQ. A terceira seção abordará o período transicional das relações entre os dois países, iniciado na década de 1980, a partir do debate doutrinário pós Vietnã, consolidado após o sucesso israelense na Guerra do Líbano (1982), e da introdução da doutrina Carter (1980). A

última seção recordará os principais pontos do capítulo, procurando estabelecer conclusões preliminares.

## **2.1 A Guerra de Atrito (1969): antecedentes à adoção da doutrina da Vantagem Militar Qualitativa (VMQ)**

O ano de 1967 significou um ponto de inflexão para geopolítica do Oriente Médio. Frente à ameaça de um ataque militar conjunto de Síria, Egito e Jordânia, Israel planejou uma ofensiva preemptiva contra os adversários árabes, dando início a Guerra dos Seis Dias em 05 de junho de 1967 (LONG, 1984). O conflito terminou com uma grande vitória militar israelense, já que em apenas seis dias, Israel neutralizou completamente as forças militares adversárias e anexou os territórios da Península do Sinai, da Faixa de Gaza, da Cisjordânia, das Colinas de Golã e da parte oriental da cidade de Jerusalém (VISENTINI, 2012, p. 39-42). Frente a humilhação sofrida e a inflexibilidade diplomática de Israel, os beligerantes derrotados retomaram as hostilidades o mais breve possível, especialmente a partir da Reunião dos “Três Não” (não negociar, não a paz e não ao Estado de Israel) de agosto de 1967, motivando as Guerras de 1969 e 1973 (DUNSTAN, 2003b).

Em 08 de março de 1969, iniciava-se uma estática guerra de atrito entre Israel e Egito que duraria até Agosto de 1970. Inicialmente, os beligerantes encontravam-se em situações semelhantes; porém, próximo ao final do ano de 1969, a campanha israelense anti-atrito começou a dar resultados. Frente a este quadro, Nasser opta por buscar o apoio soviético, em janeiro de 1970. Quase imediatamente, a potência aliada envia mísseis ar-superfície (da sigla em inglês, SAMs) e uma divisão de defesa aérea completa, incluindo uma brigada de assalto de MIG-21, para a defesa do Egito (ALONI, 2001, p. 16-20). Entre fevereiro e abril de 1970, percebia-se cada vez mais a presença soviética e a vantagem israelense caía significativamente, já que – em um primeiro momento – Israel procurou evitar confrontações diretas com a superpotência. Entretanto, a partir de maio daquele ano, isso deixou de ser uma opção: o principal inimigo israelense passou a ser a força aérea soviética, do contrário perderiam os territórios conquistados em 1967.

A despeito de Israel ter conseguido feitos significativos, como derrubar aviões egípcios e soviéticos<sup>3</sup>, o país estava perdendo a superioridade aérea conquistada sobre o Egito no ano anterior. Nesse momento, os EUA são envolvidos – indiretamente – no conflito: Israel acabou requisitando auxílio militar, recebendo dos americanos tecnologia de contramedidas

---

<sup>3</sup> Notoriamente, a destruição de cinco baterias soviéticas SA-2 e SA-3 (ALONI, 2001, p. 20-42).

de guerra eletrônica (na sigla em inglês, ECMs)<sup>4</sup>, o que permitiu aos israelenses retomar a superioridade aérea, evento simbolizado pelo abate de quatro aviões MIG-21 da URSS. Isso levaria, em agosto de 1970, à assinatura de um cessar-fogo pelo Egito, URSS e Israel, encerrando uma guerra que custou a Israel pelo menos 700 mortos e 2700 feridos, sendo as perdas árabes cinco vezes maiores (ALONI, 2001, p. 20-42; BUCKWALTER, 2012).

## **2.2 A Guerra de Yom Kippur (1973): a consolidação da parceria entre Israel e os EUA e a introdução da VMQ**

Nos três anos que sucederam a Guerra de Atrito, Sadat – que assumira o governo egípcio após a morte de Nasser - orquestrou junto ao presidente sírio, Hafaz al-Assad, uma ofensiva contra Israel, com o objetivo político de retomar os territórios conquistados por Israel durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967. O plano seria colocado em prática na Guerra de Yom Kippur, que iniciara – em 06 de outubro de 1973 – com ataque surpresa dos adversários árabes. Apesar dos alertas dos oficiais do Comando Norte e do Estado-Maior das Forças de Defesa de Israel (da sigla em inglês, IDF), que haviam notado as movimentações aéreas e concentrações de tropas nos territórios egípcio e sírio<sup>5</sup>, a cúpula governamental subestimou o potencial de atuação árabe. Optou-se por ignorar a sugestão de lançar um ataque preemptivo e, inclusive, não se mobilizou as forças da reserva; portanto, o primeiro golpe é absorvido pelo enxuto exército regular israelense despreparado – ao menos inicialmente – para enfrentar Síria e Egito em duas frentes distintas (ALONI, 2001, p. 42-47).

Seriam necessárias pelo menos 24 horas para que os reservistas fossem convocados e chegassem às frentes de batalha e para que a Força Aérea se reorganizasse, incorrendo em significativos avanços dos países árabes em ambas as frentes – as colinas do Golã e a península do Sinai. As duas frentes de combate tinham dinâmicas distintas entre si, a primeira remetendo ao conceito de Batalha em Profundidade e a segunda ao conceito de Defesa Avançada, inspirando um debate doutrinário nos EUA nos anos seguintes (TRIZOTTO, 2015, p. 33). Portanto, optou-se por dividir o estudo das operações da Guerra de Yom Kippur entre

---

<sup>4</sup> Eletronic Counter-Measures (ECM) – Contrainformações Eletrônicas, definidas pelo emprego de dispositivos e/ou técnicas com o objetivo de comprometer a eficácia operacional da atividade inimiga no espectro eletromagnético. Envolvem ações para neutralizar ou degradar as comunicações e radares do oponente, reduzindo sua capacidade de combate. As principais técnicas utilizadas são a interferência, produzindo ruídos e ecos na frequência utilizada pelo oponente, e o engodo, fazendo uso de chamarizes e transponders para imitar sinais falsos de radar. (POLMAR, 1979, p. 121)

<sup>5</sup> Era de conhecimento da inteligência militar israelense que aviões libaneses estavam atuando no Egito, parte de um esforço de Sadat para concentrar poder aéreo árabe em seu território e na Síria e aumentar suas Forças Aéreas, envolvendo o Iraque, a Líbia, a Argélia e o Marrocos.



o Golã e o Sinai e – visto que em um momento inicial, foi conferida prioridade à estabilização da frente síria, menos profunda – iniciar-se-á a análise por ela. (DUNSTAN, 2003a).

### 2.2.1 A Frente do Golã

Os ataques no Golã iniciaram às 13h55 do dia 06 de outubro, quando o exército sírio bombardeou a fronteira de Israel e realizou ataques aéreos sobre seus principais centros de comando. Inicialmente, apenas uma brigada israelense, a Brigada Barak, encontrava-se em estado de prontidão para o combate nas colinas e, portanto, o adversário incorreu em significativos avanços iniciais. Antes mesmo de Israel ter conseguido mobilizar suas reservas, três divisões de infantaria sírias (5ª, 7ª e 9ª Divisões), apoiadas pela 1ª Divisão Blindada, cruzavam a linha púrpura<sup>6</sup> e foram bem sucedidas em ocupar o Monte Hermon, principal ponto de observação em território israelense. (DUNSTAN, 2003a, p. 31-39).

O exército sírio conseguia, até o dia 07 de outubro, pressionar toda a linha fronteira de Israel, investindo sobre as principais brechas da defesa do IDF. A 5ª Divisão atuava em Rafid, na linha TAP (oleoduto transarábico, do inglês *trans-Arabian pipeline*)<sup>7</sup>, enquanto a 7ª Divisão atuava no Vale das Lágrimas<sup>8</sup>, posições que – se conquistadas – comprometeriam todo o controle israelense sobre o Golã (DUNSTAN, 2003a, p. 43-44). Israel sofria importantes perdas, dado seu despreparo inicial para o combate e inferioridade numérica, que se somavam a inabilidade da Força Aérea Israelense (da sigla em inglês, IAF) em adaptar-se ao desafio imposto pelas novas baterias de mísseis antiaéreos<sup>9</sup> (SAMs, da sigla em inglês) sírios (DUNSTAN, 2003a, p. 45).

Como mencionado anteriormente, o IDF conferiu prioridade à frente do Golã, visto que se tornaria uma corrida contra o tempo: caso a Brigada Barak e a Divisão Rafid não conseguissem retardar os avanços sírios, toda a Galiléia seria sitiada, comprometendo a principal fonte de água de Israel. Portanto, no dia 07 de outubro, tomam-se duas decisões que começam a reverter a desvantagem inicial israelense. Primeiro, optou-se por enviar todas as divisões de reserva o mais breve possível para o combate, sem receber treinamento prévio<sup>10</sup>,

<sup>6</sup> Linha de cessar-fogo estabelecida pela ONU, em 1967, após a Guerra dos Seis Dias.

<sup>7</sup> Oleoduto que se estendia de Qaisumah, na Arábia Saudita, a Sidón, no Líbano – cruzando a cidade de Rafid.

<sup>8</sup> Situado em um setor ao norte de Kuneitra, cidade no sudoeste da Síria, a 30km do Mar da Galiléia. Foi no Vale das lágrimas que ocorreu uma importante batalha de blindados: a 7ª Brigada Blindada, atuando em extrema desvantagem, conseguiu, ao final, com uma força de 20 tanques provocar a retirada da divisão síria (TRIZOTTO, 2015, p. 42).

<sup>9</sup> Mísseis projetados para serem lançados de plataformas, fixas ou móveis, de superfície para atingir aeronaves. São, portanto, sistemas de defesa antiaérea (MIZOKAMI, 2014).

<sup>10</sup> Decisão que começa a reverter a desvantagem israelense (DUNSTAN, 2003, p. 85).

e, segundo, planeja-se uma contraofensiva, a ser iniciada no dia 08 de outubro (DUNSTAN, 2003a, p. 50-53).

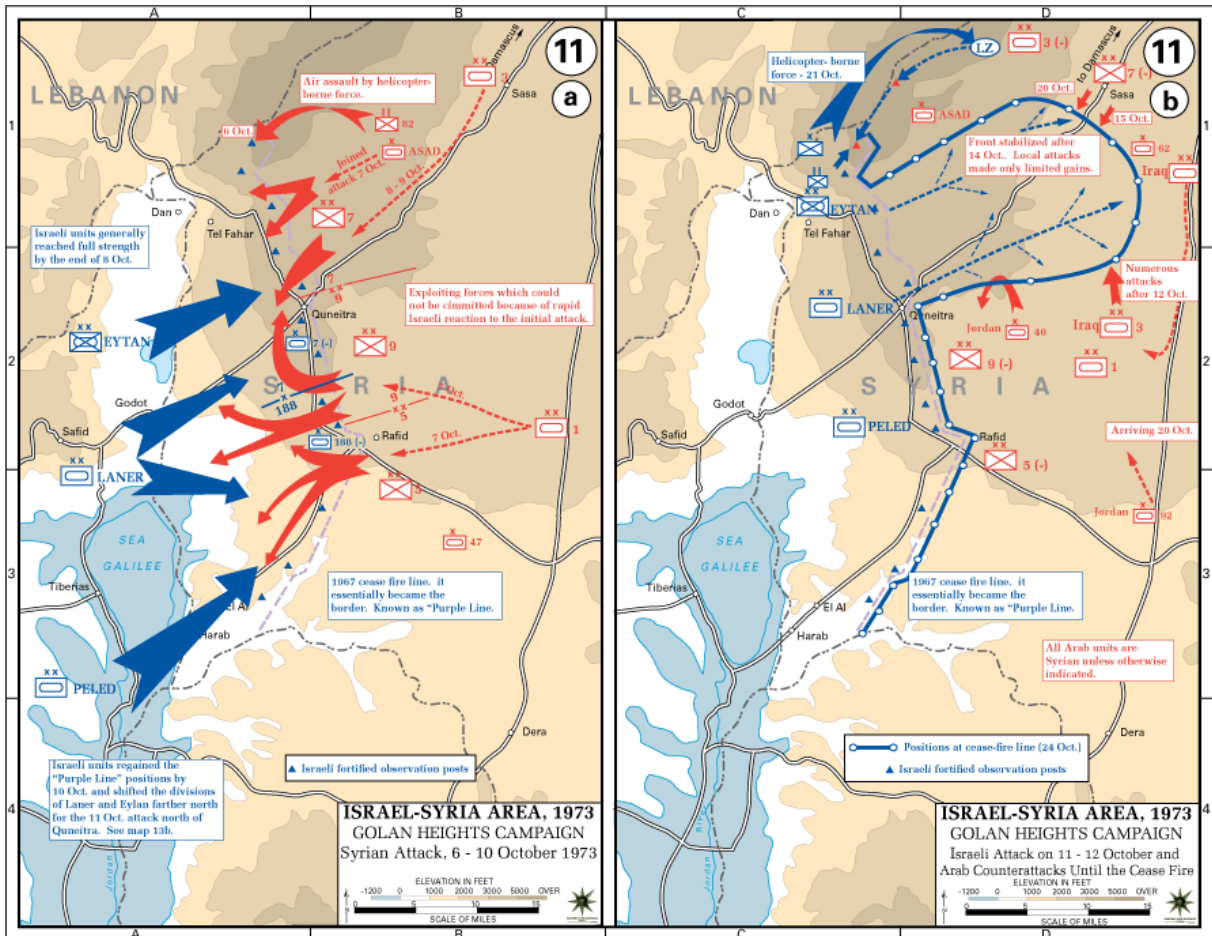
Aproveitando que o exército sírio estancara momentaneamente seu avanço nas proximidades de Hushniyah<sup>11</sup>, o Ministro Bar Lev orientou as Divisões Laner e Musa, compostas por reservistas, a liderarem a contraofensiva. A primeira – juntamente a Divisão Raful – atuou no Vale das Lágrimas, freando o avanço da 7ª Divisão síria no setor ao sul de Kuneitra, enquanto a segunda avançou em direção a El Al a fim de combater a 5ª Divisão de Infantaria síria (DUNSTAN, 2003a, p. 50-53). A ação combinada das duas divisões se constituiu em uma manobra conhecida como “movimento de pinça”, que colocou as linhas de suprimentos sírias sob ameaça em duas frentes distintas (DUNSTAN, 2003a, p. 60-67). A manobra obteve excelentes resultados, incorrendo em significativos avanços terrestres, principalmente quando – a partir do dia 08 de outubro – as divisões voltaram a contar com o apoio da IAF<sup>12</sup>. Portanto, no dia 10 de outubro, Hushniyah encontrava-se cercada e vulnerável à atuação dos tanques israelenses, forçando a retirada síria para a linha de cessar-fogo. A contraofensiva, então, passa por breve pausa nas hostilidades, entre os dias 17 e 21 de outubro, e, quando em 22 de outubro as IDF reconquistam Monte Hermon, a Síria aceita o cessar-fogo proposto pelo Conselho de Segurança (DUNSTAN, 2003a, p. 60-67).

---

<sup>11</sup>Região nas colinas do Golã, próxima a Nafach.

<sup>12</sup>A Força Aérea recuperara a superioridade aérea, após a destruição das baterias de SAMs sírias por fogo de artilharia e carros de combate, e se mostrou bem-sucedida na realização de interdições em pontos estratégicos – infraestrutura, energia e radares –, dificultando a comunicação e a chegada de mantimentos às forças sírias (DUNSTAN, 2003, p. 60-67).

Figura 1 – Movimentações da Contraofensiva israelense no Golã



Fonte: United States of America (2012b)

Prevendo a vitória israelense, a cúpula decisória de Golda Meir optou por avançar para além da linha púrpura, estabelecendo um enclave defensivo capaz de atingir Damasco com artilharia de longa-distância. Esta decisão estratégica foi tomada a fim de dar término ao conflito, evitando uma possível intervenção militar soviética<sup>13</sup>, a exemplo do que ocorrera na Guerra de Atrito (1969) contra o Egito. A guerra encerra-se no dia 22 de outubro, quando Assad aceita o cessar-fogo proposto pelo Conselho de Segurança da ONU (DUNSTAN, 2003a, p. 67-81). A contabilidade final indicou que o combate na frente do Golã implicara em 3100 baixas e 6000 feridos no lado sírio e 772 baixas e 453 feridos do lado israelenses. Um acordo de paz definitivo só foi alcançado em 1974, dada a intensa atuação de Henry Kissinger, Secretário de Estado dos EUA durante o governo Nixon (DUNSTAN, 2003, p. 83).

A despeito da vitória militar de Israel, a Guerra de Yom Kippur foi interpretada como uma derrota política e geoestratégica, em âmbito doméstico. Quebraram-se ambos o consenso democrático centrado no Partido Trabalhista, quanto a imagem de Israel como um “exército

<sup>13</sup>Desconsidera-se aqui o auxílio econômico e o envio de armamentos à Síria pela URSS.

invencível” e como potência regional, criada durante a Guerra de 1967. Segundo Dunstan (2003a, p. 87), essa quebra de imagem agravou-se com a dependência crescente de Israel em relação ao apoio militar, diplomático e econômico dos EUA. Aqui atesta-se o início da VMQ.

The image of an invincible IDF and the concept of a regional superpower were dispelled with Israel evermore dependent on the United States for military, diplomatic and economic support in the face of a hostile world.<sup>14</sup> (DUNSTAN, 2003a, p. 87).

### 2.2.2 A Frente do Sinai

Os combates, na frente do Sinai, iniciaram-se às 13h45min do dia 06 de outubro de 1973. Precedidas por um ataque aéreo sobre alvos estratégicos – SAMs, pistas, aeródromos, postos de comando, radares e linhas de suprimento – e sobre as posições israelenses na Linha Bar Lev<sup>15</sup>, as forças egípcias rapidamente cruzaram e consolidaram posições a leste do Canal de Suez – ao amanhecer do dia 07 de outubro, cinco divisões de infantaria egípcias haviam logrado cruzá-lo (DUNSTAN, 2003b, p. 49-50). Visto que, entre os dias 06 e 10 de outubro, a prioridade fora conferida a frente do Golã, as forças dedicadas à contenção do avanço egípcio no Sinai ainda estavam desorganizadas e, conseqüentemente, sofreram pesadas perdas.

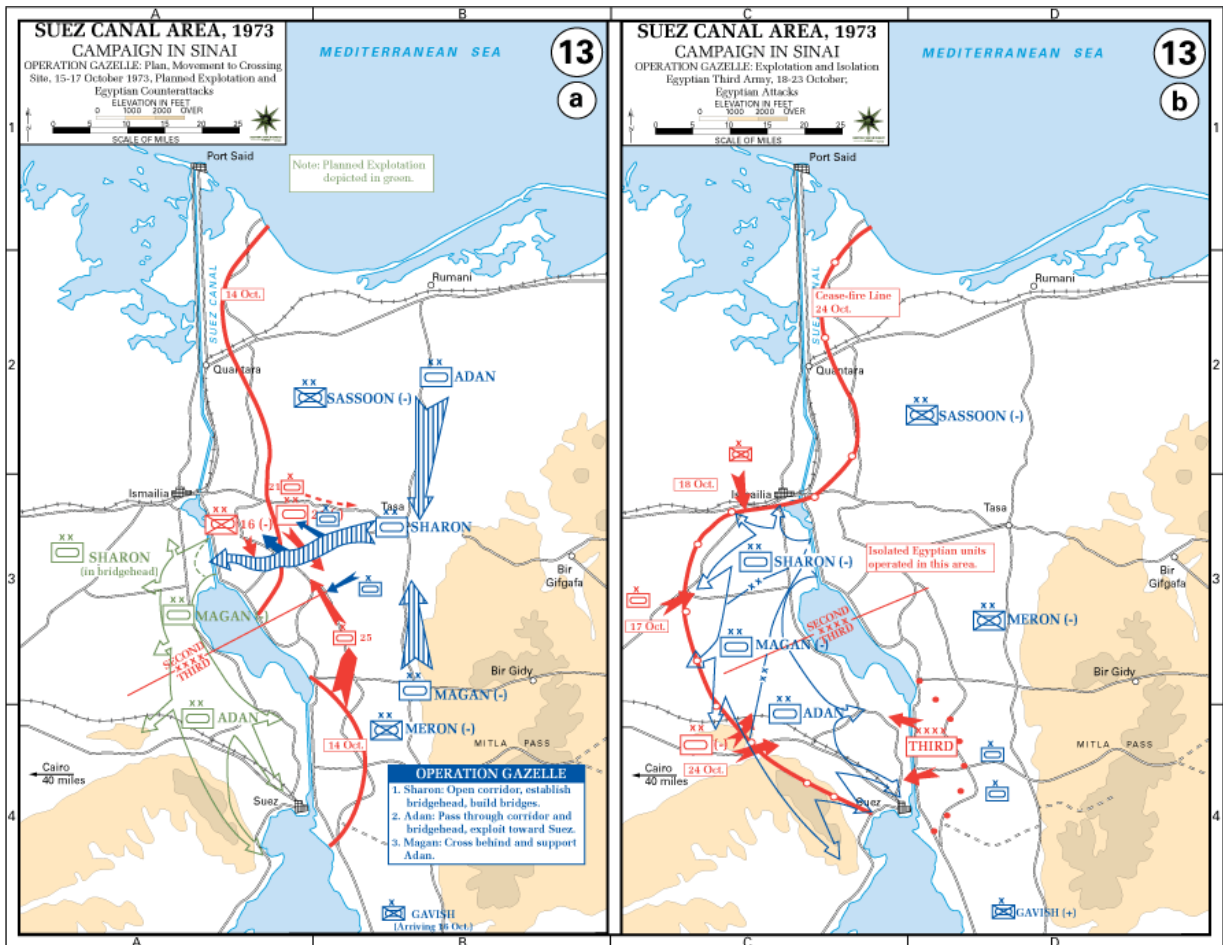
Após todas as forças egípcias conseguirem cruzar o Canal, optou-se uma pausa operacional: entre os dias 8 e 11 de outubro adentra-se uma nova fase do conflito, de caráter mais defensivo. Ambos os lados aproveitaram o momento para se preparar para um novo embate – os reservistas chegaram ao local de batalha e os países reequiparam-se. A ideia egípcia era consolidar e estender sua cabeça de ponte, infligindo um maior número de perdas para o IDF, enquanto, simultaneamente, avançasse na costa do Sinai em direção a Ras Sudur e Sharm El-Sheikh<sup>16</sup>. Já a ideia israelense era planejar uma contraofensiva – o momento era ideal, visto que havia sido revertida a desvantagem israelense no Golã e que os blindados egípcios encontravam-se comprometidos (DUNSTAN, 2003b, p. 68-77).

<sup>14</sup>De tradução livre: “A imagem de um IDF invencível e o conceito de uma superpotência regional foram dissipadas com Israel cada vez mais dependente do apoio militar, diplomático e econômico dos Estados Unidos em face de um mundo hostil.” (DUNSTAN, 2003, p. 87).

<sup>15</sup>Remete a uma linha de fortificações israelenses ao longo do Canal de Suez cuja função era oferecer cobertura aos principais pontos de passagem e estradas que levassem ao Canal.

<sup>16</sup>Cidades na região sul do Sinai, próximas a costa do mar Vermelho.

Figura 2 – Movimentações da Operação Gazelle



Fonte: United States of America (2012b)

A contraofensiva conhecida como Operação Gazelle, estruturada pela divisão do general israelense Ariel Sharon, iniciou no dia 14 de outubro. O plano tinha três objetivos a serem alcançados: primeiro, estabelecer uma cabeça de ponte na margem oeste do Canal, área relativamente desprotegida, entre o 2º e o 3º Exércitos egípcios; segundo, proteger o local de passagem na margem leste; e, terceiro, liberar as estradas militares Akavish e Tirtur, para a passagem do material de engenharia necessário ao sucesso da operação. Se bem-sucedidos, uma última brigada, liderada pelo próprio Sharon, deveria atravessar o canal, a fim de expandir a cabeça de ponte ao norte e ao sul, isolar o 2º Exército e destruir as baterias de SAMs egípcias (DUNSTAN, 2003b, p. 68-77).

O sucesso da empreitada em estabelecer uma cabeça de ponte não pode ser subestimado: ela funcionou como uma poderosa ameaça à retaguarda inimiga, além de servir como base para o envio de tropas para, de fato, cortar as linhas de suprimentos do 2º e 3º Exércitos egípcios (DUNSTAN, 2003b, p. 85-90). Foi graças ao estabelecimento da cabeça de ponte que, a partir do dia 19 de outubro, outras duas divisões israelenses – as Divisões Magen

e Adan – tiveram sua passagem pelo Canal garantida, podendo assegurar posições na cidade de Suez, isolar o 3º Exército e destruir as capacidades antiaéreas egípcias (DUNSTAN, 2003b, p. 68-77).

Nesse momento, quando estava claro que os países árabes perderiam a guerra, a Rússia intervém diplomaticamente, clamando por um cessar-fogo que impedisse a completa derrota egípcia e garantisse alguns dos avanços conquistados no início do conflito. Em conjunto com os EUA, no dia 22 de outubro, elaborou-se um documento de trabalho – que viria a ser publicado na forma da resolução 338 do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) – que clamava por um cessar-fogo e pelo início das negociações por uma paz duradoura. Diante da pressão diplomática, Israel intensificou a ofensiva em ambas as frentes, síria e egípcia, inclusive orquestrando uma última tentativa de tomar a cidade de Suez, no dia 24 de outubro. Somente no dia 25, após a publicação de outras duas resoluções do CSNU, que o conflito chega ao seu fim (ALONI, 2001, p. 48-58; DUNSTAN, 2003b, p. 89-90).

A guerra implicou 12000 baixas, 35000 feridos e 8400 prisioneiros no lado egípcio e 2687 mortes, 7251 feridos e 314 prisioneiros do lado israelense. Entretanto, como mencionado na seção anterior, o principal custo da guerra fora político: a perda de consenso político doméstico, a quebra do mito da invencibilidade do IDF e a percepção de uma crescente dependência da ajuda dos EUA. Referente a este último ponto cabe ressaltar que o próprio lançamento da contraofensiva israelense na frente egípcia dependeu da Operação Nickel Grass, realizada pelos EUA entre os meses de outubro e novembro de 1973, que consistiu no transporte aéreo de armamentos, munições e suprimentos para o aliado israelense<sup>17</sup>. A importância do auxílio norte-americano, nesse momento crucial da conflagração, não pode ser subestimada, pois ultrapassou o esforço soviético de reequipar o Egito e a Síria<sup>18</sup> (DUNSTAN, 2003b, p. 67-68).

---

<sup>17</sup>A operação incluiu o envio de 88 aeronaves de alto nível tecnológico, mais especificamente 40 F-4 Phantom II, 36 A-4 Skyhawk e 12 cargueiros C-130 Hércules. Ainda, acredita-se que a decisão estadunidense tenha sido fortemente influenciada pelo *lobby* judaico nos EUA, a rejeição dos países árabes das propostas de cessar-fogo e o medo que Israel lançasse mão de seu arsenal nuclear (DUNSTAN, 2003: 67). Acredita-se que a decisão estadunidense tenha sido fortemente influenciada pelo *lobby* judaico nos EUA, pela rejeição dos países árabes das propostas de cessar-fogo e pelo medo que Israel lançasse mão de seu arsenal nuclear (DUNSTAN, 2003b, p. 67).

<sup>18</sup>Os adversários israelenses receberam da URSS aproximadamente 1.200 tanques e 300 aeronaves MiG-21 (DUNSTAN, 2003b, p. 68).

### 2.2.3 A introdução da doutrina da Vantagem Militar Qualitativa: o final da Guerra de Yom Kippur e a Doutrina Nixon-Guam

Com a vitória de Israel na Guerra de Yom Kippur, inaugura-se um breve período de relativa tranquilidade, momento que o Estado-judeu aproveitou para introduzir novos armamentos e tecnologia, desenvolver novas táticas e reorganizar-se. Enfatiza-se o processo de modernização tecnológica – cujo foco inicial fora o reequipamento da IAF e o desenvolvimento de contramedidas à defesa antiaérea – em que os EUA tornam-se seus maiores parceiros, momento em que se identifica o início da Doutrina da Vantagem Militar Qualitativa (ALONI, 2001, p. 60-61).

Esse projeto de promoção tecnológica de Israel coincidiu com a administração do Presidente Nixon, cuja política externa foi orientada por Henry Kissinger. A Doutrina Nixon de 1969 havia estabelecido que os EUA assistiriam a defesa e desenvolvimento de seus aliados, atuando via auxílio econômico e militar e fornecendo a proteção de seu “guarda-chuva” nuclear, mas sem o emprego direto de tropas. Nixon procurou formar um sistema mundial de détente, apoiado na superpotência americana, que relegava aos aliados regionais estadunidenses a responsabilidade pela contenção do comunismo, liberando as Forças Armadas dos EUA de conflitos em locais como o Oriente Médio, Ásia ou África e permitindo que seu foco se voltasse novamente à União Soviética (REIS, 2016, p. 10).

Para o Oriente Médio, isso significou enfatizar Israel como parceiro regional para a contenção da URSS, sendo necessário conferir-lhes os meios para isso (TAYLOR, 1991, p. 32). Em outras palavras, no contexto de Guerra Fria, Israel tornou-se um parceiro estratégico para contenção da URSS, sendo necessário garantir sua sobrevivência em um ambiente hostil, com adversários numericamente superiores e clientes da URSS. Isso ocorreria por meio da manutenção de uma vantagem militar qualitativa, baseada na superioridade de armamentos, táticas, treinamento e liderança, portanto convergindo com o processo de modernização tecnológica mencionado acima (WUNDERLE; BRIERE, 2008, p. 5). Analisando os dados empíricos de transferência de recursos financeiros durante as décadas de 1970 e 1980, comprova-se que de fato existiu uma atuação ativa dos EUA para a manutenção da VMQ no período (TAYLOR, 1991, p. 28-33; UNITED STATES, 2014, p. 23-30). Estes dados estão contidos na tabela abaixo.

Tabela 1 – Auxílio Bilateral dos EUA para Israel entre 1973 e 1991 (em milhões de US\$)

Ano Fiscal	Total	Empréstimo Militar	Concessão Militar	Empréstimo econômico	Concessão Econômica
1973	430,9	300,0	-	-	50,0
1974	492,8	307,5	-	-	50,0
1975	2.621,3	982,7	1.500,0	-	50,0
1976	2.337,7	750,0	750,0	225,0	475,0
1977	1.762,5	500,0	500,0	245,0	490,0
1978	1.822,6	500,0	500,0	260,0	525,0
1979	4.888,0	2.700,0	1.300,0	260,0	525,0
1980	2.121,0	500,0	500,0	260,0	525,0
1981	2.413,4	900,0	500,0	-	764,0
1982	2.250,5	850,0	550,0	-	806,0
1983	2.505,6	950,0	750,0	-	785,0
1984	2.631,6	850,0	850,0	-	910,0
1985	3.376,7	-	1.400,0	-	1.950,0
1986	3.663,5	-	1.722,6	-	1.898,4
1987	3.040,2	-	1.800,0	-	1.200,0
1988	3.043,4	-	1.800,0	-	1.200,0
1989	3.045,6	-	1.800,0	-	1.200,0
1990	3.034,4	-	1.792,3	-	1.194,8
1991	3,712,3	-	1.800,0	-	1.850,0

Fonte: elaborada pela autora a partir de Sharp (2014).

Ao comparar os dados contidos na tabela, particularmente os dados de 1979 e 1980, nota-se uma queda significativa do montante total de auxílio enviado. Isto coincidiu com a promulgação da Doutrina Carter, que atribui um papel mais assertivo as tropas americanas na manutenção da estabilidade do Oriente Médio. A Doutrina presidencial conferiu menor ênfase aos parceiros regionais na estratégia de contenção soviética e, portanto, cortaram significativamente os auxílios enviados a eles. Isto marca o início de um período transicional da VMQ, que será analisado na sequência.



### **2.3 O período transicional: as lições do Vietnã e da Guerra de Yom Kippur, a Guerra do Líbano (1982) e a doutrina Carter**

A despeito da existência de uma política ativa de manutenção da VMQ, a partir de meados da década 1980, notam-se nuances na Grande Estratégia (GE)<sup>19</sup> estadunidense e nos dados contidos na tabela acima. Isto indica que os EUA adentraram um período transicional em sua cultura política-estratégica após o fim da administração Nixon, com consequências profundas para sua parceria com Israel e para a VMQ. A maior derrota militar estadunidense – a Guerra do Vietnã<sup>20</sup> – deu início a um período de crescente fragmentação social, de fracasso da cultura estratégica americana e de crescente insatisfação com o governo Nixon. Portanto, é possível inferir que o descontentamento pós-Vietnã motivou uma reformulação da GE e do perfil de força dos EUA, tendo consequências profundas para o relacionamento com Israel e para a manutenção da VMQ, consequências que seriam sentidas – principalmente – após a Guerra do Golfo de 1991.

A intervenção americana na Guerra do Vietnã (1964 – 1973) foi interpretada como uma grande humilhação, pois – apesar de seu imenso poder militar e econômico – os norte-americanos falharam em seu objetivo de conter as milícias comunistas do Vietnã do Norte. Conforme o dispêndio econômico e de pessoal aumentava, sem obter resultados satisfatórios no conflito, a vontade política de continuar a guerra foi dissipada; os EUA acabaram por perder a base de sustentação doméstica para a continuidade do conflito, sendo obrigados a se retirarem do país em 1973. Como dito anteriormente, a derrota na Guerra do Vietnã provocou uma situação de insatisfação popular e de descrença nos objetivos definidos pela Grande Estratégia estadunidense, dando origem a uma crença acerca da necessidade de reforma da política externa e da cultura estratégica estadunidense, visto que a própria legitimidade da força militar dos EUA e do governo de Nixon encontrava-se em xeque (LOCK-PULLAN, 2006, p. 26-43).

Nesse momento, inaugura-se o período transicional mencionado e, como consequência, nas décadas seguintes operou-se uma reforma do perfil de força estadunidense. O debate doutrinário que definiu as diretrizes dessa reforma esteve centrado nas lições da vitória israelense na Guerra de Yom Kippur (1973) e em dois conceitos extraídos da mesma: a Defesa Avançada e a Batalha Aeroterrestre (LOCK-PULLAN, 2006, p. 55-58). O debate encerraria

---

<sup>19</sup> Definida como a articulação das capacidades políticas, militares e econômicas para atingir interesses securitários vitais, que podem variar conforme as percepções de mundo das lideranças políticas e burocracia no poder nas diferentes administrações (REIS, 2016).

<sup>20</sup> Que ocorre simultaneamente à vitória israelense na Guerra de 1973.

durante a década de 1980, após a experiência de Israel na Guerra do Líbano (1982) e a introdução da doutrina Carter – proposta mais conservadora para GE que ganha terreno após o escândalo de Watergate<sup>21</sup> e a renúncia de Nixon (MARTEL, 2015, p. 282-286).

### 2.3.1 O debate doutrinário nos EUA: os conceitos de Defesa Avançada e Batalha Aeroterrestre

No período pós-Vietnã, enfatizava-se a necessidade de reforma e de uma nova concepção do Exército estadunidense. Os seguintes fatores eram colocados como as razões da humilhante derrota dos EUA: a falta de apoio do público e do Congresso norte-americanos; a falta de uma delimitação precisa dos objetivos políticos-estratégicos; uma dissintonia entre o Poder Executivo e as forças militares; e a crescente desmobilização nacional e as falhas na convocação das reservas. Era a crença comum que o conjunto desses fatores clamava por uma reformulação do Exército, centrada na profissionalização das Forças Armadas<sup>22</sup>, no redirecionamento do foco para uma guerra potencial no Front Central da OTAN e no processo de formação de líderes militares (LOCK-PULLAN, 2006, p. 35-43).

O principal marco organizacional de promoção destas mudanças foi o estabelecimento do Comando de Formação e Doutrina (da sigla em inglês, TRADOC), concebido pelo General William E. DePuy, em 1973, mesmo ano em que eclodira a Guerra de Yom Kippur (LOCK-PULLAN, 2006, p. 44-69). O sucesso estonteante da experiência israelense obscureceu quaisquer lições que pudessem ter sido extraídas da Guerra do Vietnã – interpretada como uma anormalidade na história americana – e, portanto, o estudo das operações da Guerra de Yom Kippur (1973) passou a nortear as revisões que o TRADOC deveria realizar, além de prover a base de orientação e teste para a nova orientação de profissionalismo militar do Exército dos EUA. Portanto, é possível inferir que foi a análise dessa campanha no Oriente Médio que definiu a agenda de reformas<sup>23</sup>, pois DePuy via a Guerra de 1973 como a representação do que passariam a ser os confrontos modernos (LOCK-PULLAN, 2006, p. 55-58).

[...] in October of 1973, the Arabs attacked Israel. In 18 days, about two thousand Arab tanks were destroyed along with 4 or 5 hundred Israeli tanks and all sorts of other fascinating consequences became apparent. This was the

<sup>21</sup>Referente ao assalto à sede do Comitê Nacional Democrata, no Complexo Watergate, em Washington. Durante a campanha eleitoral, cinco pessoas foram detidas quando tentavam fotografar documentos e instalar aparelhos de escuta no escritório do Partido Democrata, realizado com o consentimento de Nixon (MARTEL, 2015).

<sup>22</sup>O que nos EUA correspondeu ao fim da conscrição.

<sup>23</sup>O elevado poder de fogo e a destruição humana e material acarretada por ela, bem como a maneira pela qual Israel atingiu a vitória, serviram como referência para exaustivos estudos por parte do TRADOC (REIS, 2016, p. 11).

first large scale confrontation between two forces equipped with modern weapons representative of those found in the hands of NATO and the Warsaw Pact<sup>24</sup>. (DEPUY, 1973<sup>25</sup> *apud* LOCK-PULLAN, 2006, p. 56).

A primeira proposta de reforma publicada pelo TRADOC, em 1976, foi denominada doutrina de Defesa Ativa. Baseada na observação da batalha nas Colinas do Golã, a doutrina propunha que, no advento de um conflito na frente ocidental, as forças da OTAN deveriam manter uma estratégia defensiva de atrito – caracterizada por elevado poder de fogo e destruição – até a chegada de reforços, que permitissem um ataque em profundidade, nos escalões mais à retaguarda do inimigo. A ideia, porém, foi logo abandonada por ser muito conservadora, nucleada em torno do atrito e da postura defensiva, podendo exaurir muito as forças dos EUA e da OTAN – o que não seria muito bem recebido pela opinião pública depois da experiência do Vietnã. Logo, retomaram-se as discussões acerca das lições a serem incorporadas pelos EUA da Guerra de 1973, debate que giraria em torno de dois polos: a Defesa Avançada e a Batalha em Profundidade, esta última precursora da Batalha Aeroterrestre (ALB, da sigla em inglês), que correspondiam às dinâmicas das duas frentes de combate, o Sinai e o Golã, respectivamente (REIS, 2016, p. 11).

O primeiro conceito pode ser encontrado nos argumentos de Mearsheimer (1982) sobre a Frente Central da OTAN. De acordo com o autor, a OTAN não seria capaz de vencer o Pacto de Varsóvia em uma guerra convencional, mas conseguiria negar à URSS uma vitória rápida, transformando o conflito em uma guerra de atrito. Isso reverteria a vantagem para o lado ocidental, devido ao seu contingente populacional e recursos econômicos. Em outras palavras, a semelhança entre as forças soviéticas e da OTAN – a despeito de uma leve superioridade numérica do Pacto de Varsóvia – faria com que a vitória nesse front dependesse de decisões estratégicas; e Mearsheimer (1982) acreditava que a melhor estratégia é a aplicação da Defesa Avançada. Esse conceito operacional diz respeito a repelir tentativas de uso da força pelo inimigo antes que este consiga penetrar em seu território – ou seja, deter as forças soviéticas ainda na fronteira, evitando a penetração do território alemão – através do estabelecimento de uma cunha, um enclave fortificado que ameace a retaguarda inimiga e sua linha de suprimentos. Assim, seria possível defender o território, provocando uma alta taxa de atrito ao adversário.

---

<sup>24</sup>De tradução livre: “[...] em outubro de 1973, os árabes atacaram Israel. Em 18 dias, dois mil tanques árabes haviam sido destruídos, frente a quatro ou cinco centenas de tanques israelenses, e várias outras consequências vieram à tona. Esse fora a primeira confrontação em larga escala entre duas forças equipadas com sistemas de armas modernos, que represenram aquelas encontradas nas mãos da OTAN e do Pacto de Varsóvia.” (DEPUY, 1973 *apud* LOCK-PULLAN, 2006, p. 56).

<sup>25</sup>DePuy, William E. ‘Letter to General Frederick C.Weyand’, p. 179.

Embora Mearsheimer (1982) não tenha citado formalmente o combate na frente do Sinai, na Guerra de Yom Kippur, existem semelhanças impressionantes entre a experiência israelense e o conceito desenvolvido pelo autor. Em 1973, a fim de conter o avanço egípcio, para além do Canal de Suez, o israelense Ariel Sharon organizou a Operação Gazelle, que estabeleceu um enclave fortificado capaz de ameaçar à retaguarda inimiga, além de servir como base para o envio de tropas para, de fato, cortar as linhas de suprimentos do 2º e 3º Exércitos egípcios – assegurando, assim, a defesa do território israelense. Na ocasião, três divisões israelenses foram responsáveis pela manobra e obtiveram excelentes resultados: os 2º e 3º exércitos egípcios foram paralisados e, graças ao atrito infringido aos adversários, reverteu-se a vantagem árabe (ALONI, 2001, p. 48-58; DUNSTAN, 2003b, p. 85-90).

Já o conceito de Batalha em Profundidade foi desenvolvido pelo general Donn Starry, enviado a mando de DePuy para trabalhar com o Exército israelense e investigar possíveis lições a serem extraídas da Guerra de Yom Kippur para os EUA. Nas colinas do Golã, Israel conseguiu uma impressionante vitória contra a Síria graças à iniciativa das divisões de reserva Laner e Musa, a despeito de uma desproporção inicial de homens (1:7) e tanques (1:8) significativa. As duas divisões orquestraram uma manobra de “pinça”, com a atuação combinada das forças aérea e em terra, que foi capaz de cortar a comunicação e as linhas de suprimento entre a 1ª Divisão síria e as forças na retaguarda (DUNSTAN, 2003a, p. 50-67; TOFFLER; TOFFLER, 1993). A rapidez da reversão da desvantagem inicial por Israel e a crença de semelhanças significativas entre o teatro israelense no Oriente Médio e o teatro estadunidense na Front Central da OTAN inspiraram Starry a desenvolver uma doutrina análoga a ser aplicada no advento de um conflito com a URSS.

A crença da semelhança girava tanto em termos de equipamentos quanto de escala. Em primeiro lugar, de acordo com Reis (2016, p. 10), acreditava-se que, como as forças israelenses e sírias lutavam com equipamento de última geração estadunidense e soviético, respectivamente, o conflito se assemelhou a uma simulação, em escala reduzida, de como uma guerra entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia poderia ocorrer na Alemanha Ocidental. Em segundo lugar, de fato havia um cenário semelhante no quesito de desproporção numérica no Front Central da OTAN (1:5). Estes dois fatores, somados ao desejo de utilizarem-se apenas capacidades convencionais, evitando o recurso a armas nucleares e o custo político que isso implicaria, inspiraram Starry a desenvolver o conceito de Batalha em Profundidade, que precedeu o desenvolvimento da doutrina da Batalha Aeroterrestre. O general acreditava que a OTAN deveria valer-se de ataques em profundidade na retaguarda inimiga (combustíveis,

munições e tropas) com sincronia entre as forças terrestres e aéreas (LOCK-PULLAN, 2006, p. 71-98).

Starry estabeleceu dois pontos de partida para o desenvolvimento de sua doutrina: a correlação de forças geral não importa e a iniciativa é o principal elemento de definição. Seu objetivo era formular uma doutrina que substituísse o papel do atrito por poder de fogo e mobilidade, combinando o conceito de defesa ativa com ataques em profundidade sucessivos em uma mesma batalha. Portanto, desenvolveu o conceito de Batalha em Profundidade, adaptado na doutrina da Batalha Aeroterrestre. A partir dos trabalhos de Toffler e Toffler (1993), definiu-se ALB como uma forma de combate baseada em operações em profundidade, manobras de ação indireta, ataques aéreos decapitantes e operações especiais, com integração entre forças aéreas, terrestres e navais, tudo isso presidido pelo uso intenso de tecnologia. Desta maneira, a guerra opera de forma curta, com poucas baixas e custo limitado.

O conceito acima possui implicações relevantes. Primeiramente, definem-se ataques em profundidade como aqueles capazes de atingir a retaguarda inimiga, de forma a destruir seus escalões de reserva e de interromper as linhas de suprimentos, comunicações e transportes das tropas adversárias, isolando-as de seu comando e rompendo seu processo decisório. Para tanto, tornam-se imprescindíveis os bombardeios de interdição – colocando como alvos principais as infraestruturas de transporte, energia e comunicação – e de ataques decapitantes contra o próprio comando. Entretanto, o sucesso destas operações depende da manutenção da superioridade/supremacia aérea e supressão de defesa antiaérea (da sigla em inglês, SEAD), elementos que garantem a segurança de sistemas contra SAMs ou outras aeronaves e o livre acesso a qualquer parte do território inimigo. Por fim, destaca-se a importância do Teatro Sintético de Guerra (STOW), que consiste na junção de três elementos: Comando e Controle, Consciência de Situação e Guerra Centrada em Rede. A partir do mesmo, objetiva-se – simultaneamente - obter consciência de situação, expedir ordens e observar o curso da batalha, possibilitando a reinterferência no processo em curso. Estas características da ALB são observadas durante a campanha dos EUA no Golfo, tema que será explorado no próximo capítulo.

Portanto, sabendo que estes elementos viriam à tona em 1991, é possível inferir que o TRADOC optou em favor da Batalha Aeroterrestre. O debate acabou por ser definido entre os anos de 1980 e 1982, dado o sucesso da campanha israelense na Guerra do Líbano e a introdução da Doutrina Carter. Em mais detalhes, a velocidade com que as forças israelenses venceram Guerra do Líbano de 1982 estarreceu os EUA, um país ainda traumatizado pela experiência no Vietnã, que havia exaurido as forças americanas. Em outras palavras, o sucesso

israelense na década de 1980 – em uma campanha que pode ser interpretada, inclusive, como uma refiguração da Batalha Aeroterrestre – acabou por obscurecer o conceito de Defesa Avançada e a experiência do Sinai. Isto motivou o TRADOC orientar a reformulação das forças armadas nos moldes da ALB: privilegiar-se-ia o profissionalismo militar, a mobilidade estratégica, a construção de um grande contingente de deslocamento rápido e o desenvolvimento de novos sistemas de armas altamente tecnológicos<sup>26</sup>, visando à obtenção de uma vitória rápida e fulminante, programa de reformas validado pela Doutrina Carter (LOCK-PULLAN, 2006, p. 71-98).

### 2.3.2 A Guerra do Líbano (1982)

Os erros cometidos pela administração trabalhista, durante a Guerra de 1973, fortaleceram a coligação política da direita em Israel que, em 1977, elegeu Menachem Begin como Primeiro Ministro. Begin e seus partidários tinham uma postura mais rígida para com os palestinos, o que pode ser observado nas negociações dos Acordos de Camp David, quando, a despeito dos esforços de Carter e Sadat, a questão da Cisjordânia foi marginalizada<sup>27</sup>. Sentindo-se injustiçada, a Organização para Libertação da Palestina (OLP) optou por, gradualmente, tomar atitudes mais radicais contra Israel (SCHINDLER, 2013, p. 145-167).

Frente à escalada das hostilidades, Begin – que havia sido reeleito em 1981 – lidera o país em uma violenta invasão do Líbano, principal base de atuação da OLP, sob pretexto de expulsá-la do sul do país<sup>28</sup>. Entretanto, a presença palestina preocupava Israel, não só pelos possíveis ataques ao seu território, mas principalmente pelo envolvimento da OLP na guerra civil em curso no Líbano. O conflito iniciara em 1975 e opunha cristãos maronitas e muçulmanos pan-arabistas – os segundos sendo infinitamente mais hostis ao Estado israelense e a quem a OLP optou por aliar-se. Isso levantou alertas no gabinete de Begin, pois se temia a

<sup>26</sup>Destacam-se os seguintes sistemas de armas que viriam a ser utilizados na Guerra do Golfo (1991): EC-130E, E-8 J-STARS, F-15 Eagle, F-14 Tomcat, F/A-18 Hornet, F-16 Fighting Falcon, F-111 Aardvark, F-117 Night Hawk e B-52 o M1 Abrahms (MBT), o IFV Bradley, o MLRS (lançador de foguetes), o AH-64 Apache (helicóptero) e o próprio Tomahawk, que estrearia no Iraque.

<sup>27</sup>O Sinai foi retornado ao Egito, enquanto a Cisjordânia permaneceu sobre controle israelense, alegadamente por razões de segurança (SCHINDLER, 2013, p. 145-167).

<sup>28</sup>Desde sua expulsão da Jordânia, em 1970, os líderes da OLP estabeleceram uma base independente no Líbano, que contava com forças consideráveis: 15.000 homens, fortemente armados - incluindo tanques e artilharia recebidos, principalmente, da URSS, Síria e Líbia (LAFFIN, 1985, p. 7-25; SCHINDLER, 2013, p. 147-150; 159-174).

piora de uma situação já instável. A despeito de intervenções anteriores<sup>29</sup>, Israel não vinha conseguindo controlar a atuação palestina no Líbano ou impedir seus ataques terroristas fronteiriços, ameaça que poderia ser amplificada em caso de vitória muçulmana no embate (LAFFIN, 1985, p. 7-25; SCHINDLER, 2013, p. 147-150; 159-174).

Além disso, havia um interesse secundário de Israel motivando a intervenção no Líbano: poderia ser uma oportunidade para conter o poderio sírio no norte do país. O pretexto utilizado foi o rompimento do acordo secreto Red Line de 1976, assinado por Assad a fim de evitar o envolvimento direto israelense na guerra civil. Segundo este acordo, Israel se encarregaria da situação ao Sul do Líbano, enquanto a Síria manteria a situação nas zonas norte e central, com a condição de que as forças de Assad estivessem a, pelo menos, 24 quilômetros de distância da fronteira israelense e restringissem uso de aeronaves ou de mísseis superfície-ar (SAM). Quando, em 1981, os sírios instalam SAMs no Vale do Bekaa, rompendo o acordo mencionado, Israel optou por retomar as hostilidades com os sírios (LAFFIN, 1985, p. 7-25; SCHINDLER, 2013, p. 171-174).

Em suma, Israel justificava uma possível invasão alegando que o Líbano havia deixado de existir como um estado soberano, pois se encontrava ocupado pelos sírios e pela OLP. Nesse momento, o governo israelense só estava à espera de um pseudoestopim para invadir o Líbano, o que ocorre em 03 de junho de 1982, quando um terrorista palestino tenta assassinar o embaixador israelense em Londres. A Guerra do Líbano inicia no dia 05 de junho do mesmo ano, com uma campanha conhecida como Operação Paz na Galileia, que combinou uma ofensiva terrestre com a ação da força aérea<sup>30</sup> (LAFFIN, 1985, p. 7-25).

Originalmente, a Operação deveria ser constituída por uma ofensiva rápida e limitada contra as posições da OLP. Seus principais objetivos eram assegurar a fronteira Norte, cortar a Estrada Beirute-Damasco, obter o domínio sobre Beirute, expulsar a OLP do Líbano e reconduzir os aliados maronitas à presidência do país, a partir de uma aliança com a milícia Falange (controlada pela família maronita Gemayel). Ainda, dever-se-ia reduzir a presença militar síria no Líbano, evitando enfrentamento direto em um primeiro momento. Entretanto, o Ministro de Defesa Ariel Sharon e o Chefe de Estado Maior Rafel Eitan – ignorando o plano aprovado pelo gabinete de Begin – optaram por uma linha de ação distinta, muito mais violenta do que antecipado (SCHINDLER, 2013, p. 173). Abba Eban, o anterior Ministro das

<sup>29</sup> Israel havia realizado duas operações de menor porte no Líbano: a Operação Litani (1978) e os bombardeamentos aéreos sobre as instalações do Fatah e do Fronte Democrático (1981). Ambos foram interrompidos pela atuação internacional, da ONU e dos EUA, respectivamente (LAFFIN, 1985, p. 16; SCHINDLER, 2013, p. 171).

<sup>30</sup> Em mais detalhes, a invasão israelense contra as áreas de concentração da OLP, iniciada em 06 de junho, foi precedida por um bombardeio aéreo e de artilharia no território libanês (LAFFIN, 1985, p. 7-25).

Relações Exteriores do Partido Trabalhista, descreveu o conflito – e, principalmente, as decisões tomadas por Sharon com relação aos massacres de Sabra e Shatila<sup>31</sup> – nos seguintes termos:

There is a new vocabulary with special verbs ‘to pound’, ‘to crush’, ‘to liquidate’, ‘to eradicate all to the last man’, ‘to cleanse’, ‘to fumigate’, ‘to solve by other means’, ‘not to put up with’, ‘to mean business’, ‘to wipe out’. [...] Not one word of humility, compassion or restraint has come from the Israeli government in many weeks, nothing but the rhetoric of self-assertion, the hubris that the Greeks saw as the harvest danger to a man’s fate<sup>32</sup> (EBAN, 1982<sup>33</sup>, *apud* SCHINDLER, 2013, p. 174).

A investida israelense iniciou simultaneamente no litoral – em direção as cidades do Tiro, de Sídón e de Damour – e na área central do Líbano - com tomada de duas pontes sobre o Rio Litani e do Castelo Beaufort. A ideia era realizar um envolvimento, por meio de um movimento de pinças, que permitisse o engajamento das forças israelenses simultaneamente, na frente e na retaguarda das forças palestinas, permitindo sua expulsão do sul do Líbano. Bem-sucedido em sua empreitada, o IDF ampliou sua missão: o objetivo passa a ser a captura de Beirute, tornando o embate uma guerra de longa duração. Concomitantemente, a partir do segundo dia da Operação (07/06), ocorreram os primeiros contatos com as forças sírias, próximo à cidade de Jezzine, ao sul do Vale do Bekaa, ignorando as orientações de Begin de não-envolvimento com os sírios (SCHINDLER, 2013, p. 173-174).

A Guerra foi caracterizada pelo uso de brigadas paraquedistas na tomada das principais cidades – tanto no litoral (Tiro, Sidon, Damour) quanto na faixa central do Líbano (Jezzine) –, pela presença de forças de operações especiais e o apoio de helicópteros de combate nas cidades e, principalmente, pelo uso combinado de blindados e força aérea, a fim de avançar sobre o território libanês e destruir as baterias antiaéreas sírias, elementos típicos da Batalha Aeroterrestre. Inclusive, as operações da Força Aérea Israelense no Vale do Bekaa e as operações terrestres na Marcha para Beirute podem ser consideradas versões antecipadas do que ocorreria durante a Guerra do Golfo (1991), na Operação Tempestade no Deserto (TRIZOTTO, 2016, p. 17-18).

---

<sup>31</sup>O massacre ocorreu no dia 14 de setembro, quando – após o assassinato do recém-eleito Presidente maronita Bashir Gemayel – Sharon moveu suas tropas para Beirute Ocidental e permitiu que falangistas entrassem no campo de refugiados palestinos de Sabra e Shatilla (SCHINDLER, 2013, p. 179). Estes são elementos de “choque e pavor”, que seriam utilizados em larga escala a partir de 1991.

<sup>32</sup>De tradução livre: “Há um novo vocabulário com verbos especiais para ‘encurrular’, ‘esmagar’, ‘liquidar’, ‘erradicar a todos até o último homem’, ‘purificar’, ‘fumigar’, ‘resolver por outros meios’, para ‘não suportar’, para ‘mostrar serviço’, ‘para acabar com’. [...] Nenhuma palavra de humildade, compaixão ou restrição veio do governo israelense em muitas semanas, nada mais que a retórica da autoafirmação, a arrogância que os gregos consideravam o perigo colheita para o destino de um homem” (EBAN, 1982, *apud* SCHINDLER, 2013, p. 174).

<sup>33</sup>Abba Eban, *Jerusalem Post* 8 August 1982.



Figura 3 – Marcha para Beirute (1982)



Fonte: elaborado por Humberto Carvalho (2015) a partir de Laffin (1985, p. 60).

O IDF completa o cerco a Beirute em 14 de junho de 1982 (nesse momento, ocorre o primeiro cessar-fogo com as forças sírias); entretanto, o conflito e o cerco a capital encerram-

se somente em 12 de agosto do mesmo ano, depois de dois meses de bombardeios a posições da OLP, cortes de água e energia e mesmo do fornecimento de alimentos<sup>34</sup>. A Guerra contabilizou – entre as forças sírias, palestinas e libanesas – 19.085 baixas e 30.000 feridos<sup>35</sup>, chocando o mundo, não só por sua violência, mas pela rapidez com que Israel atingiu a vitória. Nos EUA, isso acaba por definir o debate do TRADOC em favor da Batalha Aeroterrestre: em um país, ainda traumatizado pelo desgaste no Vietnã, a ideia uma guerra rápida e fulminante, atingindo a vitória absoluta com poucas baixas, se tornou muito sedutora. Em função da adoção da nova doutrina de guerra, operou-se uma reestruturação do perfil de força estadunidense, reforma validada pela introdução da Doutrina Carter (1980).

### 2.3.3 Doutrina Carter e o Novo Perfil de Força dos EUA

A administração de Richard Nixon, gradualmente, se tornara impopular, pois não cumprira com suas promessas de desengajar as forças norte-americanas do Vietnã. A opinião pública sobre Nixon e sobre o Partido Republicano desintegrou-se por completo após escândalo de Watergate, causando a derrota republicana nas eleições de 1976 para o democrata Jimmy Carter. Carter realizou alterações significativas na Grande Estratégia estadunidense que, inicialmente, foi definida pela sua crença de que a estratégia realista de contenção soviética da administração anterior havia minado os valores fundamentais sobre os quais a nação deve conduzir a sua política externa. De acordo com a visão de Carter, era hora de os Estados Unidos adotarem uma nova e mais idealista GE e melhorar a imagem do país no cenário internacional. Portanto, passa enfocar a defesa da democracia, dos direitos humanos e da autodeterminação das nações (MARTEL, 2015, p. 282-283).

Entretanto, o retorno aos direitos humanos é logo abandonado. Os eventos de 1979 no Oriente Médio – a assinatura dos Acordos de Camp David entre Israel e Egito, a Revolução Islâmica Iraniana, a eclosão da Guerra Irã-Iraque e a invasão soviética no Afeganistão – levantaram preocupações nos EUA, motivando uma significativa reorientação de política externa sintetizada na publicação da Doutrina Carter, em 1980 (PEROSA JUNIOR, 2013, p. 98-100). A nova Doutrina – diferentemente do que havia sido a política estadunidense em

<sup>34</sup>Estes elementos constituíram os “efeitos” ou o choque e pavor, *core* da ALB, tática que seria utilizada em larga escala na Guerra do Golfo de 1991 (TRIZOTTO, 2016, p. 17).

<sup>35</sup>Esse número não inclui as 600–2.000 pessoas mortas no massacre de Sabra e Shatilla (SCHINDLER, 2013, p. 179).

todo o desenrolar da Guerra Fria, sobretudo durante a administração Nixon<sup>36</sup> – previa que os EUA lançariam mão de todos os meios necessários para defender seus interesses no Oriente Médio, inclusive previa o engajamento direto de forças americanas na região, cuja ênfase securitária deveria ser o eixo persa-árabe, não mais o eixo árabe-israelense (BRZEZISNKI, 1987, p. 60).

Qualquer tentativa de qualquer força externa de para o controle da região do Golfo Pérsico será encarada como um atentado aos interesses vitais dos Estados Unidos da América e este atentado será repellido por todos os meios, inclusive a força militar. (CARTER, 1980<sup>37</sup> *apud* BRZEZISNKI, 1987, p. 60).

O marco teórico dessa alteração de GE pode ser encontrado no livro “O Grande Desafio”, de Zbigniew Brzezinski<sup>38</sup>. De acordo com o autor, a melhor forma de contenção da URSS seria a adoção de uma política ativa de criação e defesa de três frentes estratégicas basilares: Extremo Ocidente, Extremo Oriente e o Grande Oriente Médio. Destaca-se a terceira frente basilar, pois Brzezinski acreditava que uma penetração soviética na região daria automaticamente à URSS uma vantagem para concorrer com os EUA pelo controle das outras duas: a dominação soviética do Irã ou do Paquistão e Afeganistão<sup>39</sup> conferiria a eles o controle do acesso ao Golfo Pérsico ou a sua presença no Oceano Índico, de onde o poder soviético poderia ser lançado a outras áreas vulneráveis. Por isso, a presença soviética no Afeganistão e a impossibilidade de contar com o auxílio iraniano para conter o seu avanço eram tão preocupantes, tornando-se imprescindível o engajamento direto norte-americano no Oriente Médio (BRZEZINSKI, 1987, p. 51-62).

Portanto, ocorreu uma ampliação da presença militar estadunidense na região, o que exigia uma alteração no perfil de força<sup>40</sup> estadunidense que enfatizasse a mobilidade estratégica, a construção de um grande contingente de deslocamento rápido, a flexibilidade e a iniciativa. Para tal, o programa de reforma buscou formar uma capacidade militar integrada para combate na terra, no mar e no espaço, distribuída sobre o globo, equipada com tecnologia de ponta. Portanto, procurar-se-ia desenvolver sistemas de armas que combinassem funções de comando e controle sofisticados, capazes de realizar ataques em profundidade. Isso acabou

<sup>36</sup>Durante o período anterior, priorizava-se a estratégia de engajamento seletivo, caracterizada pelo uso de intervenções militares pontuais, normalmente de grande escala, para garantir a segurança de perímetros tidos como prioritários (REIS, 2016).

<sup>37</sup>CARTER, Jimmy. State of the Union Address 1980. Washington, 23 Jan.1980.

<sup>38</sup>Formulador da Doutrina Carter e assessor de segurança nacional da Presidência, durante a administração do democrata.

<sup>39</sup>Estes países são conhecidos como Estados-pino da terceira frente basilar. Sua importância deriva de “sua posição geopolítica, da influência política e/ou econômica que detém em sua região ou de sua localização geoestratégica que o torne significativo do ponto de vista militar” (BRZEZINSKI, 1987, p. 62). Eles são considerados “pinos catalíticos” dada a sua vulnerabilidade, ou seja, a possibilidade de serem seduzidos ou tomados pelo outro bloco, afetando sua vulnerabilidade externa.

<sup>40</sup>Definido como a estrutura organizacional e doutrinária das Forças Armadas (REIS, 2016, p. 4).

por consolidar o direcionamento ao polo da Batalha Aeroterrestre, doutrina que propunha “a construção de uma força de capacidade de projeção global, baseada nos Estados Unidos e de alta mobilidade”, colocada em prática a partir da Guerra de 1991 (BRZEZISNKI, 1987, p. 191; REIS, 2016, p. 1-5; 15).

Por fim, é importante destacar que – como as Doutrinas Carter e Brzezinski enfatizavam maior exercício de força e o uso de outros instrumentos coercitivos do poder americano, destacando posturas unilaterais e de intervencionismo por parte dos EUA – a reestruturação do perfil de força e a maior presença militar estadunidense no Oriente Médio acabaram por reduzir a importância conferida aos aliados na formulação da estratégia para contenção soviética. Para Israel, isso significou a redução gradual do apoio incondicional estadunidense às suas decisões políticas e estratégicas, culminando em uma fase de contingenciamento da VMQ após a desintegração da URSS, o que será trabalhado em detalhes no próximo capítulo.

## **2.4 Conclusões Parciais**

Analisando retrospectivamente o capítulo, conclui-se que a hipótese inicial foi comprovada. Com a escalada das hostilidades entre Israel e os países árabes, culminando na Guerra de 1967, as duas superpotências – EUA e URSS – foram forçadas a tomar lados e os norte-americanos optaram por apoiar o Estado-judeu (TAYLOR, 1991, p. 26-28). A vitória israelense nas guerras de Atrito (1969) e de Yom Kipur (1973) – a despeito da participação soviética, direta ou indireta – e a adoção da doutrina Nixon fizeram com que os EUA percebessem Israel como um aliado estratégico na contenção da URSS. Portanto, a sobrevivência israelense torna-se um interesse vital norte-americano e passa a ser garantida pela manutenção da vantagem militar qualitativa (VMQ).

Entretanto, quando se adentra a década de 1980, são percebidos sutis elementos transicionais, antecipando a quebra de consenso estratégico entre Israel e os EUA. A partir do governo Carter, percebe-se uma maior preferência pelo unilateralismo e pelo intervencionismo estadunidense, diminuindo a crença na atuação dos aliados para contenção soviética. Como explicado na seção anterior, para Israel, isso significou a redução gradual do apoio incondicional estadunidense às suas decisões político-militares e da sustentação da VMQ (MARTEL, 2015, p. 244-299; SCHINDLER, 2013, p. 175-181). Este crescente distanciamento estratégico levaria ao início do contingenciamento da VMQ a partir da Guerra do Golfo, tema do próximo capítulo.

### **3 AS RELAÇÕES ENTRE EUA E ISRAEL DE 1991 A 2015: A DOCTRINA CONTINGENCIADA**

Como foi estabelecido no primeiro capítulo desta monografia, durante a administração de Jimmy Carter, na década de 1980, adentra-se um momento transicional nas relações entre Estados Unidos e Israel. No período pós-derrota no Vietnã, iniciou-se um debate doutrinário nos EUA, com relação à reformulação do perfil de força estadunidense. Este debate resultou na adoção de um modelo de Forças Armadas centrado na mobilidade estratégica, na construção de um grande contingente de deslocamento rápido, na flexibilidade e na iniciativa. A opção feita pelos EUA foi reforçada pela adoção da Doutrina Carter (1980), que previa que os EUA lançariam mão de todos os meios necessários para defender seus interesses no Oriente Médio, prevendo – inclusive – o engajamento direto de forças americanas na região, portanto necessitando de forças moldadas no modelo descrito acima. Além disso, sustenta-se que sua doutrina presidencial enfatizava o unilateralismo e o intervencionismo estadunidense, reduzindo a confiança na atuação dos aliados para contenção soviética, incluindo Israel.

O período transicional inaugura uma nova fase nas relações com Israel e, conseqüentemente, da doutrina de VMQ, no período pós-Guerra Fria. Neste capítulo, procura-se comprovar que, a partir da Guerra do Golfo (1991), os EUA vêm constantemente construindo bases militares, alocando contingente fixo e desenvolvendo uma infraestrutura de base no Oriente Médio, ou seja, um verdadeiro “império extraterritorial” na região. A partir desta constatação, estabelece-se como hipótese de que há uma relação de causalidade entre a extensão da presença estadunidense no Oriente Médio e a diminuição do papel histórico de Israel na manutenção de sua hegemonia, levando ao contingenciamento da VMQ. Este processo é reforçado pelo efeito da opinião pública, a cerca do conflito entre Israel e palestinos, que condena o apoio incondicional dos EUA ao aliado.

O presente capítulo divide-se em quatro seções. A primeira delas versará, brevemente, sobre a expansão da presença militar dos EUA no Oriente Médio. Percorrer-se-á a Guerra do Golfo (1991), a Doutrina Bush de Guerra ao Terror e as invasões do Iraque e do Afeganistão. A segunda trabalhará os efeitos da opinião pública doméstica e internacional sobre o conflito com os palestinos, que fragilizam a imagem pública americana e tem efeitos sobre a formulação de política externa. Opiniões negativas são contrapostas pela atuação do lobby israelense, tópico do terceiro capítulo. Por fim, a última seção resumirá os principais argumentos do capítulo, procurando estabelecer conclusões preliminares.

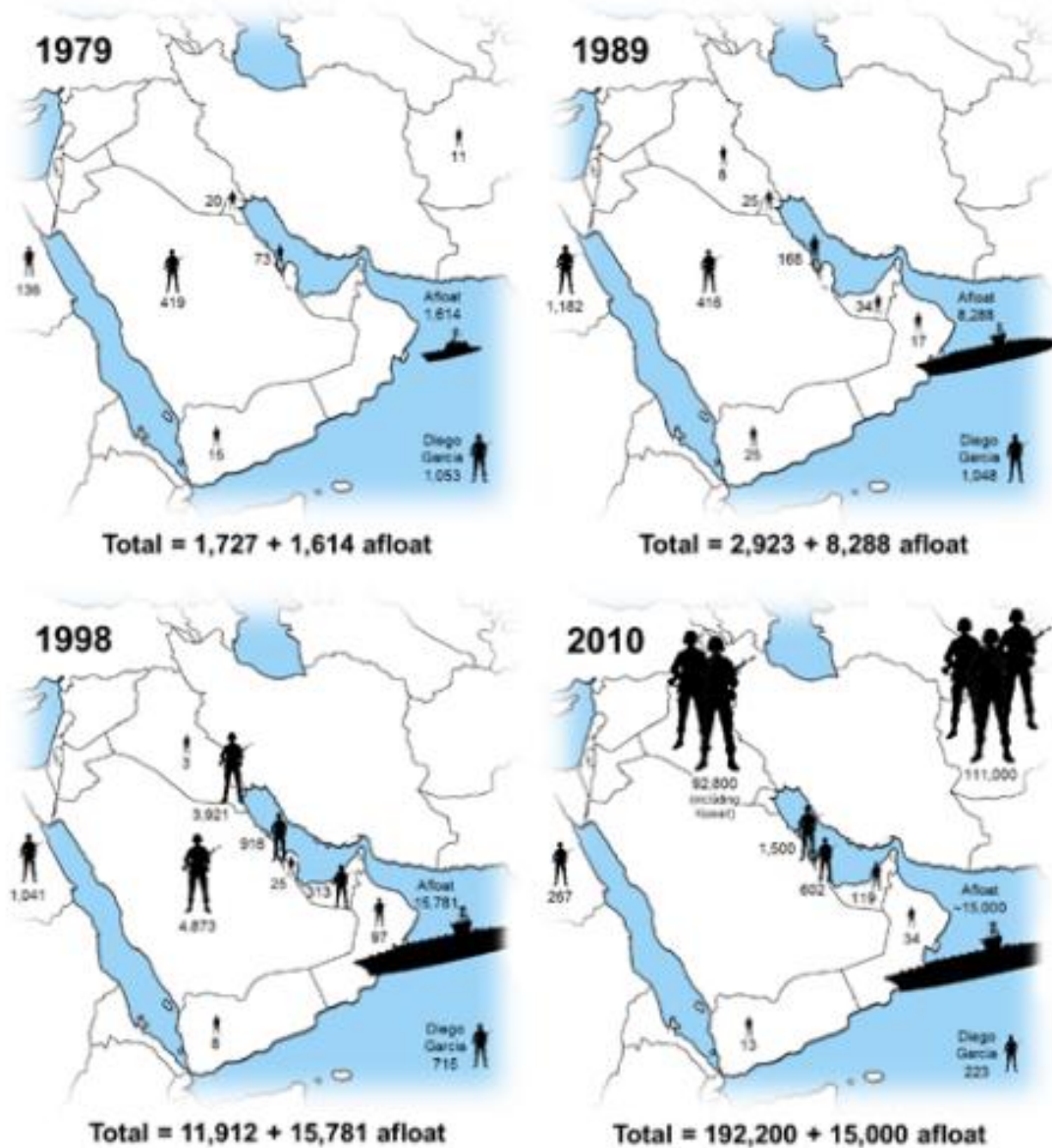
### **3.1 Extensão da presença territorial estadunidense no Oriente Médio**

Como foi explicado, a Doutrina Carter previa a possibilidade do emprego direto de tropas no Oriente Médio, caso qualquer outro poder tentasse obter o controle da região do Golfo Pérsico, o que acabou por lançar as bases de um esforço expressivo de construção de bases militares nas décadas seguintes. Ele e seu sucessor, Ronald Reagan, organizaram uma expansão considerável das bases militares no Egito, Omã, Arábia Saudita e outros países na região para receber a Força Conjunta de Deslocamento Rápido (da sigla em inglês, RDJTF) em formação. A ideia desta Força seria permanecer em guarda permanente sobre o território do Oriente Médio, principalmente dos países com reservas consideráveis de petróleo (HERITAGE FOUNDATION, 2016, p. 102).

Rapidamente, a Força de Deslocamento Rápido evoluiu para o Comando Central dos EUA (da sigla em inglês, CENTCOM), organismo responsável pela administração das bases norte-americanas além-mar no Oriente Médio. Nesse ínterim, supervisionaram duas guerras no Iraque (1991-2003, 2003-2011) e uma no Afeganistão (2001-2014), o envio de homens para este propósito e a construção de infraestrutura na região (HERITAGE FOUNDATION, 2016, p. 102-103). Nesta primeira seção, será feita uma recapitulação histórica da expansão da presença militar dos EUA no Oriente Médio, a partir da Guerra do Golfo de 1991, visto que centenas de milhares de tropas foram alocadas na Arábia Saudita em preparação para a guerra contra o Iraque, situação que perdurou após o final do conflito, visto que milhares de tropas e uma infraestrutura de base significativamente expandida permanecem na região do Golfo até os dias de hoje.



Figura 4 – Evolução da Postura Militar Estadunidense



Fonte: Gunzinger e Dougherty (2011).

### 3.1.1 A Guerra do Golfo (1991)

A invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, foi motivada em grande parte pela dívida contraída pelo segundo na Guerra com o Irã<sup>41</sup> (1980-1988), que encontrava-se entre US\$ 80 bilhões e US\$ 90 bilhões à época. Portanto, o Iraque via-se em uma situação econômica gritante, motivando Hussein a ameaçar o Kuwait de invasão. O líder iraquiano acreditava que

<sup>41</sup>O conflito havia eclodido em função de disputas territoriais fronteiriças relacionadas com o Acordo de Algiers e com as reservas de petróleo do país. O Acordo mencionado data de 1975, quando o Iraque fez concessões territoriais – incluindo o canal Shatt al-Arab – em troca da normalização das relações entre os dois países, particularmente no que toca a causa curda.

o controle do território kuaitiano – e, conseqüentemente, de aproximadamente 10% da produção mundial do petróleo – solucionaria os problemas financeiros internos e externos do seu país. Frente a estas ameaças e à escalada das tensões no Oriente Médio, a princípio, os EUA mantiveram uma postura de ambigüidade: ao mesmo tempo em que passaram a restringir o acesso do Iraque a tecnologias sensíveis, também cederam parcialmente às exigências de Saddam, que desejava que os americanos pressionassem o Kuwait para negociar disputas territoriais antigas. Entretanto, quando em 02 de Agosto de 1990, a invasão se concretizou, os EUA foram forçados a tomar um lado, optando por alinhar-se com as Nações Unidas na condenação das ações de Hussein (SCHUBERT; KRAUS, 1995, p. 18-20).

Foram promulgadas 11 resoluções diferentes do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) com o objetivo de dissuadir o Iraque da continuidade da invasão. Dado o fracasso das mesmas, em 29 de novembro foi aprovada a resolução 678, que estabelecia o prazo final de 15 de janeiro de 1991 para que o Iraque desocupasse o território do Kuwait, prevendo o uso de “todos os meios necessários” – incluindo a força militar – para restaurar a soberania kuaitiana caso Bagdá não cumprisse o acordado (UNITED NATIONS, 1990). Por isso, formou-se uma coalizão liderada pelos EUA - com a participação do Reino Unido, França, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, Egito, Grécia, Holanda, Itália, Kuwait, Nova Zelândia, Bahrein, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos – que realizaria a intervenção militar, caso Hussein não colaborasse com os pedidos do CSNU (ZARPELÃO, 2010).

Simultaneamente, a partir de Agosto de 1990, as forças estadunidenses iniciaram um processo de concentração de pessoal e armamentos em território saudita<sup>42</sup>, além de uma intensa campanha aérea dissuasória – buscou-se assegurar o domínio aéreo absoluto pelos Estados Unidos. Esta fase ficou conhecida como Operação Escudo do Deserto e funcionou como uma preparação para a segunda fase da conflagração, uma ofensiva terrestre denominada Operação Tempestade do Deserto, realizada em conjunção com uma campanha intensa de fogo aéreo aproximado. A Operação ocorreu entre os dias 17 de janeiro e 28 de fevereiro de 1991 e objetivava ocupar o território iraquiano em alta velocidade, a fim de forçar a rendição de Hussein. Sua importância histórica reside no fato de, além de ter definido o conflito em favor da coalizão, ter representado a primeira experiência estadunidense da Batalha Aeroterrestre (REIS, 2016, p. 14; TOFFLER; TOFFLER, 1993, p. 80).

---

<sup>42</sup>Estima-se que cerca de 800 mil homens – incluindo 400 mil soldados estadunidenses – foram alocados na região, simultaneamente ao deslocamento de milhões de toneladas de suprimentos e equipamentos necessários para assegurar a supremacia aérea da coalizão. A quantidade impressionante de pessoal e armamentos transportados sinaliza a importância da Logística Aerotransportada (TOFFLER; TOFFLER, 1993, p. 80).



By 1991, the United States, but not its allies, had wholeheartedly accepted AirLand battle. [...] That speed was attained because the U.S. Army had equipped itself specifically to execute an AirLand offensive.<sup>43</sup> (FRIEDMAN, 1991<sup>44</sup> *apud* LOCK-PULLAN, 2005, p. 129).

The presence of soldiers on the ground during Desert Shield and the decisive joint air and ground operations that ultimately ejected Saddam from Kuwait during Desert Storm again demonstrated that determined enemies can only be defeated with certainty by decisive ground action. Nevertheless, the success of any maneuver depends on the ability of land sea, and air forces to make conditions favorable for the ground soldier as possible. The more an enemy is battered, blinded, and deceived, the more surely a groundforce can end the conflict at the lowest possible cost. The Gulf War again demonstrated that wars can be ended decisively by occupying our enemy's territory.<sup>45</sup> (SCALES, 1993<sup>46</sup> *apud* LOCK-PULLAN, 2005, p. 133).

Como os trechos acima indicam, a Operação Tempestade no Deserto ficou marcada pelo uso de operações coordenadas por ar, terra e mar. A Operação pode ser dividida em dois momentos distintos. O primeiro deles corresponde à fase aérea, que teve duração aproximada de 40 dias. O plano de bombardeio que orientou a atuação da coalizão neste primeiro momento ficou conhecido como Trovão Instantâneo (do inglês, *Instant Thunder*). O plano dividia a fase aérea em três etapas distintas: primeiro, ataques decapitantes e operações de supressão de defesa antiaérea; segundo, aviação de interdição e a interrupção das linhas de suprimento iraquianas; e, terceiro, operações baseadas em efeitos. A primeira etapa significou a realização de bombardeios estratégicos, focando-se em ataques à infraestrutura logística, militar e os sistemas de comunicações e de eletricidade do governo iraquiano, a fim de quebrar seu processo decisório. Além disso, buscou-se o aniquilamento das redes de SAMs e baterias antiaéreas inimigas. A segunda etapa foi marcada por ataques à força aérea iraquiana em solo kuwaitiano, além de portos, pontes e estradas, na tentativa de interromper as linhas de suprimentos e transportes das reservas. Procurou-se também atingir a Guarda Republicana de Saddam Hussein e o restante do armamento inimigo. Por fim, a terceira etapa da fase aérea seria caracterizada pelo que mais tarde se convencionaria chamar de choque e pavor, ou seja,

---

<sup>43</sup>De tradução livre: “Em 1991, os Estados Unidos, mas não seus aliados, haviam aceitado de todo o coração a Batalha Aeroterrestre. [...] Essa velocidade foi alcançada porque o Exército dos EUA tinha se equipado especificamente para executar uma ofensiva Aeroterrestre.” (FRIEDMAN, 1991 *apud* PULLAN, 2005, p. 129).

<sup>44</sup>Friedman, *Desert Victory*, p. 130.

<sup>45</sup>De tradução livre: “A presença de soldados no solo durante o Escudo do Deserto e as decisivas operações aéreas e terrestres realizadas em conjunto acabaram, em última instância, por expulsar Saddam do Kuwait durante a operação Tempestade no Deserto, novamente demonstrando que determinados inimigos só podem ser derrotados, com certeza, por ação decisiva no solo. No entanto, o sucesso de qualquer manobra depende da capacidade de forças terrestres, marinhas e aéreas para tornar as condições as mais favoráveis possíveis para o soldado em terra. Quanto mais um inimigo é golpeado, cego e enganado, mais seguramente uma força terrestre pode acabar com o conflito ao menor custo possível. A Guerra do Golfo demonstrou novamente que as guerras podem ser terminadas decisivamente ao ocupar o território de nosso inimigo.” (SCALES, 1993 *apud* PULLAN, 2005, p. 133).

<sup>46</sup>Scales, *Certain Victory*, p. 359.

a destruição não apenas física, mas moral das tropas, com o objetivo de eliminar sua coesão e, de fato, sua vontade de lutar (TRIZOTTO, 2016, p. 2-8; ZARPELÃO, 2010, p. 8-9).

A segunda fase da Operação Tempestade no Deserto foi constituída pela ofensiva terrestre das tropas da coalizão, tendo duração de cerca de 100 horas. O avanço em solo foi conduzido em cinco setores de progressão distintos, liderados por uma vanguarda blindada fortemente apoiada por artilharia e aviação de ataque, além de unidades de paraquedistas e helicópteros pesados operando envolvimento em profundidade<sup>47</sup>. As principais forças envolvidas eram os Corpos de Exército XVIII e o VII, sendo o primeiro responsável por bloquear a saída das tropas iraquianas pelo Vale do Eufrates, enquanto o segundo buscava aniquilá-las. Ao mesmo tempo, os três últimos setores – a cargo do Comando Norte das Forças Combinadas, do Comando Leste das Forças Combinadas e da Força Expedicionária e Fuzileiros Navais – deveriam avançar na direção norte, progredindo sobre o território kuaitiano. O sucesso da ofensiva foi estonteante, visto que pela manhã do dia 28 de Fevereiro de 1991 entrava em vigor o cessar-fogo, com a promessa de Hussein cumprir todas as resoluções promulgadas pelo CSNU (REIS, 2016, p. 14; ZARPELÃO, 2010, p. 12).

Além de consolidar a doutrina da Batalha Aeroterrestre, os resultados conquistados durante a Guerra do Golfo foram utilizados pelo TRADOC como evidência incontestável das qualidades do novo modelo de perfil de força. De acordo com Reis (2016, p. 14) a vitória foi interpretada como uma demonstração dos benefícios do uso de uma força de voluntários e também motivou um aprofundamento do processo de modernização militar iniciado em fins da década de 1970. Entretanto, ainda mais relevante para esta monografia, deu início a um “império extraterritorial” dos EUA no Oriente Médio, via construção de bases militares e colocação de tropas. Ao final do conflito, milhares de soldados norte-americanos foram alocados indefinidamente na região e uma criara-se uma infraestrutura de base, significativamente expandida, na Arábia Saudita, no Kuwait, no Qatar, nos Emirados Árabes Unidos (EAU), Omã e no Bahrain – este último, inclusive, tornou-se o lar da Quinta Frota da Marinha Americana (VINE, 2016). Essa extensa presença militar dos EUA no Oriente Médio continuou e até aumentou nas administrações seguintes, o que mudou a percepção norte-americana sobre a importância estratégica da aliança com Israel.

---

<sup>47</sup>Tem de se destacar que o conceito de profundidade vai além da extensão do campo de batalha, mas da altitude do mesmo, da duração da conflagração e da tecnologia empregada.

### 3.1.2 A Doutrina de Guerra ao Terror e as Invasões do Iraque (2003 - 2011) e do Afeganistão (2001 – 2014)

A justificativa para a continuidade dessa presença extensiva se dá pela Doutrina de Guerra ao Terror, campanha dos EUA contra terrorismo internacional, desencadeada pelo país a partir dos ataques de 11 de setembro, durante o governo de George W. Bush. Terrorismo é aqui definido como o uso sistemático de violência e/ou ameaça de violência por grupos não-estatais, com fins de desarticular, consternar com submeter parcelas de uma população ou governo-alvo. Esta definição foi formulada a partir dos trabalhos de Roberts (2008) e da resolução 1566 do CSNU, de 08 de outubro de 2004, que estabelece o seguinte:

Recalls that criminal acts, including against civilians, committed with the intent to cause death or serious bodily injury, or taking of hostages, with the purpose to provoke a state of terror in the general public or in a group of persons or particular persons, intimidate a population or compel a government or an international organization to do or to abstain from doing any act, which constitute offences within the scope of and as defined in the international conventions and protocols relating to terrorism, are under no circumstances justifiable by considerations of a political, philosophical, ideological, racial, ethnic, religious or other similar nature, and calls upon all States to prevent such acts and, if not prevented, to ensure that such acts are punished by penalties consistent with their grave nature.<sup>48</sup> (UNITED NATIONS, 2004, article 4).

A Casa Branca interpretou os atentados do dia 11 de setembro de 2001 – mais especificamente, o sequestro de quatro aviões comerciais de passageiros que, intencionalmente, foram direcionados a uma colisão contra as Torres Gêmeas e contra o Pentágono – como atos de guerra contra os EUA, seus aliados e toda a civilização ocidental. O Presidente George W. Bush declarou o início de uma guerra global contra o terrorismo, na qual os EUA valer-se-iam de todos os recursos possíveis. Seus princípios básicos foram elencados na Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, publicada pela Casa Branca em fevereiro de 2003.

Ours is a strategy of direct and continuous action against terrorist groups, the cumulative effect of which will initially disrupt, over time degrade, and ultimately destroy the terrorist organizations. The more frequently and

---

<sup>48</sup>De tradução livre: “Recorda que os atos criminosos, inclusive contra civis, cometidos com a intenção de causar morte ou lesões corporais graves ou a tomada de reféns, com o fim de provocar um estado de terror no grande público ou num grupo de pessoas ou pessoas particulares, intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a praticar ou a abster-se de praticar qualquer ato, que constitua infração no âmbito e na acepção das convenções e protocolos internacionais relativos ao terrorismo, não podem, em circunstância alguma, ser justificadas por considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de outra natureza semelhante, e exorta todos os Estados a evitarem tais atos e, se não forem impedidos, a garantir que tais atos sejam punidos com sanções coerentes com a sua gravidade.” (UNITED NATIONS, 2004, article 4).

relentlessly we strike the terrorists across all fronts, using all the tools of statecraft, the more effective we will be.<sup>49</sup> (UNITED STATES, 2003, p. 2).

A Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo prevê que o seu sucesso depende da aplicação sistemática e contínua de todos os elementos do poder nacional americano – poderes diplomático, econômico, informacional, financeiro, legal e de inteligência e militar – a fim de cumprir quatro objetivos. Procura-se derrotar organizações terroristas de alcance global; negar a concessão de patrocínio, apoio ou santuário a qualquer membro dessas organizações; diminuir as condições subjacentes que levam as pessoas a abraçar o terrorismo; e, por fim, usar todos os meios à disposição para defender o território e os cidadãos estadunidenses contra ataques terroristas, além de seus interesses ao redor do mundo (UNITED STATES OF AMERICA, 2003, p. 15-28). Esses quatro objetivos da doutrina de Guerra do Terror, associados às invasões do Afeganistão e do Iraque, em 2001 e 2003, respectivamente, motivaram a continuidade e a ampliação da presença militar estadunidense no Oriente Médio. Como dito anteriormente, a presença física dos EUA na região é uma das principais causas do contingenciamento da doutrina de VMQ.

A invasão do Afeganistão, no dia 07 de Outubro de 2001, funcionou como uma forma de retaliação aos atentados de 11 de setembro, aos atos da al-Qaeda e do regime Talibã, recebendo legitimidade nos organismos internacionais. Destaca-se que, a despeito do Conselho de Segurança da ONU não ter autorizado propriamente as operações militares no Afeganistão, foram promulgadas diversas resoluções que conferiram suporte indireto a esta ação. Destacam-se as resoluções 1189 de 13 de agosto de 1998, 1368 de 12 de setembro de 2001 e 1373 de 28 de setembro de 2001. A primeira enfatizava a responsabilidade afegã de conter as atividades terroristas em seu território. A segunda reconhecia o direito de autodefesa, coletiva ou individual, em acordo com os princípios estabelecidos na Carta da ONU, condenava os atos de terrorismo internacional como uma ameaça à paz e à segurança internacional. Além disso, expressava a prontidão do Conselho para tomar todas as medidas necessárias para responder aos atentados do dia 11 de setembro e combater todas as formas de terrorismo. A última, além de reiterar os pontos principais da Resolução 1373, explicitou requisitos que todos os estados deveriam cumprir a fim de controlar o problema do terrorismo (ROBERTS, 2008).

---

<sup>49</sup>De tradução livre: “A nossa é uma estratégia de ação direta e contínua contra grupos terroristas, cujo efeito cumulativo irá inicialmente romper, ao longo do tempo degradar e, finalmente, destruir as organizações terroristas. Quanto mais frequente e incansavelmente atacarmos os terroristas em todas as frentes, usando todas as ferramentas do Estado, mais eficazes seremos” (UNITED STATES, 2003, p. 2).

De acordo com Pereira (2011, p. 181), a invasão americana foi planejada com três objetivos em mente: desmantelar a rede da Al-Qaeda no Afeganistão, impedir bin Laden e seus pares de continuarem a usar o país como base de operações e derrubar o regime fundamentalista islâmico no país, formando um governo de coalizão das diferentes facções societárias. O início das operações foi marcado por uma intensa campanha aérea contra estruturas Talibãs e da Al-Qaeda, com uma ofensiva terrestre simultânea, cujo objetivo era penetrar no território afegão, desestabilizando o regime da época. As forças em terra eram compostas pelas equipes da Divisão de Ações Especiais da CIA e das Forças Especiais americanas, em conjunto com as forças da Aliança do norte, a coligação anti-Talibã. Procurou-se perseguir os líderes dos Talibãs e da al-Qaeda e eliminar as últimas bolsas de resistência e os refúgios nas montanhas onde os militantes procuravam reagrupar-se. Destacam-se a Operação Liberdade Duradoura (2001), a batalha de Tora Bora (2001) e a Operação Anaconda (2002).

Inicialmente, consolidou-se uma vitória militar estadunidense, que conjugou de forma eficaz a capacidade de utilizar o poder aéreo sem restrições, o recurso sistemático às forças especiais e à CIA e o recurso às diversidades étnicas locais<sup>50</sup>. Portanto, em 2002, deram-se início aos trabalhos de consolidar politicamente e de criar um regime democrático e legítimo em Cabul. Já em dezembro de 2001, a conferência de Bona criara a Autoridade Provisória Afegã, base do restabelecimento de uma soberania afegã, que levou em Janeiro do ano seguinte à formação do regime de coalizão de Hamid Karzai, ligado moderadamente aos valores ocidentais. Entretanto, tão logo o novo regime foi estabelecido, os Talibãs e a Al-Qaeda reiniciaram seu processo de recrutamento, sustentando a defesa de um regime fundamentalista islâmico para o país. Na verdade, desde 2006, a instabilidade no território afegão se tornou crescente, graças ao aumento atividade insurgente destes grupos – além dos altos níveis de produção de drogas ilegais - e à fragilidade do governo estabelecido, que exerce controle de forma extremamente limitada fora de Cabul. Por esta razão, empregaram-se tropas permanentes dos EUA (e da OTAN) no país, em um esforço de reconstruí-lo e de restaurar sua estabilidade política, procurando legitimar o governo de Hamid Karzai (PEREIRA, 2011, p. 212-214). De acordo com o Departamento de Defesa dos EUA, chegou-se a alcançar a marca de 100 mil tropas em território afegão, durante os anos de 2010 e 2011, e construíram-se mais de 800 bases militares no local.

---

<sup>50</sup> Entretanto, faltou-se na captura de Osama bin-Laden e de outros líderes notórios da al-Qaeda, que conseguiram refúgio nas zonas tribais do Paquistão.

Concomitantemente, após a queda do regime talibã e com o ENS de 2002, os EUA direcionaram as suas atenções para o Iraque. Diferentemente da invasão do Afeganistão, as bases legais para as operações estadunidenses em território iraquiano são muito mais contestáveis. Procurou-se justificar a operação de duas formas. Primeiramente, com base na violação das Resoluções 687 e 1441 do CSNU, que estabeleciam que o Iraque deveria destruir suas armas nucleares, químicas e biológicas, devendo ainda limitar em 150 km o alcance de seus mísseis balísticos, além de cooperar com as futuras inspeções das Nações Unidas e da Agência Internacional de Energia Atômica (da sigla em inglês, IAEA). Segundamente, como um ataque preventivo de legítima defesa, alegando que falha de Bagdá em cooperar com os inspetores da ONU para a verificação da destruição de suas armas de destruição em massa e as supostas ligações com grupos terroristas que representavam ameaças à segurança internacional e doméstica dos EUA. Entretanto, ambas as justificativas são falhas em termos legais, dado que nenhuma resolução do CSNU autorizou expressamente o uso da força e que havia dúvidas acerca da classificação da invasão como legítima defesa, pois não houve comprovação de ameaça iminente aos EUA (PINHEIRO, 2009).

Os fatos não deram suporte ao caso de preempção, pois não existiu nem iminência nem necessidade. Como resultado, a Guerra no Iraque pareceu, no máximo, qualificar-se como um exemplo de guerra preventiva, mas existem fortes razões legais, morais e políticas para negar tanto a legalidade quanto a legitimidade de tal uso da força. Não é aceitável exceção ao sistema da Carta, e nenhum esforço foi feito pelo governo dos EUA para reivindicar o direito de guerra preventiva, embora o fraseado altamente abstrato e vago da doutrina de ação preemptiva [de antecipação] na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA fosse mais precisamente formulada como ‘uma doutrina de guerra preventiva’. (FALK, 2003<sup>51</sup> *apud* PINHEIRO, 2009).

Independentemente da falta de legitimidade da operação frente aos organismos internacionais, opta-se unilateralmente por iniciar uma guerra contra o Iraque<sup>52</sup>. Bresser-Pereira (2003, p. 44) sustenta que a invasão fora planejada pelo Partido Republicano na década anterior, dados os resultados da primeira Guerra do Golfo, de 1991. Infere-se da análise do autor que o Iraque foi escolhido como um dos inimigos na Guerra ao Terror porque o conflito anterior não atingira todos os resultados desejados, visto que não se teve sucesso em depor o regime ditatorial e secular de Saddam Hussein, e assim significara uma derrota política para os Estados Unidos. Em outras palavras, Bagdá representava um desafio ao poder americano e ao governo republicano que deveria ser combatido; logo, os EUA invadiram o

<sup>51</sup>FALK, Richard. What future for the UN charter system of war prevention? *TFF*, June 23, 2003. Disponível em: <[http://www.transnational.org/SAJT/forum/meet/2003/Falk\\_UNCharter.html](http://www.transnational.org/SAJT/forum/meet/2003/Falk_UNCharter.html)>. Acesso em: 10 jan. 2008.

<sup>52</sup>No dia 17 de março de 2003, o Presidente Bush enviou um ultimato ao Iraque, dizendo que iniciaria o ataque caso Hussein não saísse do país em 48 horas. Hussein não o fez e a invasão inicia às 5h da manhã do dia 20 de março de 2003 (VISENTINI, 2012, p. 105).

Iraque em desrespeito às normas do direito internacional<sup>53</sup>. A guerra teve início no dia 20 de março de 2003, quando os EUA – apoiados pelas forças do Reino Unido, da Polônia, da Austrália e das milícias curdas – colocou em andamento a intervenção militar conhecida como Operação Liberdade Iraquiana. O diplomata John Negroponte comunica ao Conselho de Segurança o ocorrido em uma carta, cujo excerto está disposto abaixo.

As forças de coalizão começaram as operações militares no Iraque. [...] As ações que estão sendo tomadas são autorizadas nos termos das existentes resoluções do Conselho, incluindo a Resolução 678 (1990) e a Resolução 687 (1991). A Resolução 687 impôs uma série de obrigações ao Iraque, incluindo, principalmente, as obrigações de desarmamento extensivo, que foram as condições do cessar-fogo estabelecidas por ela. Há muito se tem reconhecido e entendido que uma violação material dessas obrigações remove a base do cessar-fogo e restabelece a autoridade para usar a força nos termos da Resolução 678. Essa tem sido a base para o uso da força de coalizão no passado, e tem sido aceita pelo Conselho, como evidenciado, por exemplo, pelo pronunciamento público do Secretário-Geral em janeiro de 1993; depois da violação material da Resolução 687 pelo Iraque, as forças de coalizão receberam um mandato do Conselho para usar a força em acordo com a Resolução 678. (NEGROPONTE, 2003<sup>54</sup> *apud* PINHEIRO, 2009).

O governo Bush estabeleceu uma série de objetivos para a Operação Liberdade Iraquiana. Em primeiro lugar, as forças da coalizão deveriam depor o regime de Saddam Hussein e eliminar as armas de destruição em massa em posse iraquiana. Em segundo lugar, dever-se-ia capturar e/ou afugentar terroristas e coletar informações sobre as suas redes e células no Oriente Médio. Em terceiro lugar, coletar-se-ia todos os dados sobre os programas governamentais de desenvolvimento de armas ilícitas. Por fim, esforços seriam feitos no sentido de assegurar a integridade dos campos de petróleo iraquianos, prover ajuda humanitária a população civil e auxiliar o Iraque a alcançar um governo representativo e integridade territorial (SPRING, 2003).

As tropas da coalizão iniciaram a ofensiva terrestre simultaneamente pela península de al-Faw, região praticamente desabitada e rica em petróleo no sudeste do Iraque, e pelo oeste, procurando alcançar a capital, Bagdá. O avanço das tropas da coalizão foi de velocidade impressionante, visto que as fracas e desorganizadas forças iraquianas não foram capazes de oferecer resistência real. A tomada de controle da cidade natal de Saddam Hussein, Tikrit, no dia 14 de abril de 2003, marcou efetivamente o término do conflito militar principal. O

<sup>53</sup> Além disso, acredita-se que os EUA desejavam atacar o Iraque devido a problemas internos, como crise econômica, necessidade de gastos armamentistas e perda de credibilidade da Guerra ao Terrorismo (VISENTINI, 2012, p. 102).

<sup>54</sup> NEGROPONTE, John D. **Letter to UN Security Council**. ISN, 2003. Disponível em: <<http://se2.isn.ch/serviceengine/FileContent?serviceID=23&fileid=A0BAFF4A-4D9E-1F64-0B64-9291FF196640&lng=en>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

Presidente Bush anunciou o fim das “principais operações militares” no dia 01 de maio de maio de 2003, quando – em menos de dois meses de conflito – havia-se obtido o controle de Bagdá e a derrubada do regime de Hussein. Estima-se que 9000 combatentes iraquianos e muitos outros civis tenham morrido durante o período de invasão (VISENTINI, 2012, p. 105; PINHEIRO, 2009).

No período que se seguiu a invasão, o país se tornou um território sem governo e com a interrupção do fornecimento de serviços básicos à população. Os objetivos iniciais na reconstrução do território iraquiano seriam a busca e captura dos antigos líderes do Partido Baath – Saddam Hussein foi capturado em 2003, sendo executado três anos depois – e o início das tratativas para a formação de um governo de transição – eleito em 2005. Todavia, desde o final da guerra de 2003, frente à ocupação estadunidense do país, a resistência militar iraquiana ressurgiu – e vem crescendo – em duas frentes: uma advinda dos apoiadores do antigo governo ainda não capturados e outra de militantes extremistas islâmicos, principalmente os ligados ao grupo al-Qaeda. Foram realizados ataques regulares contra as forças de ocupação, principalmente valendo-se de táticas de guerrilha, como ataques suicidas, bombas caseiras, morteiros e foguetes, além de sabotagem de infraestrutura pública, como oleodutos, redes elétricas e suprimento de água e outros produtos (VISENTINI, 2012, p. 105-106).

Logo, as forças da coalizão engajaram-se em uma campanha de contrainsurgência, entre os anos de 2003 e 2011, procurando garantir a permanência do governo de transição. Como consequência, dadas as dificuldades crescentes em garantir o controle governamental da integridade do território iraquiano e em defender-se de um crescente número de ataques às forças internacionais, Bush optou repetidas vezes por ampliar o contingente de soldados no país, alcançando um patamar de 100 a 150 mil tropas em solo estrangeiro, e o número de bases, totalizando 505 instalações em solo iraquiano (HERITAGE FOUNDATION, 2016, p. 105). A partir destes dados e da análise feita anteriormente sobre a ocupação do Afeganistão, é possível inferir que a doutrina de Guerra ao Terror motivou uma ampliação significativa da infraestrutura militar estadunidense no Oriente Médio. Enfatiza-se o uso do termo “Oriente Médio”, visto que não se investiu apenas em bases militares no Iraque e no Afeganistão, mas em bases de apoio em todos os países do Golfo (Arábia Saudita, Kuwait, Bahrain, Qatar, Emirados Árabes Unidos e Omã), no Quirguistão e Uzbequistão e outros países na Ásia Central.

A associação deste crescimento expressivo da presença militar dos EUA no Oriente Médio, além do término da Guerra Fria, diminui a importância estratégica da parceria com



Israel e da manutenção da VMQ. Mearsheimer e Walt (2006, p. 30-34) explicam que a desintegração da União Soviética, em 1991, tornou a estratégia de contenção do comunismo obsoleta, estratégia em que Israel era considerada um elemento-chave. Isso, aliado ao fato que os EUA estão fisicamente presentes no Oriente Médio, fazem com que não se necessite mais de uma Israel militarmente forte para defender os “valores ocidentais” na região. Portanto, inicia-se um processo de contingenciamento da VMQ, que é intensificado pelo fato de o relacionamento com Israel fragilizar a imagem global norte-americana, aumentar os riscos que o terrorismo representa aos EUA e prejudicar o relacionamento estadunidense com outros Estados do Oriente Médio. (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 30-34).

A situação alterar-se-ia um pouco após 2009, com o lançamento da Doutrina Obama de Política Externa e de Segurança. A Doutrina estabeleceu que o uso de capacidades militares deveria ser restringido ao combate de ameaças diretas aos EUA ou aos seus interesses nacionais mais importantes, tornando-se necessário desocupar o Iraque e o Afeganistão e restringir a atuação americana em auxiliar as forças locais na reconstrução dos países (SHALOM, 2016, p. 19-24). Entretanto, independentemente da mudança doutrinária e do término da ocupação de ambas as nações, ainda se tem uma significativa presença militar estadunidense no Oriente Médio, que está sumarizada na tabela e no mapa abaixo, fazendo com que o processo de contingenciamento da doutrina da Vantagem Militar Qualitativa (VMQ), em proporção, continue ocorrendo. Além disso, como mencionado anteriormente, há outros aspectos que motivam a erosão da parceria histórica, como a força da opinião pública sobre os EUA e o processo em curso de diversificação de parcerias – aspectos que serão tratados nas seções a seguir.

Quadro 1 – Presença militar estadunidense no Oriente Médio

<b>País</b>	
<b>Kuwait</b>	Encontram-se, aproximadamente, 15 mil tropas estadunidenses baseadas em território kuaitiano. Elas estão distribuídas entre o Campo de Arifjan e as bases aéreas de Ahmed Al Jaber e de Ali Al Salem Air Base.
<b>EAU</b>	Encontram-se 05 mil tropas da Força Aérea estadunidense, na base aérea de Al Dhafra.
<b>Bahrain</b>	Encontram-se 07 mil homens, em sua maioria da Marinha Americana, visto que o país abriga o Suporte Naval do Bahrain e a 5ª Frota Americana, além de um grupo de militares da Força Aérea Americana para operar as aeronaves F-16s, F/A-18s e P-3 estacionadas no país.
<b>Arábia Saudita</b>	Encontram-se a 379ª Ala Aérea Expedicionária dos EUA, junto com a Missão de Treinamento Militar Americana para o Reino da Arábia Saudita, o Escritório do Programa de Gerenciamento e Modernização da Guarda Nacional da Arábia Saudita, o Escritório do Programa de Gerenciamento das Estruturas da Força de Segurança, estes últimos baseados na Base Aérea da Vila Eskan, próxima da capital Riyadh.
<b>Qatar</b>	Encontram-se alocadas milhares de tropas estadunidenses, principalmente da Força Aérea, já que os EUA operam seu Centro de Operações Aéreas Combinadas e o quartel-general do CENTCOM.
<b>Iraque</b>	Com a irrupção de uma nova guerra civil no país, a partir de junho de 2015, gradualmente os EUA vêm aumentando seu contingente de homens. Os dados disponíveis indicam que, aproximadamente, estão alocadas 3.000 tropas norte-americanas com o compromisso de treinar, apoiar e aconselhar as forças securitárias do Iraque, a fim de combater – indiretamente – as forças do Estado Islâmico na Síria

Fonte: elaborada pela autora, a partir dos dados da Heritage Foundation (2016, p. 102-104).

Figura 5 – Bases Militares dos EUA e da OTAN no Oriente Médio



Fonte: elaborada pela autora a partir de Al Jazeera (2014).

### 3.2 A quebra de moralidade: o poder da opinião pública e a continuidade do conflito entre israelenses e palestinos

Diversos estudos demonstram a existência de uma relação mútua entre a política interna dos Estados com a política externa, mais especificamente a influência exercida pelas forças domésticas nas ações dos tomadores de decisões de política externa. Para fins desta monografia, define-se política interna ou doméstica como os meios pelos quais se tentam influenciar o processo de formulação de política externa, por ambos os funcionários ligados ao governo quanto forças societárias externas a ele, incluindo a força da opinião pública.

Ao tratar-se da relação de interação da política interna com a formulação da política externa, remete-se a contribuição de Robert Putnam e a Teoria dos Jogos de Dois Níveis (1988). De acordo com o autor, nas negociações internacionais, atuam simultaneamente diversos grupos de interesse – que disputam entre si para ver suas demandas atendidas – e os políticos – que lutam para permanecer no poder, construindo coalizões para atender algumas dessas demandas. O jogo entre os dois grupos de atores afeta a formulação de política externa, que deverá balancear os interesses a serem atendidos e os efeitos danosos do quadro internacional para o âmbito nacional (PUTNAM, 1988, p.434). Tendo isso em mente e tendo

em vista que o objeto central desta pesquisa é a política externa dos Estados Unidos para Israel, torna-se necessário analisar como é vista – doméstica e internacionalmente – a parceria entre os dois países, quais os efeitos da mesma sobre a imagem pública dos EUA e sobre a manutenção ou não da VMQ.

No tocante a opinião pública sobre a relação entre os dois países, o aspecto que mais se sobressai é o conflito entre Israel e palestinos. Isso ocorre em função de quaisquer cenários de mudança no conflito tornarem-se improvável enquanto os Estados Unidos mantiverem incondicionalmente seu apoio material e diplomático à Israel, independente de possíveis atos que desrespeitem os direitos humanos por parte de Israel. Trata-se de uma dimensão moral, a qual Mearsheimer e Walt classificam como negativa para o interesse estratégico dos norte-americanos perante seus demais parceiros, visto que pode transmitir a imagem de cúmplice em violações do direito internacional, incluindo os assentamentos nos territórios palestinos, deteriorando a opinião pública sobre o país em âmbitos doméstico e internacional (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 76).

Em relação ao primeiro, uma pesquisa de opinião pública patrocinada pela Universidade de Maryland, em cooperação com o Programa de Consulta Pública estadunidense, procurou demonstrar como está dividida a opinião pública estadunidense nos seguintes aspectos do conflito entre Israel e palestinos:

- a) a possibilidade de uma solução de dois estados;
- b) qual lado deve ser favorecido;
- c) a política de assentamentos e as violações de direitos humanos de Israel; e
- d) como o assunto deve ser ranqueado em termos de prioridades da política externa americana.

Sabendo que as nuances da opinião pública sobre a atuação de Israel no conflito tem implicações para a evolução da VMQ, analisou-se os resultados obtidos pela a universidade em conjunto com uma segunda pesquisa, conduzida pelo Instituto de Pesquisa sobre a Política do Oriente Médio, cujo enfoque era a receptividade nos EUA do auxílio enviado para Israel. Os dados de ambas as pesquisas estão dispostos na tabela abaixo (SMITH, 2014; TELHAMI, 2014).

Tabela 2 – Pesquisas de Opinião Pública nos EUA, sobre a parceria com Israel

Perguntas realizadas pelas pesquisas	%
Solução preferida para o conflito	
<i>Status Quo</i>	14
Anexação	8
Um Estado	34
Dois Estados	39
Outros	5
Se respondido “Um Estado” para questão acima, em qual modelo?	
Democrático	71
Judaico	24
Outros	5
Suporte para uma resolução da ONU estabelecendo um Estado palestino	
EUA deve se opor	27
EUA deve se abster	45
EUA deve ser a favor	25
Posição frente aos assentamentos judaicos	
A favor	34
Contrários	63
Outros	3

---

Como os EUA devem reagir aos assentamentos?

---

Atuação limitada	14
Imposição de sanções	8
Outros	34

---

Como os EUA deve se posicionar no conflito entre Israel e Palestinos?

---

Favorável a Israel	55
Favorável aos Palestinos	6
Neutro	39

---

Opinião sobre a quantidade de auxílio enviada a Israel

---

Exagerada	34
Acima do necessário	27
Adequada	26
Insuficiente	6
Baixíssima	7

---

Como os norte-americanos enxergam a manutenção da VMQ?

---

Envio de auxílio exagerado	34
Envio de auxílio acima do necessário	27
Envio de auxílio adequado	26
Envio de auxílio insuficiente	6
Envio de auxílio baixo	7

---

Fonte: elaborada pela autora a partir de Smith (2014) e Telhami (2014).

A partir da análise das tabelas, destaca-se o fato de 64% dos entrevistados acreditarem que os EUA não devem favorecer nenhum dos beligerantes, números que cresceram se comparado a análises feitas em anos anteriores. Este dado sinaliza que está em curso um lento processo de distanciamento da opinião pública estadunidense com relação a Israel, o que afeta

a formulação da política externa para com o aliado. De acordo com a pesquisa realizada por Smith (2014), aproximadamente 60% da população americana acredita que Israel recebe auxílio em excesso dos EUA, portanto discordando da manutenção da VMQ.

Este efeito é intensificado no âmbito internacional<sup>55</sup>, visto que inúmeros outros setores criticam o apoio incondicional dos EUA a Israel, baseado na desproporcionalidade e na violência da resposta de Israel contra os adversários palestinos. O programa da universidade de Maryland também realizou uma pesquisa de opinião acerca do conflito a nível mundial, encontrando resultados extremamente desfavoráveis a Israel. Dentre os 18 países da amostragem, 14 deles tiveram a maioria de sua população defendendo que o seu governo não deveria tomar lados no embate, sendo que nenhum país da amostra favoreceu o lado israelense. Além disso, a maioria dos entrevistados acredita que nem os EUA ou Israel estão fazendo o esforço necessário para alcançar uma solução para o conflito (54% para Israel e 59% para os EUA). A opinião negativa sobre Israel e sobre a atuação dos EUA no conflito tem implicações significativas sobre a parceria entre os dois países, visto que faz pender o posicionamento oficial do governo para o lado do contingenciamento da VMQ.

No meio acadêmico, uma análise sobre os efeitos da parceria com Israel sobre a imagem pública dos EUA e o processo de contingenciamento é encontrada no livro *“The Israel Lobby”*, de Mearsheimer e Walt (2006). Os autores defendem que os formuladores da estratégia estadunidense deveriam levar em consideração os efeitos da aliança sobre a imagem pública do país, visto que têm implicações para a execução dos interesses nacionais e para a segurança do país. Notoriamente, a insatisfação com relação a essa parceria incondicional aumenta os riscos que o terrorismo representa aos EUA e prejudica o relacionamento estadunidense com Estados de maioria muçulmana, limitando os acordos que podem firmar os mesmos<sup>56</sup> (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 30-34).

Mearsheimer e Walt (2006, p. 30-34) sustentam que os efeitos negativos da parceria se sobressaem ainda mais em um período em que Israel deixou de ser um aliado estratégico para os EUA. Segundo os autores, o desaparecimento da ameaça soviética e o aumento da presença física americana na região – trabalhada nas seções anteriores – tornam desnecessária a manutenção do auxílio econômico, militar e diplomático (incluindo a doutrina da VMQ) em

<sup>55</sup>Incluindo, surpreendentemente, setores dentro de Israel. O piloto aposentado israelense, Iftach Spector, em seu livro *“Alto e Bom Som”* (2010), traz relatos do movimento refusnik e da publicação da Carta dos Pilotos. Ambos remetem a um movimento de militares que não aceitariam mais missões em que alvos civis palestinos pudessem ser atingidos, mostrando-se contrários ao aumento de intensidade no trato com os adversários. Spector acredita que é necessário renunciar aos territórios conquistados e sua população não judaica, posicionando-se favorável as negociações de paz e a criação do Estado Palestino (SPECTOR, 2010, p. 415-425).

<sup>56</sup>Por exemplo, os Estados do Golfo, Irã, Iraque e Síria (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 34-40).

mesmo montante e ritmo que durante o período da Guerra Fria. A partir disso, Mearsheimer e Walt concluem que a manutenção do apoio incondicional a Israel e a continuidade da VMQ, ao menos nominalmente<sup>57</sup>, resultam, principalmente, da pressão de grupos políticos domésticos, formadores do “lobby israelense” – o eixo favorável a aliança na opinião pública doméstica.

### **3.3 A força do Lobby Judaico e a legislação de transferência de vasos navais, a PL 110-409 (2008): o “canto do cisne” da VMQ?**

Aqui define-se lobby israelense como a parcela<sup>58</sup> dos judeus americanos – e suas organizações, com destaque para a o Comitê para Assuntos Públicos dos EUA e de Israel (AIPAC, da sigla em inglês) – que fazem um significativo esforço diário para dobrar a política externa americana em favor de avançar os interesses de Israel (combatem quaisquer críticas ou pressões colocadas sobre o Estado-judeu). As suas atividades vão além de simplesmente votar em candidatos que são pró-Israel, incluindo a escrita de trabalhos, contribuições financeiras, contribuições a campanhas eleitorais e apoio às organizações pró-Israel. Sua estratégia é de angariar influência significativa em Washington, pressionando tanto o Congresso como o Executivo a apoiar o Estado-judeu, e garantir que o discurso público sobre o país se mantenha positivo, atuando ativamente na grande mídia (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 40-50).

A atuação do lobby vai além de pressionar a administração norte-americana pelo envio de auxílio externo, mas procura moldar os elementos centrais da política americana para o Oriente Médio. Em particular, procura convencer os líderes americanos a apoiar a repressão contínua de Israel para com os palestinos e atuar contrariamente os adversários regionais israelenses – Irã, Iraque, e da Síria –, bem como grupos como Hezbollah. Os autores, entretanto, questionam-se sobre a possibilidade de um afastamento com relação a estes países causar uma erupção ainda maior na região e acabar por envolver os EUA em uma guerra preventiva, o que não poderia ser enquadrado dentro dos interesses nacionais estadunidenses (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 50-62).

---

<sup>57</sup> Em termos reais, a VMQ vem caindo proporcionalmente a cada ano.

<sup>58</sup> Cabe refutar acusações, muitas vezes embutidas com algum grau de antissemitismo, de que todos os judeus estariam trabalhando em conjunto com o lobby. Inclusive, uma parcela cada vez maior de jovens judeus liberais afastam-se do apoio incondicional a Israel, defendendo os direitos humanos acima de tudo (MALKA, 2011, p. 44).



Considerando o tamanho da influência do lobby israelense nos EUA, é possível interpretar os últimos acordos militares com Israel<sup>59</sup>, incluindo a incorporação da VMQ em legislação, a partir de 2008, como uma forma de atender às pressões do lobby. Refere-se aqui à legislação de transferência de vasos navais, a lei pública (da sigla em inglês, PL) 110-409 de 2008, que definiu a VMQ como a capacidade de combater e derrotar qualquer ameaça militar credível, ao mesmo tempo em que se sustentam mínimos danos e baixas, valendo-se de meios militares tecnicamente superiores, possuídos em quantidade suficiente - incluindo armas e capacidades de comando, controle, comunicação, inteligência, vigilância e reconhecimento (SHARP, 2014, p. 3). Entretanto, dada à perda relativa da importância da parceria israelense e ao encolhimento proporcional da VMQ, pode-se interpretar esta decisão do Congresso é que esta seja um “canto do cisne”<sup>60</sup> da VMQ, uma última tentativa de mantê-la, ao menos nominalmente, e de satisfazer os interesses do lobby israelense e garantir seu apoio político antes do declínio derradeiro da doutrina.

É questionável se a influência do lobby pode ser minimizada. Mearsheimer e Walt (2006) acreditam que sim, visto que os analistas de política externa passaram a enxergar os malefícios dessa relação incondicional com Israel. Os autores sustentam que o Congresso norte-americano deveria fazer um balanceamento dos custos e benefícios da aliança Israel-EUA para ambos os países: os dois Estados saem prejudicados, visto a polêmica que esta aliança cria na região do Oriente Médio, fazendo com que uma onda de agressividade se volte aos países sem uma perspectiva de paz (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 62-63). Este argumento é sustentado também pela pesquisa de Wunderle e Briere (2008, p. 5-21), que também defende que os EUA deveriam reavaliar se o que Israel exige do país vai de encontro com seus interesses nacionais e se prejudica suas alianças com outros países no Oriente Médio (Arábia Saudita e os Estados do Golfo), averiguando ou não a necessidade de reformulação da VMQ.

### 3.4 Conclusões Preliminares

Analisando os eventos dos últimos anos, pode-se dizer que ambos os trabalhos de Mearsheimer e Walt (2006) e Wunderle e Briere (2008) anteciparam a reavaliação estratégica que ocorreria durante a administração Obama. Quando o Presidente assumiu o governo em 2009, logo após o término da Guerra de Gaza (2008), notou-se que entre os seus funcionários

<sup>59</sup> Incluindo a P.L. 113-296, a Parceria Estratégica entre Israel e os EUA (*United States-Israel Strategic Partnership Act*) de 2014.

<sup>60</sup> Expressão popular que descreve um gesto ou esforço final pouco antes do declínio de um indivíduo ou prática.

cada vez mais se enxergava a atuação do governo israelense como parte do problema, em vez de fazer parte da solução. No centro da fricção estava a aparente relutância de Israel em assumir compromissos de longa data para um acordo definitivo israelense-palestino. O governo dos EUA definiu tal acordo não apenas como um interesse americano, mas também como essencial tanto para a segurança de Israel como para os Estados Unidos no Oriente Médio (MALKA, 2011, p. 65). Portanto, entre 2009 e 2010, Obama proferiu os seguintes discursos:

The absence of peace between Palestinians and Israelis is an impediment to a whole host of other areas of increased cooperation and more stable security for people in the region, as well as the United States.<sup>61</sup> (OBAMA, 2009<sup>62</sup> *apud* MALKA, 2011, p. 65).

We agree that Israelis have the right to prevent arms from entering into Gaza that can be used to launch attacks into Israeli territory. But we also think that it is important for us to explore new mechanisms so that we can have goods and services, and economic development, and the ability of people to start their own businesses, and to grow the economy and provide opportunity within Gaza.<sup>63</sup> (OBAMA, 2010<sup>64</sup> *apud* MALKA, 2011, p. 66).

A falta de uma estratégia prática de Israel para estabelecer melhorias econômicas e de segurança nos territórios palestinos para a consecução de um acordo viável restringe o montante de auxílio militar que os EUA podem enviar sem prejudicar sua imagem pública. Este ponto vem sendo intensamente debatido no Pentágono, como sinalizam os discursos proferidos pelo ex-Ministro Robert Gates e pelo General Petraeus em 2010, onde se tem questionado a possibilidade de o conflito ter fomentado sentimentos antiamericanos, devido a uma percepção do favoritismo dos EUA para Israel. A ira árabe sobre a questão palestina limita a força e a profundidade das parcerias dos EUA com os governos e povos no Oriente Médio e enfraquece a legitimidade de regimes moderados no mundo árabe. Enquanto isso, a Al-Qaeda e outros grupos militantes exploram essa raiva para mobilizar apoio (MALKA, 2011, p. 67). O presidente Obama advertiu na época:

There's a reason why the Palestinians are pursuing their interests at the United Nations. They recognize that there is an impatience with the peace

---

<sup>61</sup>De tradução livre: “A ausência de paz entre palestinos e israelenses é um obstáculo a toda uma série de outras áreas de cooperação mais profunda e de segurança mais estável para as pessoas da região, bem como para os Estados Unidos.” (OBAMA, 2009 *apud* MALKA, 2011, p. 65).

<sup>62</sup>OBAMA, Barack. Remarks by President Obama and President Abbas of the Palestinian Authority in Press Availability. Washington, 28 May 2009.

<sup>63</sup>De tradução livre: “Concordamos que os israelenses têm o direito de impedir que entrem em Gaza armas que podem ser usadas para lançar ataques ao território israelense. Mas também pensamos que é importante explorarmos novos mecanismos para que se possa ter acesso a bens e serviços, desenvolvimento econômico e capacidade de as pessoas iniciarem os seus próprios negócios e aumentar a economia e proporcionar oportunidades dentro da Faixa de Gaza.” (OBAMA, 2010 *apud* MALKA, 2011, p. 66).

<sup>64</sup>OBAMA, Barack. Remarks by President Obama and President Abbas of the Palestinian Authority after Meeting. 9 June 2010.

process, or the absence of one, not just in the Arab World—in Latin America, in Asia, and in Europe. And that impatience is growing, and it's already manifesting itself in capitals around the world.<sup>65</sup> (OBAMA, 2011<sup>66</sup> *apud* MALKA, 2011, p. 67).

Os desafios diplomáticos têm provocado fricção adicional entre os EUA e Israel, minando o cerne da estratégia do primeiro com relação ao segundo, a VMQ (MALKA, 2011, p. 69). Em primeiro momento, este contingenciamento preocupa muito mais Israel, visto que existe a crença de que os Estados Unidos não iriam mais interceder em seu favor contra os seus adversários no Oriente Médio, dada a perda de seu valor estratégico. Esta perda é real, dada a extensão da presença militar americana, explicada nas primeiras seções: a construção de um extenso “império extraterritorial” norte-americano no Oriente Médio – via instalação de bases militares iniciada durante a primeira Guerra do Golfo (1991) e justificada pela Doutrina de Guerra ao Terror de Bush – os EUA não necessitam mais de Israel militarmente forte para defender seus interesses no Oriente Médio (ALZADANI, 2010; VINE, 2016). Como resultado do processo de extensão da presença física na região, os Estados Unidos consolidaram-se como a principal potência extrarregional do Oriente Médio, tornando-se um componente fixo da balança de poder da região (MEARSHEIMER, 2011).

Este contingenciamento da VMQ tem consequências inesperadas para a correlação de forças no Oriente Médio. Portanto, serão analisados, no próximo capítulo, três processos que vêm alterando a dinâmica geopolítica da região. Primeiramente, a diversificação de parcerias estadunidenses – principalmente a aproximação com os países do Golfo e com o Irã. Segundamente, a chegada de outras potências estrangeiras à região, com objetivo de projeção de poder. O efeito cumulativo destes processos é extremamente perigoso para Israel, como será explicado na sequência.

---

<sup>65</sup>De tradução livre: “Há uma razão pela qual os palestinos estão perseguindo seus interesses nas Nações Unidas. Eles reconhecem que há uma impaciência com o processo de paz, ou a ausência de um, não apenas no mundo árabe – mas na América Latina, na Ásia e na Europa. E essa impaciência está crescendo, e já está se manifestando em capitais ao redor do mundo.” (OBAMA, 2011 *apud* MALKA, 2011, p. 67).

<sup>66</sup>OBAMA, Barack. Remarks by the President at the AIPAC Policy Conference 2011. Washington, 22 May 2011.

#### **4 AS RELAÇÕES ENTRE EUA E ISRAEL A PARTIR DE 2015: COMO O CONTINGENCIAMENTO DA VMQ ESTÁ INVERTENDO A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NO ORIENTE MÉDIO**

Como mencionado no capítulo anterior, o processo de contingenciamento da VMQ é intensificado pela diversificação de parcerias norte-americanas – inclui-se aqui a o crescente fornecimento de armamentos para os países do Golfo e a aproximação dos EUA com o Irã, significado no recente Acordo Nuclear entre esses países – e a chegada de outras potências estrangeiras à região. Cada um destes itens tem implicações distintas para a geopolítica do Oriente Médio e serão comentados a seguir.

Primeiramente, a aproximação entre os EUA e o Conselho de Cooperação dos Estados do Golfo, particularmente a Arábia Saudita, resultado de um desejo comum de contrabalancear o Irã, desenvolveu substancialmente o arsenal de armamentos destes países, inclusive colaborou para o desenvolvimento de lançadores de mísseis com capacidades nucleares sauditas. A ameaça que este país passou a representar para Israel intensificou-se ainda mais quando, em 2016, houve a assinatura de um contrato de aquisição de ogivas e mísseis balísticos com o Paquistão, como resposta à assinatura do Acordo Nuclear entre o Irã e o P5+1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha). Segundamente, este acordo – além de ameaçar a segurança saudita – era uma afronta ao Estado-judeu: é provável que este tenha sido o evento histórico que mais erodiu as relações entre Israel e os Estados Unidos, tanto que motivou o primeiro a iniciar um processo de busca por parcerias militares alternativas.

Acredita-se o Acordo Nuclear deva ser entendido como uma forma de contrabalancear a ameaça que o Estado Islâmico representa para os protagonismos regionais iraniano e estadunidense. Esta ameaça, terceiramente, forneceu uma justificativa para que potências estrangeiras retornassem ao Oriente Médio. Sob a alegação de estarem trabalhando em prol da paz, do progresso, da moderação político-religiosa e da estabilidade regional, Inglaterra, França e Rússia puderam recuperar, parcialmente, a influência que tiveram sobre a região ao longo do século XX. Se somadas as influências destas três mudanças geopolíticas, torna-se possível estabelecer a principal hipótese que rege esse capítulo: está em curso uma inversão na correlação de força no Oriente Médio, o que traz inúmeros perigos para Israel. É possível que, nos próximos anos, a doutrina da VMQ – encabeçada pelos EUA – adentre sua fase terminal.

Estas mudanças geopolíticas em curso correspondem às seções do presente capítulo. A primeira seção analisará a aproximação dos EUA com os países do Golfo e a ameaça posta pela nuclearização saudita; a segunda avaliará o Acordo Nuclear com o Irã, considerando-o como a resposta ocidental a crescente ameaça do Estado Islâmico; e a terceira seção analisará a projeção de poder das potências mencionadas acima sobre o Oriente Médio. Por fim, tentar-se-á alcançar conclusões preliminares sobre este processo cumulativo de mudanças geopolíticas. Entretanto, deve-se frisar que a análise feita a seguir teve uma significativa limitação de fontes e, portanto, deve ser vista como a interpretação da autora sobre os fatos.

#### **4.1 A aproximação dos EUA com os países do Golfo: a ameaça posta pela Arábia Saudita à Israel**

Ao final do capítulo anterior, estabeleceu-se que o processo de contingenciamento da VMQ também está relacionado com a diversificação de parcerias dos EUA e de Israel. O mais antigo aspecto desta busca por novos aliados recai sobre a trajetória ascendente de fornecimento de armamentos dos EUA para os países do Golfo<sup>67</sup>, principalmente para a Arábia Saudita, após a Revolução Islâmica do Irã em 1979. Estes atores passaram a enxergar o Irã como uma potencial ameaça, dada sua nova orientação de política externa para a região de competição com os EUA e com os Estados do Golfo pela liderança regional<sup>68</sup>. Portanto, adotou-se uma política de construção crescente de capacidades militares dissuasórias – incluindo treinamento, transferências de armamentos e exercícios militares – para os Estados do Golfo, constantemente assistida pelos EUA, Inglaterra e França (CORDESMAN, 2014, p. 2-5; 24-25; 41). Essa política foi iniciada durante a década de 1980, mantendo-se ao longo das décadas de 1990 e 2000, como demonstrado pelo gráfico abaixo.

---

<sup>67</sup> Kuwait, Arábia Saudita, Bahrein, Qatar, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Omã.

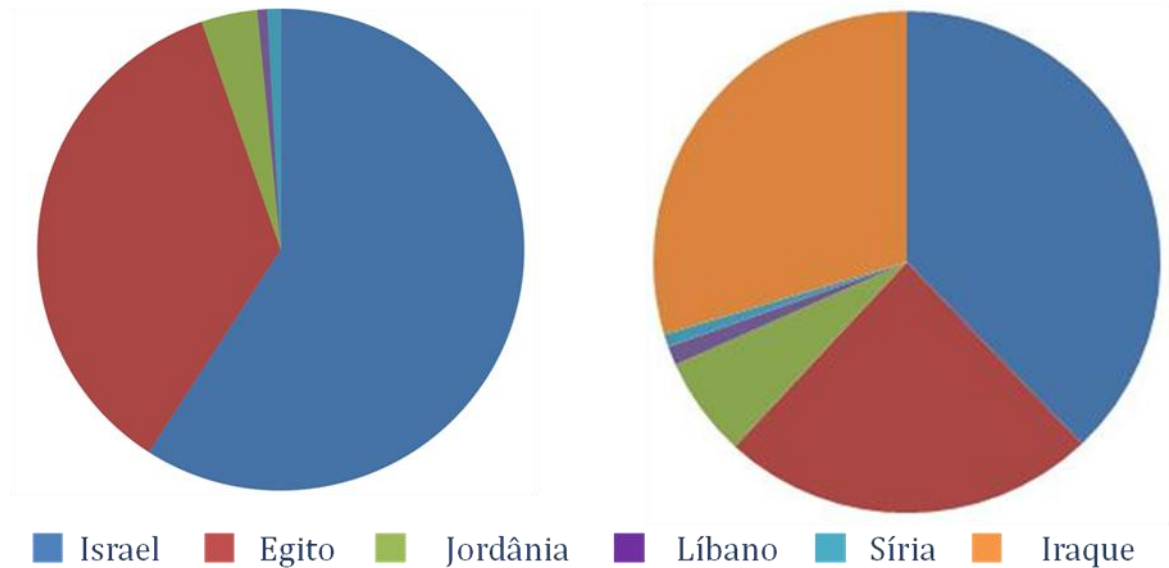
<sup>68</sup> Estes esforços envolviam o estabelecimento de um programa de desenvolvimento de capacidades de guerra assimétrica, mísseis e armas de destruição em massa, o que ameaçava territorialmente os Estados do Golfo e, conseqüentemente, o fluxo de petróleo para os EUA (CORDESMAN, 2014, p. 2-5).

Gráfico 1 – Auxílio Externo dos Estados Unidos para o Oriente Médio<sup>69</sup>

## Auxílio Externo dos EUA (milhões US\$)

1973 - 1991

1992 - 2014



Fonte: elaborado pela autora a partir de U.S. Agency for International Development – USAID (2016)

É importante destacar que a parceria com os países do Golfo foi intensificada, durante a administração Obama, com o anúncio da nova estratégia estadunidense para a manutenção de sua liderança global (do inglês, *Sustaining US Global Leadership: Priorities for the 21st Century*), em janeiro de 2012. Estabeleceram-se como prioridades as seguintes metas: primeiro, lutar contra as ameaças de terrorismo e guerra irregular; segundo, combater as armas de destruição em massa; terceiro, manter uma dissuasão nuclear segura e eficaz; quatro, estabilizar focos de contrainsurgência; e, por fim, abordar preocupações com atores regionais que possam afetar a projeção de poder e o acesso americano em determinadas áreas (UNITED STATES OF AMERICA, 2012a, p. 4-6). Para estes fins, elaborou-se como parte da estratégia o estabelecimento de uma rede de cooperação em defesa com os países do Golfo, o que está explicitado no trecho abaixo.

Our defense efforts in the Middle East will be aimed at countering violent extremists and destabilizing threats, as well as upholding our commitment to allies and partner states. Of particular concern are the proliferation of ballistic missiles and weapons of mass destruction (WMD). U.S. policy will emphasize Gulf security, in collaboration with Gulf Cooperation Council countries when appropriate, to prevent Iran's development of a nuclear

<sup>69</sup>Deve-se sinalizar que o aumento das transferências de armamentos para o Iraque teve relação com os esforços de reconstrução do país, durante a ocupação americana (2003-2011).

weapon capability and counter its destabilizing policies. [...] To support these objectives, the United States will continue to place a premium on U.S. and allied military presence in – and support of – partner nations in and around this region.<sup>70</sup> (UNITED STATES OF AMERICA, 2012a, p. 2).

De acordo com Wezeman e Wezeman (2014) nova ênfase conferida a estes países resultou em um aumento de 71% das importações de armas para o Conselho de Cooperação dos Estados do Golfo (GCC, da sigla em inglês). De acordo com Cordesman (2014, p. 48), a nova importância conferida ao Golfo pode ser observada quando se compara por região os acordos de vendas militares estadunidenses. Este grupo de países representa 27% do total das transferências de armamentos estadunidenses e 22% do auxílio em treinamento e educação militar oferecida. Deve-se destacar a Arábia Saudita dentre esses países, visto que a petromonarquia cresceu para se tornar o segundo maior importador de grandes armas no mundo em 2014 (WEZEMAN; WEZEMAN, 2014). Os principais acordos firmados entre este país e os EUA, encontram-se abaixo:

Quadro 2 – Acordos Militares entre Estados Unidos e Arábia Saudita

<b>Acordos Militares EUA-Arábia Saudita</b>	
<b>Força Aérea</b>	
Aeronaves	F-15SA Strike Eagle Fighters: 84 novos e 70 atualizações
Treinamento	Emissor de ameaça conjunta ( <i>Joint Threat Emitter</i> ) de Setembro/2013
Armamentos	Harpoon Block II e mísseis SLAM-ER, AGM0145C, JSOW e GBU-39-SDB-Is
<b>Defesa antimíssil e antiaérea:</b> atualizações PATRIOT PAC-3	
<b>Força Terrestre:</b> helicópteros 12 MD-530F, 36AH-6i, 70AH-64D, 72UH-60M	
<b>Força Naval:</b> aquisição de sistemas navais C4I	

Fonte: elaborada pela autora a partir de Cordesman (2014, p. 215).

Ao longo dos anos, as autoridades israelenses manifestaram periodicamente preocupação com as vendas norte-americanas de armamento sofisticado, especialmente de aeronaves, sistemas de radar e munições de precisão-guiada, para estes países. As preocupações israelenses têm fundamento, tendo em vista que, desde 2013, chegam às

<sup>70</sup>De tradução livre: “Nossos esforços de defesa no Oriente Médio serão direcionados para combater extremistas violentos e ameaças desestabilizadoras, além de manter nosso compromisso com aliados e Estados parceiros. É particularmente preocupante a proliferação de mísseis balísticos e armas de destruição em massa (ADM). A política dos EUA enfatizará a segurança do Golfo, em colaboração com os países do Conselho de Cooperação do Golfo, quando apropriado, para impedir que o Irã desenvolva uma capacidade de armas nucleares e para contrariar suas políticas desestabilizadoras. [...] Para apoiar esses objetivos, os Estados Unidos continuarão a colocar um prêmio na presença militar norte-americana e de seus aliados nas - e em apoio de - nações parceiras na região e nas áreas próximas à região.” (UNITED STATES OF AMERICA, 2012a, p. 2).

atenções das agências de inteligência de Israel e da OTAN notícias de que os sauditas teriam infraestrutura para lançar mísseis capazes de atingir Israel (IHS, 2013).

Análises de defesa e segurança publicadas pela IHS, em julho de 2013, relatam o término de uma nova base saudita de apoio ao combate (da sigla em inglês, CSS-2), com estruturas de lançamento de mísseis capazes de atingir o Irã e Israel. Utilizando imagens de satélite, a *IHS Jane's Intelligence Review* identificou uma instalação de mísseis superfície-superfície não revelada na Arábia Saudita. O local está parcial ou totalmente operacional, podendo servir, potencialmente, como um complexo com a capacidade de executar lançamentos operacionais de mísseis. Há duas plataformas de lançamento na instalação, uma alinhada com Israel e a outra com o Irã: isso tem implicações significativas, tendo em vista que ter marcadores direcionais pré-planejados garantem que os mísseis sejam implantados de forma precisa o mais rápido possível (IHS, 2013).

Os mísseis confirmadamente em posse saudita são as ogivas, de capacidade nuclear, Dong Feng-3 chineses (DF-3). Os mísseis foram comprados em grandes quantidades pela Arábia Saudita, em 1985, sendo capazes de atingir alvos entre 2.650 e 4.000 quilômetros, conforme o peso de cada ogiva (IHS, 2013). Estes mísseis já seriam capazes de atingir Israel; porém a situação tornou-se ainda mais urgente em 2016, quando houve a assinatura de um contrato de aquisição de ogivas e mísseis balísticos paquistaneses pela Arábia Saudita. Isso se deu como resposta à assinatura do Plano Geral de Ação Conjunta (da sigla em inglês JCPOA, *Joint Comprehensive Plan of Action*), entre o Irã e o P5+1, dado que os dois países do Oriente Médio são adversários históricos (READ, 2016).

O acordo entre a Arábia Saudita e o Paquistão não surpreendeu os analistas de defesa, tendo em vista que as primeiras notícias de uma suposta parceria entre os dois países datam de novembro de 2013 (URBAN, 2013). Os relatórios de agências de inteligência ocidentais publicados no período determinavam que os sauditas teriam financiado 60% do orçamento de defesa (com destaque para o programa nuclear) paquistanês, em troca da habilidade de comprar ogivas para si no curto prazo (COUGHLIN, 2015). Portanto, frente à possibilidade de um Irã nuclearizado, acredita-se que a Arábia Saudita optou, meramente, por ativar tal acordo.

Este cenário, por razões óbvias, preocupa o governo israelense, tanto que, conforme o desenrolar da situação no Irã e na Arábia Saudita, pode motivar uma corrida nuclear<sup>7172</sup> sem

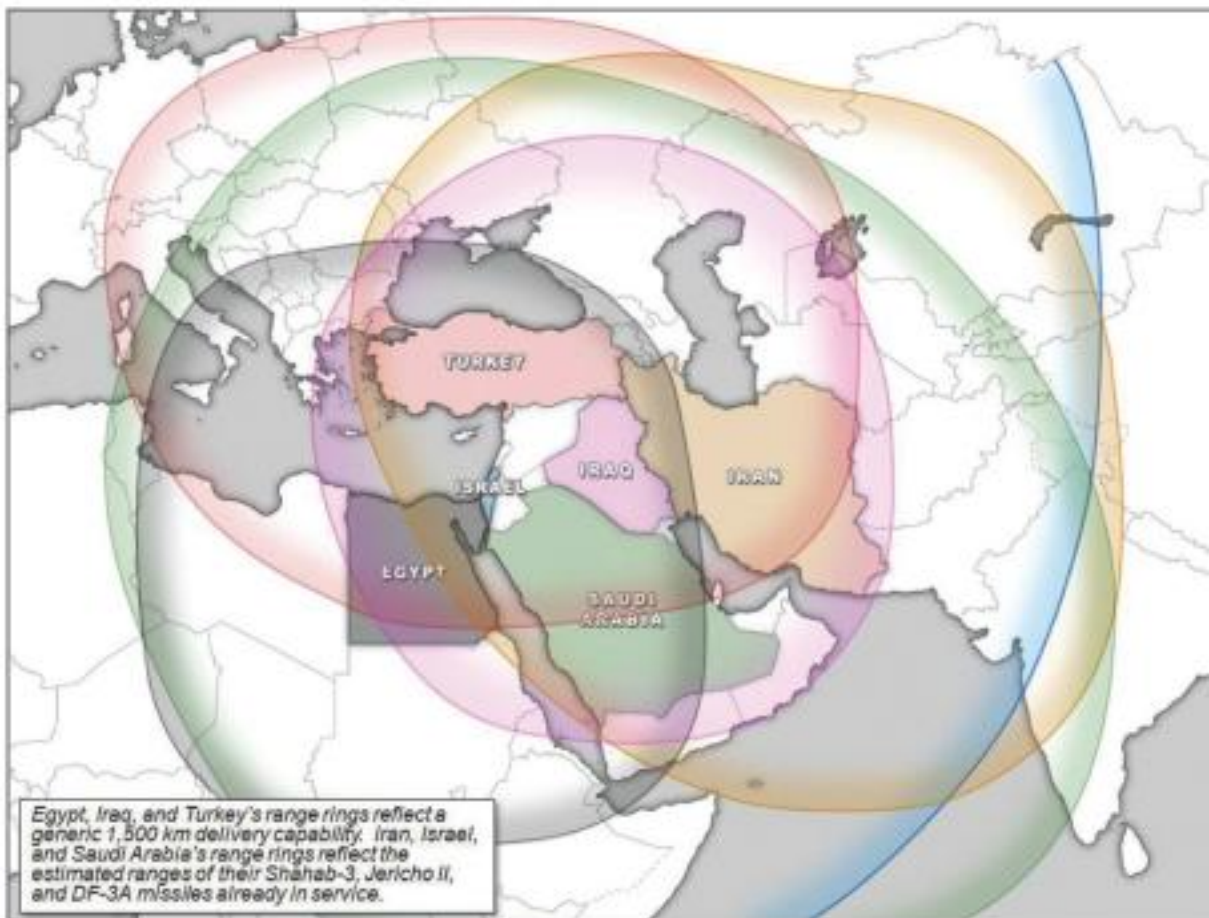
---

<sup>71</sup> Além de Israel, Irã e Arábia Saudita, os prováveis competidores desta corrida incluiriam Egito, Turquia, EAU – países com programas nucleares para usos civis.



precedentes no Oriente Médio – e um consequente aumento no grau de instabilidade da região. Além das perspectivas de ataque sobre seu território, também preocupa Israel o fato de os Estados Unidos serem um dos principais fornecedores de equipamentos e treinamento de defesa para a Arábia Saudita, forçando os formuladores de políticas e autoridades de defesa americanas a navegar com cuidado sobre os compromissos para os dois países. Isto demonstra, claramente, a cada vez maior erosão da VMQ (SHARP, 2014, p. 3).

Figura 6 – Possível Proliferação Nuclear no Oriente Médio



Fonte: Krepinevich (2013)

Conclui-se que – desde o início – a aproximação entre os EUA e os países do Golfo alarmava os tomadores de decisões israelenses; contudo, as preocupações chegaram a novas proporções com as notícias do recente desenvolvimento bélico saudita. Mencionou-se que o acordo entre este país e o Paquistão foi parcialmente motivado pela assinatura do Acordo

<sup>72</sup>Isto indica que, provavelmente, a previsão de Mearsheimer & Walt (2007) sobre as relações entre EUA e Israel está correta. Os autores acreditavam que, no futuro, os dois países competiriam entre si na venda de armas e na assinatura de acordos tecnológicos, coisas já observadas no Irã e no Golfo.

Nuclear com o Irã, dado que intimida a Arábia Saudita; ainda, resta lançar luz sobre as consequências ameaçadoras deste acordo no que diz respeito à própria existência do Estado israelense. Logo, na próxima seção trabalhar-se-á o Plano Geral de Ação Conjunta entre o Irã e o P5+1, procurando demonstrar como isto afetou as relações entre Israel e os EUA.

## **4.2 O Acordo Nuclear com o Irã: a resposta ocidental à crescente ameaça do Estado Islâmico**

O Acordo Nuclear entre EUA, Rússia, China, Inglaterra, França e Irã, assinado em 2015, deve ser entendido como resultado de uma convergência de interesses das potências mencionadas, notoriamente os EUA, e a República Islâmica em combater a ameaça do ISIS. Considerando o fato da organização não ser um ator estatal propriamente dito, utilizando de técnicas não-convencionais para operações militares, utilizar-se-á como base teórica para esta seção a noção de guerra irregular complexa. Portanto, esta seção será dividida em três subseções: a primeira procurará explicar o quadro estratégico ao conflito em curso, a segunda avaliará o surgimento do e a ameaça representada pelo Estado Islâmico e a última versará sobre o Plano Geral de Ação Conjunta.

### **4.2.1 Guerra Irregular Complexa**

A esfera estratégica da guerra pode ser entendida como um esforço organizado, envolvendo a força militar, voltado para atingir um objetivo político. Quando se aplica esta lógica à guerra irregular complexa, a esfera estratégica refere-se a um movimento popular – que não dispõe de organização militar formal ou legitimidade jurídica institucional – que busca tomar o poder pelo uso da força armada, mobilização política e ação legal; é inerentemente uma luta prolongada que vai testar a força de um Estado e seus parceiros estratégicos (VISACRO, 2009, p. 13). Deve-se notar que o uso da força armada não se refere necessariamente a operações militares convencionais<sup>73</sup>, mas também à tática de guerrilha, greves, agitação e ao terrorismo (SHY; COLLIER, 2008, p. 817). Inclusive, de acordo com T. E. Lawrence (2008, p. 241), também conhecido como “Lawrence da Arábia”, as forças insurgentes frequentemente evitam os métodos convencionais, porque o atrito não os

---

<sup>73</sup>“A decisão na guerra irregular é buscada e concretizada através de um número muito grande de pequenas operações individuais, roubos, atos de terrorismo e sabotagem, bombardeios e incursões.” (HEYDTE, 1990, p. 37).

beneficiária: eles procuram deslocar o confronto para longe de um campo meramente físico, somando-lhe um domínio moral.

A guerra irregular se favorece das abordagens de guerra indireta e assimétrica, embora se possa empregar toda a gama de capacidades militares e outras, a fim de minar o poder, a influência e a vontade do adversário. Um conflito assimétrico significa que o contrainsurgente tem uma superioridade esmagadora em bens tangíveis e intangíveis – como o reconhecimento diplomático, poder legítimo nos poderes executivo, legislativo e judicial, recursos financeiros, tecnologia de ponta e comando das forças armadas, para citar apenas alguns – sendo hábil para lutar uma guerra limitada, enquanto o insurgente luta uma guerra total. Portanto, não pode ser derrotado com base apenas na esfera militar. Uma vitória para o insurgente só poderia acontecer como consequência da destruição da capacidade política do inimigo para fazer a guerra (GALULA, 2008, p. 289; MACK, 2008, p. 320).

Para alcançar esse objetivo, o insurgente pode tentar dissociar a população da contraparte, controlá-la fisicamente e/ou obter seu apoio ativo, eliminando o apoio popular ao Estado que trava a guerra; ou aumentar a carga financeira e social do contrainsurgente, criando uma oposição doméstica contra a guerra. Estas técnicas estão intimamente associadas ao estabelecimento de uma causa política forte e ao uso da propaganda. Ter uma causa bem fundamentada pode atrair apoiadores entre a população, o que pode minar o poder de resistência governamental<sup>74</sup>. No que diz respeito ao uso da propaganda, o campo das ideias tem o poder de isolar e confundir inimigos, reunir e motivar amigos, obter o apoio de espectadores hesitantes e de dirigir o esforço militar. Finalmente, os grupos revolucionários podem contar com apoio político, técnico, financeiro e militar de fora, especialmente em confrontações de envolvimento *proxy* (GALULA, 2008, p. 287 – 306; SHY; COLLIER, 2008, p. 821). Estes argumentos ficam explícitos nos trechos abaixo:

If the insurgent manages to dissociate the population from the counterinsurgent, to control it physically, to get its active support he will win the war because, in the final analysis, the exercise of power depends on the tacit or explicit agreement of the population or, at worst, on its submissiveness. [...] The objective being the population itself, the operations designed to win it (for the insurgent) or to keep it at least submissiveness (for

---

<sup>74</sup>A guerra irregular necessita de apoio local para acontecer: nas palavras de Ernesto “Che” Guevara, “a luta guerrilheira é uma luta das massas, é uma luta popular; a guerrilha como núcleo armado, é a vanguarda combatente do mesmo, sua grande força reside na massa da população” (GUEVARA, 1982, p. 15).

the counterinsurgent) are essentially of a political nature.<sup>75</sup> (GALULA, 2008, p. 289-290).

Insurgent and terrorist groups will increasingly utilize the Internet and social media forums to communicate, distribute propaganda, recruit individuals, and accomplish other tasks in the future. [...] These developments will likely have a notable impact on insurgent operations and tactics, making it easier for insurgents to recruit, distribute propaganda, and communicate.<sup>76</sup> (JONES, 2012, p. 4-5).

Guerra irregular não é necessariamente um fenômeno recente, mas foi somente a partir das campanhas do Iraque e do Afeganistão que o pensamento militar deixou de ver o combate a esse tipo de conflito como uma atividade secundária. Manuais clássicos de contrainsurgência foram revistos e atualizados, tendo como ponto central que nesse tipo de conflito não existem regras, o que permite aos insurgentes adequarem-se e moldarem-se a ambientes políticos, sociais e militares diferentes. O Estado deve estabelecer como meta garantir o apoio popular, ou seja, assegurar, respaldar e fortalecer a legitimidade do poder central (ou no caso de uma intervenção estrangeira, do poder do aliado) ao valer-se de uma abordagem política e militar integrada, baseada em empreendimentos públicos que atendam as demandas sociais<sup>77</sup> e invalidem posições fundamentalistas e violentas (FERREIRA, 2012, p. 29-32). Os conflitos envolvendo ISIS, incluindo a guerra civil na Síria, devem ser entendidos neste contexto.

#### 4.2.2 A ameaça do Estado Islâmico

O Estado Islâmico (ISIS) teve origem na célula da Al Qaeda no Iraque e, desde então, transformou-se em um poderoso ator de Estado que está mudando a natureza dos conflitos no Oriente Médio. A Al-Qaeda surgiu no Iraque, após a invasão liderada pelos EUA em 2003 baseada na alegação de que o regime iraquiano se tornou uma ameaça à paz e à estabilidade americanas. A investida obteve êxito em derrubar o regime de Hussein, criar uma administração provisória para governar o Iraque, a Autoridade Provisória da Coalizão (da sigla em inglês, CPA), e em colocar o Partido Ba'ath na ilegalidade. Como resultado das

<sup>75</sup> De tradução livre: “se o insurgente consegue dissociar a população do contrainsurgente, controlá-la fisicamente, obter seu apoio ativo, ele ganhará a guerra porque, em última análise, o exercício do poder depende do acordo tácito ou explícito da população ou, na pior das hipóteses, da sua submissão. [...] O objetivo sendo a própria população, as operações destinadas a conquistá-la (para o insurgente) ou mantê-la pelo menos submissa (para o contrainsurgente) são essencialmente de natureza política.” (GALULA, 2008, p. 289-290).

<sup>76</sup> De tradução livre: “grupos insurgentes e terroristas irão utilizar cada vez mais a Internet e os fóruns de mídias sociais para comunicar, distribuir propaganda, recrutar indivíduos e realizar outras tarefas no futuro. [...] Esses desenvolvimentos provavelmente terão um impacto notável nas operações e táticas dos insurgentes, tornando mais fácil para que os insurgentes recrutem, distribuam propaganda e se comuniquem.” (JONES, 2012, p. 4-5).

<sup>77</sup> A fim de atender tais demandas e de estabelecer os alvos a serem eliminados, a coleta e a produção de relatórios de inteligência tornam-se fundamentais (FERREIRA, 2012, p. 29-32).

eleições nas quais o Partido xiita Dawa subiu ao poder, a população sunita foi marginalizada. A insatisfação da comunidade sunita levou à criação de muitos grupos insurgentes que começaram a se rebelar contra o novo governo e contra as tropas dos EUA, particularmente a Al-Qaeda no Iraque (AQI), desencadeando uma onda de violência sem precedentes e uma longa Guerra Civil (DONDONIS et al., 2015, p. 78-82).

As tropas americanas conseguiram relativamente recuperar o controle sobre o país e manter a situação estável até a retirada dos EUA em 2011. Isso acabou deixando o Iraque no meio de uma turbulência sectária hibernada, mas não resolvida: o governo iraquiano intensificou o sectarismo e os processos contra os sunitas, motivando novas ondas de rebelião, muitas delas organizadas pela Al Qaeda no Iraque, origem do Estado Islâmico. Al-Qaeda no Iraque foi fundada por Abu Musab Al-Zarqawi, jordaniano e muçulmano radical, influenciado pela doutrina sunita salafista de *al-Wala 'w-al-Bara'* (lealdade e negação), uma versão fundamentalista do Islã que impõe a *Sharia*<sup>78</sup>. Gradualmente, este grupo cresceu em uma organização de estrutura “guarda-chuva”, que unificou as diferentes correntes *jihadistas* do país, liderado pelo Conselho Mujahidin Shura (MSC, da sigla em inglês), fundado em 2006. No mesmo ano, o MSC declarou o estabelecimento do Estado Islâmico do Iraque (EII). Entretanto, o EII surgiu em meio a uma resposta de Washington para a guerra civil iraquiana, a qual se encerrou em 2008 com o EII bastante enfraquecido (HOLMQUIST, 2015, p. 13-18).

Somente em 2010, quando Abu Bakr al-Baghdadi foi nomeado Emir<sup>79</sup> da organização, o Estado Islâmico do Iraque começou a recuperar forças: o grupo tornou-se mais do que uma organização terrorista, impondo-se em território e controlando-o com um corpo complexo de burocracia. Este corpo burocrático administra comandos militares e de inteligência, sendo capaz de se auto-financiar<sup>80</sup>, quadro que confere a esta organização terrorista uma vantagem que nenhuma outra conquistou: a capacidade combinada de guerrear e construir estruturas de Estado. O EII se fortaleceu ainda mais a partir de 2011, quando percebeu no conflito na Síria a possibilidade de se fortalecer e adquirir parte dos recursos advindos dos países do Golfo e das fronteiras turcas (HOLMQUIST, 2015, p. 13-18).

Portanto, juntaram-se à Frente al-Nusra, de onde surgiria o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS, em inglês). Gradualmente, o grupo insurgente foi se fortalecendo dentro da Síria, principalmente por conseguir se apoderar de grande parte do suporte material, incluindo armas, que era enviado aos combatentes em território sírio pelas petromonarquias

<sup>78</sup> Jurisprudência islâmica.

<sup>79</sup> Título de altos dignitários ou dos governadores de territórios de maioria muçulmana.

<sup>80</sup> Al-Baghdadi criou um sistema financeiro que lhe permite tributar as populações conquistadas e exportar petróleo a partir de campos sob controle do ISIS (HOLMQUIST, 2015, p. 16-18).

do Golfo. De acordo com Weiss e Hassan (2015, p. 236-237), ao perceber o relativo sucesso jihadista na Síria, em abril de 2013, Abu Bakr al-Baghdadi anunciou que o EII e a Frente al-Nusra estavam unindo-se para formar o Estado Islâmico no Iraque e na Síria (ISIS, da sigla em inglês).

Contudo, al-Jolani, o comandante da al-Nusra, e a liderança da Al-Qaeda mostraram-se relutantes frente à fusão entre os dois grupos: inclusive, Zawahiri, líder do segundo, ordenou que os dois grupos permanecessem separados, cada um como o braço da organização em um dos países. Baghdadi rejeitou as ordens de Zawahiri, o que levou, em 2014, ao rompimento do ISIS com a Al-Qaeda. O ISIS, assim, conseguiu angariar militantes da al-Nusra para suas fileiras, ainda que a fusão nunca tenha sido completa e, até o momento, o grupo ainda se choque com o que sobrou da antiga frente revolucionária (WEISS; HASSAN, 2015, p. 252-254).

O Estado Islâmico, tendo se consolidado na Síria ao se apossar das diversas conquistas territoriais da al-Nusra, moveu sua atenção de volta ao Iraque, seu país de origem, a fim de lutar contra o sectarismo do governo do Primeiro-Ministro xiita iraquiano, Nouri al-Maliki. Em junho de 2014, a ofensiva do ISIS no Iraque conseguiu capturar Mosul, a segunda maior cidade do país. Com o controle da mesma, o ISIS se autoproclamou como o novo califado, sob comando de Al-Baghdadi, adotando o nome de Estado Islâmico. A organização conclamou a subserviência de todos os muçulmanos ao califado e declarou o fim da autoridade dos Estados modernos – simbolizado pela derrubada da “fronteira física” entre Iraque e Síria (BRADLEY, 2014; CHULOV, 2014).

We clarify to the Muslims that with this declaration of khilāfah, it is incumbent upon all Muslims to pledge allegiance to the khalīfah Ibrāhīm and support him (may Allah preserve him). The legality of all emirates, groups, states, and organizations, becomes null by the expansion of the khilāfah’s authority and arrival of its troops to their areas. Imam Ahmad (may Allah have mercy upon him) said, as reported by ‘Abdūs Ibn Mālik al-‘Attār, ‘it is not permissible for anyone who believes in Allah to sleep without considering as his leader whoever conquers them by the sword until he becomes khalīfah and is called Amīrul-Mu’minīn (the leader of the believers), whether this leader is righteous or sinful.’<sup>81</sup> (AL-ADNANI, 2014<sup>82</sup> *apud* SHIDELER, 2015).

<sup>81</sup> De tradução livre: “Nós esclarecemos aos muçulmanos que com esta declaração do califa, incumbe-se a todos os muçulmanos prometer lealdade ao califa Ibrāhīm e apoiá-lo (que Deus o preserve). A autoridade legal de todos os emirados, grupos, estados e organizações, torna-se nula pela expansão da autoridade do califa e a chegada de suas tropas a suas áreas. Imam Ahmad (que Deus tenha misericórdia dele) disse, como relatado por 'Abdūs Ibn Mālik al-'Attār, ‘não é permitido para quem crê em Deus dormir sem considerar como seu líder quem os conquista pela espada antes que ele se torne califa e seja chamado de Amīrul-Mu'minīn (o líder dos crentes), independente deste líder ser justo ou pecaminoso’.” (AL-ADNANI, 2014 *apud* SHIDELER, 2015).

<sup>82</sup> AL-ADNANI, Abu M. Caliphate Declaration: This is the Promise of Allah. June 2014.

A ofensiva vem obtendo controles de inúmeras outras cidades iraquianas, não somente devido à fraqueza do exército iraquiano, mas também pelo apoio inicial que encontraram da população sunita local, marginalizada pelo governo de al-Maliki. A rapidez do avanço do Estado Islâmico preocupa tanto os EUA quanto o Irã, que estão sob ameaça de perder parte de seu protagonismo na região. Portanto, motivou uma aproximação entre os dois países a partir de 2013, que será tratada na sequência.

#### 4.2.3 A atuação iraniana para conter o avanço do Estado Islâmico na Síria: a política externa de Hassan Rouhani e a aproximação com os EUA

Durante a presidência de Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013), o Irã viveu um período de relativa ascensão no Oriente Médio, tendo se destacado por sua política externa de forte retórica e por seu ativismo regional intenso. A política externa iraniana na administração de Ahmadinejad pode ser caracterizada pelo confronto com os EUA e seus aliados regionais, centrada principalmente sobre o Eixo de Resistência. Este último consiste na aliança entre o Irã, a Síria e os atores árabes não estatais Hezbollah e Hamas e está baseada na oposição ao Estado israelense e na rejeição às políticas ocidentais na região (MOHNS; BANK, 2012, p. 25).

A crise da Síria deve ser entendida no contexto da Primavera Árabe. O Oriente Médio presenciou, a partir de 2011, uma série de revoltas populares clamando por melhores condições socioeconômicas de vida e por maiores liberdades políticas. Esses protestos chegaram à Síria ainda no começo de 2011 e, frente à violenta reação de Bashar al-Assad, escalaram para uma guerra civil. A crise, entretanto, realmente agravou-se na medida em que um enorme grau de interferência estrangeira passou a acometer o país – tema das próximas seções. Nesse contexto, Teerã foi ao auxílio do governo sírio, seu parceiro no Eixo de Resistência. Assim, o apoio iraniano a Damasco, durante o governo de Ahmadinejad, foi bastante intenso – o que também afetaria a posterior eleição presidencial na república islâmica em 2013 (ROBERTO, 2015, p. 36).

A estratégia do Irã para a manutenção de Assad no poder consistia de três pilares principais: o envio de combatentes iranianos, o reabastecimento por via aérea de provisões e suprimentos e o apoio e coordenação às milícias que lutavam ao lado do regime, incluindo grupos xiitas provenientes do Iraque e mesmo o Hezbollah. Essa estratégia, além de drenar os recursos iranianos, demonstrava o desgaste de sua estratégia regional combativa, vigente até então, em função do enfraquecimento do Eixo de Resistência como um todo: adotou-se uma

postura defensiva, tendo que sustentar seus aliados em meio a um contexto geopolítico regional de ofensiva contra o grupo (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013, p. 15-21).

Portanto, nas eleições de 2013, frente ao novo cenário geopolítico, as sanções econômicas contra a República Islâmica do Irã e o contexto político doméstico, favoreciam a eleição de um candidato moderado, Hassan Rouhani, cuja política externa buscava não mais o confronto, mas sim engajamento, pragmatismo e moderação (VISENTINI, 2014). Desde então, os principais objetivos do Irã foram resolver a situação com os Estados Unidos envolvendo o programa nuclear iraniano e estabilizar a região e o confronto na Síria, bem como proteger o território do Iraque frente ao subseqüente avanço do Estado Islâmico (TESSARO, 2013, p. 1-3).

A aproximação entre os dois países ocorreu como resultado de uma convergência de seus interesses, frente à necessidade de reverter o declínio que ambos Estados enfrentavam no Oriente Médio. O Irã se enfraquecera diante das mudanças geopolíticas trazidas pela guerra na Síria, colocando-o em uma postura defensiva, enquanto os EUA passavam por dificuldades em sustentar o custo político de duas guerras de ocupação na região, tendo de enfrentar as forças que tais conflitos desencadearam. Dentre essas forças incluía-se o Estado Islâmico, um inimigo comum entre os dois países, que ganhava força e terreno em diversas nações e/ou regiões, entre eles Afeganistão, Paquistão, Iraque e Síria, além de alguns países da Ásia Central (MUMTAZ, 2016, p. 2).

Portanto, a administração Obama enxergou em uma parceria com o Irã algo semelhante ao que Nixon tentou construir com Israel: a fim de conter o Estado Islâmico – força política que contrapõe todos os valores ocidentais, especialmente o respeito aos Estados modernos, com fronteiras definidas –, firmou-se uma nova parceria com foco no desenvolvimento das capacidades iranianas, que apoiavam as forças terrestres iraquianas e sírias (STRATFOR, 2014). Ao fazer isso, restringindo a sua atuação a interdições aéreas, os EUA evitavam o custo político que uma nova intervenção *proxy* lhe traria, doméstica e internacionalmente. Não mera coincidência, essa parceria – cujo símbolo está no Acordo Nuclear de 2015 – foi precedida pelo anúncio da retirada das tropas do Afeganistão e do Iraque: preparava-se o terreno para o anúncio deste Acordo.

O início das negociações de um Acordo Nuclear data de setembro de 2013, quando Rouhani foi à abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, e formalizou seu discurso de moderação e pragmatismo, afirmando estar aberto a negociações com o ocidente em relação ao programa nuclear de seu país. Como resultado, o presidente Obama contactou



Rouhani, constituindo um evento histórico, dado que este era o primeiro contato entre os presidentes dos Estados Unidos e do Irã desde 1979 (VISENTINI, 2014).

Iran seeks constructive engagement with other countries based on mutual respect and common interest, and within the same framework does not seek to increase tensions with the United States. I listened carefully to the statement made by President Obama today at the General Assembly. Commensurate with the political will of the leadership in the United States and hoping that they will refrain from following the short-sighted interest of warmongering pressure groups, we can arrive at a framework to manage our differences. To this end, equa footing, mutual respect, and the recognized principles of international law should govern the interactions. [...]Iran's nuclear dossier is a case in point. [...] Iran and other actors should pursue two common objectives as two mutually inseparable parts of a political solution for the nuclear dossier of Iran.<sup>83</sup> (ROUHANI, 2013).

Na sequência, as negociações sobre a questão nuclear continuaram em Genebra, envolvendo o Irã, Estados Unidos, Rússia, China, Inglaterra, França e Alemanha. Em 24 de novembro de 2013, foi firmado um acordo provisório de duração de seis meses, no qual o Irã se comprometeu a não enriquecer urânio a taxas maiores que 5%, a não instalar mais nenhuma centrífuga nuclear e a submeter suas usinas de Natanz e Fordo a inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Em retribuição, os Estados Unidos levantaram algumas sanções impostas pelo Executivo (STRATFOR, 2013). O acordo provisório foi tomado como uma medida de construção de confiança mútua, para que se desse continuidade às negociações nos meses seguintes (VISENTINI, 2014).

#### 4.2.4 O Acordo Nuclear de 2015 como uma estratégia de contenção do Estado Islâmico

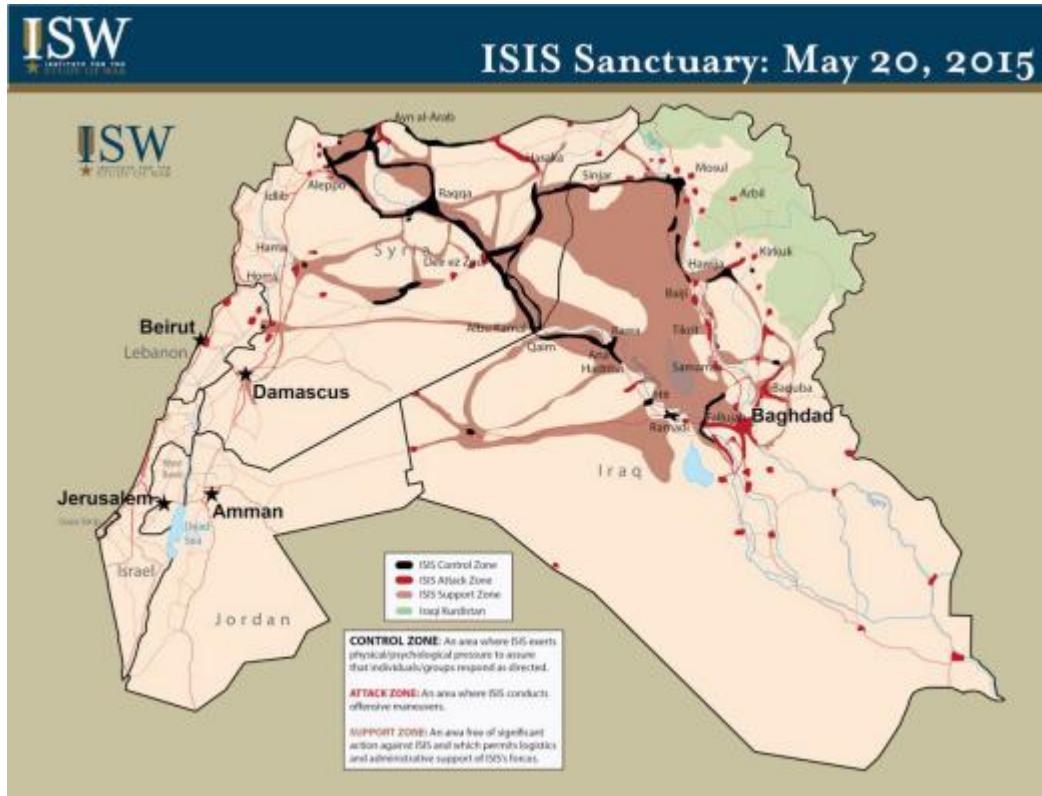
Em meio às negociações entre o Irã e o P5+1, o Estado Islâmico obteve significativos avanços territoriais no Iraque. Diante deste cenário, o Irã percebeu que poderia sofrer uma grande perda estratégica caso o governo de Bagdá fosse derrubado e substituído por um regime sunita hostil à República Islâmica. De início, a primeira resposta do Irã ao avanço do Estado Islâmico (EI) no país vizinho foi o apoio às milícias xiitas para sustentar o governo, destacando-se três organizações: Organização Badr, Kataib Hezbollah (KH) e Asaib Ahl al-Haq (AAH). Essas milícias não apenas garantiram apoio ao governo de Bagdá na luta contra o EI, como consolidaram ainda mais a presença do Irã dentro do Iraque, o que acabou servindo

---

<sup>83</sup> De tradução livre: “O Irã busca o engajamento construtivo com outros países, baseado no respeito mútuo e no interesse comum, e, dentro do mesmo quadro, não busca aumentar as tensões com os Estados Unidos. Eu escutei atentamente a declaração feita pelo Presidente Obama hoje na Assembleia Geral. Em consonância com a vontade política da liderança nos Estados Unidos e esperando que eles se abstenham de seguir o interesse míope dos grupos de pressão belicistas, podemos chegar a um quadro para gerenciar nossas diferenças. Para esse fim, o equacionamento, o respeito mútuo e os princípios reconhecidos do direito internacional devem reger as interações. [...] O dossiê nuclear do Irã é um exemplo disso. [...] O Irã e outros atores deveriam prosseguir dois objetivos comuns como duas partes mutuamente inseparáveis de uma solução política para o dossiê nuclear do Irã.” (ROUHANI, 2013).

aos interesses dos Estados Unidos: os americanos, dispostos a participar apenas com ataques aéreos, poderiam contar com as forças terrestres apoiadas pelo Irã na luta contra o EI (CARLUCCI, 2015).

Figura 7 – Extensão do EI em Março de 2015



Fonte: Institute for the Study of War – ISW (2015).

O surgimento de um novo inimigo em comum entre Washington e Teerã, levou ambos os governos a adotar um maior pragmatismo externo, o que rendeu novas oportunidades para a República Islâmica do Irã. Considerando as áreas em disputa no Oriente Médio – Palestina, Síria, Líbano, Iraque e Iêmen, com destaque para os países do Eixo de Resistência –, o Irã buscou reforçar sua estratégia histórica de projeção regional, baseada em atuação *proxy* e guerra irregular. Portanto, o plano de fundo para as negociações que ocorreram nos meses seguintes à assinatura do acordo provisório deve ser entendido como um aumento das capacidades iranianas de guerra irregular complexa, a fim de aumentar o poder dissuasório deste país frente ao Estado Islâmico (CARLUCCI, 2015).

Somente em julho de 2015, depois de mais de um ano de intensas negociações, assinou-se a versão final do acordo. Como dito anteriormente, o acordo foi chamado de Plano Geral de Ação Conjunta e estipulou que o Irã cortaria em 98% seu estoque de urânio

levemente enriquecido, mantendo-se a condição de ser a taxas menores que 5% (BORGER, 2015), e que o país também reduziria em dois terços o número de centrífugas por, pelo menos, quinze anos. Em relação às instalações nucleares, apenas Natanz estaria autorizada a enriquecer urânio nos níveis estipulados, sendo proibido construir infraestrutura nova, e todos os sítios ficariam sob a supervisão da AIEA (BORGER, 2015). Em contrapartida, os EUA e a União Europeia encerrariam suas próprias sanções econômicas – de proibição de importação de gás e petróleo e da participação do Irã no sistema bancário eletrônico internacional – e o CSNU aprovaria uma resolução encerrando o pedido pela imposição de sanções contra o Irã<sup>84</sup> (BORGER, 2015).

Por último, atenção deve ser dada a recepção do Acordo Nuclear por Israel e por outras potências estrangeiras. Em primeiro lugar, quanto à recepção israelense do acordo, o Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu manifestou profundo desapontamento frente à conclusão das negociações. Ele acredita que Obama falhou em enxergar que Israel está alocado em uma região instável, não tendo a mesma capacidade que os EUA de se defender; portanto, o acordo traria uma ameaça à própria sobrevivência do Estado-judeu. Tal perspectiva, aliada à falta de garantia de que EUA intercederiam militarmente em favor do Estado-judeu em caso de violação do Acordo Nuclear, levou Netanyahu a declarar que o país procurará a partir de agora novas parcerias, agindo pelas próprias mãos (SHALOM, 2016, p. 24-27).

Em segundo lugar, quanto à recepção do acordo por parte de outras potências estrangeiras, o JCPOA foi interpretado como um desejo estadunidense de reduzir sua intervenção militar direta nos conflitos em curso. Quando Obama chegou a Casa Branca, os EUA enfrentavam uma crise doméstica, parcialmente causada pelo suporte dos custos das contínuas ocupações no Iraque e no Afeganistão. Portanto, tinham de encontrar novas formas menos desgastantes de garantir a estabilidade regional – o que foi vislumbrado na aproximação com o Irã. Contudo, faz-se a ressalva que isso não significa que os EUA reduziram o seu gripe sobre o Oriente Médio – inclusive, a nação dobrou o número de navios da classe Avenger, com medidas anti-mísseis, enviados para a região a partir de 2012 –, apenas quer dizer que o *modus operandis* não é mais o mesmo, abrindo um espaço relativo para outras potências projetarem-se na região (CAMPBELL; ANDREWS, 2013, p. 3).

---

<sup>84</sup> Ressalva: o embargo de armas seria levantado apenas em cinco anos e a proibição de transferência de tecnologia de mísseis seria anulado apenas depois de oito anos.

### 4.3 Projeção de poder de potências extrarregionais sobre o Oriente Médio: indicadores de instabilidade e missões securitárias

Estabeleceu-se como umas das hipóteses que regem este capítulo que – sob a alegação de estarem trabalhando em prol da paz, do progresso, da moderação político-religiosa e da estabilidade regional – as potências estrangeiras chegaram à região para lidar com os conflitos em curso no Oriente Médio e, principalmente, com a ameaça posta pelo Estado Islâmico. Além dos Estados Unidos, incluem-se entre estes Estados a França, o Reino Unido e a Rússia<sup>85</sup>. É provável que o interesse oculto das potências presentes na região, na verdade, seja recuperar ou conquistar influência geopolítica sobre o Oriente Médio – seja em função de sua posição geoestratégica ou da sua concentração de hidrocarbonetos – frente ao maior espaço relativo aberto pela mudança estratégica estadunidense.

O Departamento de Defesa dos Estados Unidos define projeção de poder como a habilidade de uma nação empregar todos ou pelo menos alguns dos seus elementos de poder nacional – político, econômico, informacional ou militar – para que forças sejam instaladas e sustentadas, de forma rápida e eficiente, em diferentes localidades, a fim de responder a crises, exercer dissuasão ou aumentar estabilidade regional. Para fins deste trabalho, o termo refere-se a forças armadas com alcance extrarregional, sendo necessário ter a habilidade de integrar forças navais, aéreas e terrestres como parte de uma campanha conjunta. Em outras palavras, ter as capacidades de transporte aéreo e marítimo a fim de empregar soldados e sistemas de armas em teatros de guerra distantes. Em termos mais concretos, isso significa que as forças armadas devem ser capazes de operar porta-aviões com capacidades ofensivas, bombardeiros estratégicos e submarinos capazes de entregar mísseis balísticos, além ter unidades militares de deslocamento rápido, tais como forças aéreas de assalto e forças anfíbias (UNITED STATES OF AMERICA, 2016, p. 12; 152).

Com estas informações em mente, serão analisadas, nas subseções seguintes, as potências com capacidades de projeção de força no Oriente Médio e, dada à limitação de escopo desta monografia, selecionaram-se os sistemas de armas mais relevantes para este fim. São eles o porta-aviões britânico *HMS Prince of Wales* (Ro9), o porta-aviões francês *Charles*

---

<sup>85</sup> Agrega-se a este grupo de países, a presença indireta chinesa, notoriamente, o aumento do fluxo de comércio (incluindo o de armamentos) com os países do Golfo, os contratos de venda de navios anfíbios de assalto e o desenvolvimento dos supercargueiros aéreos Y-20 e do porta-aviões *Type 001A*. Esses sistemas de armas são voltados para a atuação em teatros de guerra distantes, sinalizando um interesse em agir no Oriente Médio no futuro. Entretanto, o critério de projeção de poder utilizado nesta seção foi a presença física, atual, na região.

de *Gaulle* e o porta-aviões russo *Admiral Kuznetsov*. Cabe frisar que será dada uma maior ênfase a projeção de poder russa, dada sua intervenção direta na guerra civil síria.

#### 4.3.1 Inglaterra

Em 2014, foi anunciada a abertura de uma nova base militar britânica no Bahrein, alegando a necessidade de vigilância e dissuasão permanente do Estado Islâmico. A instalação seria feita a partir de melhorias do porto Mina Salman, que historicamente foi utilizado como uma base *ad hoc* por quatro navios britânicos anti-minas. Isso significou a criação de uma nova base de operação permanente no exterior, a primeira no Oriente Médio desde a sua retirada da região, em 1971. De acordo com Michael Fallon, secretário de Defesa do Reino Unido à época, a base permitirá que a Grã-Bretanha envie mais e maiores navios para reforçar a estabilidade no Golfo, no longo prazo (BALL, 2014).

Entre esses navios está o *HMS Prince of Wales*, o segundo porta-aviões da classe *Queen Elizabeth*. O sistema de armas foi comissionado pela marinha britânica em 2011, estando ainda em construção, com previsão para entrar em serviço entre 2020 e 2023. As informações mais atuais determinam que todos os porta-avisões da Classe *Queen Elizabeth* serão utilizados pelos três setores das Forças Armadas do Reino Unido, fornecendo oito hectares de território soberano que podem ser deslocados ao redor do globo para operações diversas. O navio poderá transportar até 40 aeronaves, operando rotineiramente com 12 *Joint Strike Fighters*, incluindo F-35B *Lightning II*. O *HMS Prince of Wales* conta com as últimas tecnologias de comando e controle, incluindo radares do tipo 997 *Artisan* e equipamentos de vigilância marítima, e enfatiza a flexibilidade e a mobilidade das tropas, com capacidade de acomodar 250 fuzileiros navais. O porta-aviões também contará com a capacidade de apoiar estes homens com helicópteros de ataque e de transporte de tropas (AIRCRAFT CARRIER ALLIANCE, 2016; UNITED KINGDOM, 2016).

Entretanto, Christian Le Mière, pesquisador do *International Institute for Strategic Studies* (IISS), acredita que a instalação é, portanto, o último desenvolvimento de um esforço para construir uma base mais permanente no Golfo Pérsico nos últimos anos – por exemplo, em janeiro de 2013, a Força Aérea Expedicionária inglesa foi enviada à base aérea de Al Minhad nos Emirados Árabes Unidos (EAU). Esta mudança está ocorrendo ao mesmo tempo em que os EUA reduzem seu grau de intervencionismo militar direto. Tal reestruturação da estratégia norte-americana, em combinação com uma dependência contínua dos hidrocarbonetos do Oriente Médio para o fornecimento de energia do Reino Unido e os

crescentes laços comerciais entre o país e o Golfo estão incentivando Londres a dedicar maiores ativos à região no futuro previsível (LE MIÈRE, 2014).

#### 4.3.2 França

Com a eclosão da Primavera Árabe, a França redirecionou sua política externa para o diálogo com as sociedades civis, incluindo diversos partidos e grupos islâmicos (à exceção do Hamas). Contudo, frente ao fracasso das transições democráticas - na Líbia, no Egito e na Síria – a França realinhou-se junto às potências ocidentais, priorizando a necessidade de conter uma ameaça maior, o ISIS. Os primeiros bombardeios contra o Estado Islâmico datam de setembro de 2014, tendo sido concentrados em território iraquiano principalmente, com o objetivo de realizar interdição às forças da organização (GRAHAM, 2015; SEURAT, 2015).

O grupo fundamentalista respondeu a atuação francesa ao aplaudir o ataque à revista satírica *Charlie Hebdo*, em janeiro de 2015, e conchamar autoria pelos atentados que ocorreram em Paris em 13 de novembro do mesmo ano. Os ataques consistiriam de fuzilamentos em massa, atentados suicidas, explosões e uso de reféns. Ao todo, ocorreram três explosões separadas e seis fuzilamentos em massa, incluindo bombardeios perto do principal estádio da cidade, o *Stade de France*. O ataque com o maior número de mortes foi no teatro Bataclan, onde os terroristas fuzilaram várias pessoas e fizeram reféns até o início da madrugada de 14 de novembro (NOSSITER; GLADSTON, 2015).

Como forma de retaliação, a França optou por intensificar seus esforços militares na região. Suas operações se estenderam para a guerra civil na Síria, para desengajar o ISIS e oferecer uma vantagem aos grupos moderados que apoiam<sup>86</sup>. Nesse contexto, o país optou por enviar uma força-tarefa, centrada em seu porta-aviões *Charles de Gaulle*, que está atualmente estacionado no Golfo Pérsico. O porta-aviões foi lançado em 1994, sendo até os dias de hoje o maior porta-aviões em atuação da Europa ocidental: comporta entre 35 e 40 aeronaves – incluindo os modelos Rafale M, E-2C Hawkeye, SA365 Dauphin, EC725 Caracal e AS532 Cougar – e transporta 1.350 fuzileiros navais (BIENAIMÉ, 2015).

#### 4.3.3 Rússia

A Rússia reapareceu como um forte competidor na região do Oriente Médio após o início da sua intervenção militar na Síria, em setembro de 2015. O objetivo geral da operação

---

<sup>86</sup>Os ataques aéreos acabaram por atingir a cidade de Ar-Raqqah, cidade-base para as operações do grupo fundamentalista na Síria, e uma refinaria de petróleo controlada pelo ISIS na Síria, enfraquecendo suas forças significativamente (GRAHAM, 2015).

militar orquestrada pelo governo de Putin é estabelecer o status e o papel da Rússia como um grande poder externo em uma das regiões mais voláteis do mundo. Incluem-se entre os objetivos secundários conter o fundamentalismo islâmico, evitando sua disseminação para a Rússia e sua região imediata; apoiar regimes e forças amigas na região<sup>87</sup>; estabelecer um mínimo de presença militar russa dentro e ao redor da região, com um potencial mercado de armas<sup>88</sup>, tecnologia nuclear<sup>89</sup>, petróleo e gás, alimentos, entre outros; atrair investimentos para a Rússia, particularmente dos países mais ricos do Golfo Pérsico; e apoiar os preços de ativos energéticos, através da coordenação de políticas com os principais produtores de petróleo e gás do Golfo (TRENIN, 2016).

O objetivo geral da intervenção demonstra que, para Moscou, seu envolvimento na Síria diz respeito a questões muito maiores do que a defesa do governo de Assad: a Rússia está trabalhando para transformar a Síria em sua posição geopolítica na região. Este processo incluirá esforços conjuntos aos Estados Unidos, para encontrar um fim pacífico para a guerra civil; para alargar os laços com o Irã a partir do levantamento das sanções estipulado pelo Acordo Nuclear de 2015; para promover as relações com o Egito, o Iraque e os curdos na Síria e no Iraque, com a Arábia Saudita e os outros países do Golfo; e ficar em estreito contato com Israel. O segundo e o terceiro itens devem ser explicados em mais detalhes: geograficamente, a Síria está posicionada entre outros potenciais aliados, Irã, Iraque, os curdos ao norte e leste e Egito ao sudoeste, países que poderão formar um novo eixo de amigos da Rússia na região, garantindo seu acesso aos mares Mediterrâneo e Vermelho (TRENIN, 2016).

Essencialmente, Moscou procura apresentar-se aos países da região como um jogador pragmático, com capacidade de influir em assuntos regionais por meios diplomáticos e militares. Como grande potência externa, a Rússia procura se oferecer como um parceiro credível para aqueles que procuram diversificar sua política externa. E, de fato, a sua operação militar na Síria tem aumentado o perfil regional russo. Seu uso da força veio em resposta ao desafio de uma provável derrubada do regime de Assad e da eventual tomada de Damasco

---

<sup>87</sup>Sobre o segundo item acima, a Rússia apoia o governo de Bashar al-Assad por cinco principais motivos: pelos fatos (i) do regime de Damasco há décadas ser um aliado leal de Moscou, (ii) da Síria ser um importante cliente para a indústria de armamentos russa, (iii) de haver uma identidade religiosa entre a Rússia e os cristãos ortodoxos sírios protegidos por Assad e (iv) principalmente pelo fato da única base militar da Rússia no Mediterrâneo se localizar em Tartus, uma cidade majoritariamente alauíta e bastião sólido de Assad (TRENIN, 2016).

<sup>88</sup>Em 2015, os países árabes representaram 36% das entregas da indústria de defesa da Rússia, perdendo apenas para a Ásia (42%). Na verdade, Argélia, Egito, Irã, Iraque e Síria foram os principais clientes de armas de Moscou por décadas (TRENIN, 2016).

<sup>89</sup>A indústria nuclear russa, representada por Rosatom, construiu reatores em Bushehr, no Irã, e procura novos contratos no Oriente Médio, potencialmente na Síria (TRENIN, 2016).

pelo Estado islâmico. Moscou adotou uma estratégia de três etapas, sendo a primeira delas auxiliar o governo Assad a derrotar os grupos de oposição moderados. Uma vez que estas forças de oposição estiverem suficientemente suavizadas, acordar um cessar-fogo entre elas e Damasco, organizado pela Rússia e pelos Estados Unidos, tornando-o – na sequência – um acordo de paz duradouro. Por fim, o país ainda busca reunir uma ampla coalizão da Rússia, Estados Unidos, países europeus e regionais - incluindo o Irã, Iraque e Síria - para combater e derrotar o Estado Islâmico (TRENIN, 2016).

Para garantir o sucesso da operação, além do uso de bombardeios estratégicos, em outubro de 2016, oito navios de guerra russos e o único porta-aviões do país deixaram Murmansk e direcionaram-se para o Oriente Médio<sup>90</sup>. Como explicado na seção 4.3, o porta-aviões é um sistema de armas de projeção de poder e, portanto, deve ser descrito em maiores detalhes. O *Admiral Kuznetsov*, da classe de mesmo nome, embarcação-chefe da Marinha russa, foi construído pelo Estaleiro do Mar Negro, o único fabricante de porta-aviões soviéticos, e lançado em 1985. Foi desenhado para exercer as seguintes funções: apoiar e defender submarinos estratégicos que transportam mísseis, navios de superfície e aeronaves com capacidades antinavio. Seu principal avião de asa fixa é o Sukhoi Su-33, capaz de conquistar a superioridade aérea, defender a frota e pode ser usado como apoio aéreo a ataques anfíbios, a missões de reconhecimento e de colocação de minas navais. Outros equipamentos transportados pelo *Admiral Kuznetsov* incluem quatro aeronaves Mig-29KR, helicópteros de ataque Ka-52K e helicópteros de resgate Ka-27PS (MAJUMDAR, 2016; MCKERNAN, 2016).

#### 4.4 Conclusões Preliminares

O capítulo analisou três processos de mudanças geopolíticas em curso no Oriente Médio: a aproximação dos Estados Unidos com os países do Golfo, a assinatura do Acordo Nuclear com Irã e a chegada de outras potências estrangeiras à região, todas elas com consequências significativas para a parceria entre Estados Unidos e Israel. A primeira mudança, particularmente a aproximação com a Arábia Saudita, militarizou a petromonarquia ao ponto de ter capacidades missilísticas que podem atingir o território israelense. A confirmação deste fato data de 2013, quando o IHS relatou o término da construção de uma nova base saudita CSS-2, com estruturas de lançamento de mísseis Dong-Feng 3 capazes de atingir o Irã e Israel.

---

<sup>90</sup> Isso significa o emprego e o deslocamento de toda a frota do Norte e de grande parte da frota do Báltico.



A análise da segunda mudança, o Acordo Nuclear com o Irã, traz implicações tanto para a Arábia Saudita quanto para Israel. A assinatura do Plano Geral de Ação Conjunta por Estados Unidos, Rússia, China, Inglaterra, França e Irã, em 2015, deve ser entendida como resultado de uma convergência de interesses para o combate da ameaça do ISIS. Considerando o fato da organização não ser um ator estatal propriamente dito, utilizando de técnicas não-convencionais para operações militares, era necessário aumentar as capacidades de guerra irregular complexa iraniana, que auxiliaria a contenção das forças do Estado Islâmico em solos sírio e iraquiano. Entretanto, este acordo foi extremamente mal recebido pelos aliados tradicionais americanos.

Primeiramente, ele foi recebido como uma ameaça pela Arábia Saudita, que assinou um acordo de compra de ogivas nucleares com o Paquistão, como forma de retaliação (COUGHLIN, 2015). Segundamente, foi recebido como uma afronta à própria segurança existencial de Israel, motivando o Primeiro Ministro Netanyahu a declarar que Israel também iria procurar parcerias alternativas a partir de agora (SHALOM, 2016, p. 24-27). A necessidade de diversificação de alianças pelo Estado-judeu tornou-se ainda mais urgente quando a presença de novas potências estrangeiras se acumulou aos processos de mudança anteriormente citados. Em outras palavras, confirma-se que a atuação *proxy* inglesa, francesa e russa, a ameaça do ISIS, o cada vez maior distanciamento americano e a possibilidade de uma Arábia Saudita e um Irã nuclearizados estão invertendo de forma súbita a correlação de força no Oriente Médio, enfraquecendo relativamente o Estado-judeu.

Para que isto não ocorra, torna-se necessário para Israel não somente manter a VMQ – encabeçada, a partir de agora, pelos investimentos do próprio estado israelense – como retornar à massa (a incorporação de um grande número de conscritos). Isto mobilizará a sociedade em caso de conflagração e movimentará o mercado de consumo de produtos de defesa, garantindo que Israel ainda tenha a capacidade de enfrentar os adversários numericamente superiores no futuro previsível. Entretanto, o Estado-judeu precisará de um parceiro nesta empreitada, capaz de oferecer a escala necessária. Aqui encontra-se a justificativa social para esta monografia: serão trabalhada a seguir as vantagens que uma parceria com o Brasil traria para Israel.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar em detalhes as relações entre os EUA e Israel em três períodos distintos: de 1969 a 1991, de 1991 a 2014 e de 2014 aos dias atuais. O objetivo central do trabalho foi, a partir da análise dos três períodos, explicar o que é a VMQ e como ela foi afetada pelos diferentes eventos históricos e doutrinas presidenciais de política externa, demonstrando que houve um gradual contingenciamento da doutrina no segundo e terceiro períodos da análise.

Recapitulando, estabeleceram-se as seguintes hipóteses de trabalho: primeiro, a VMQ surgiu como forma de fortalecer os EUA no cenário da Guerra Fria, durante a década de 1970; segundo, a partir da década de 1980, entretanto, adentra-se um período transicional nas relações entre EUA e Israel que culminaria em um contingenciamento da doutrina a partir de primeira guerra do Golfo (1991); terceiro, essa mudança se processou em função da extensão da presença dos EUA na região do Oriente Médio, via construção de bases militares nas décadas de 1990 e 2000, e é parcialmente reforçado pelo efeito da opinião pública; por fim, este contingenciamento da VMQ deu espaço para se iniciassem três mudanças geopolíticas na região. Todas as hipóteses foram confirmadas, como veremos a seguir.

A experiência israelense nas Guerras de Atrito (1969) e de Yom Kipur (1973) fizeram com que os EUA percebessem Israel como um importante ator na dinâmica regional do Oriente Médio, com grande potencial para auxiliar os EUA na contenção da União Soviética. Assim, para garantir a sobrevivência do aliado, desenvolveu-se a doutrina de VMQ – uma política ativa de desenvolvimento das capacidades israelenses. Contudo, a reestruturação do perfil de força estadunidense, que se operou nas décadas de 1970 e 1980, que passou a enfatizar a mobilidade estratégica e a construção de uma força de deslocamento rápido, acabou por distribuir as forças armadas estadunidenses ao redor do globo, inclusive no Oriente Médio. Logo, tal transição culminaria no contingenciamento da VMQ, a partir de 1991.

Este contingenciamento ocorre, não somente em função das pressões da opinião pública, mas principalmente como resultado da extensão da presença militar americana no Oriente Médio, via instalação de bases militares iniciada durante a primeira Guerra do Golfo (1991) e amplificada com a Doutrina de Guerra ao Terror de Bush. Esse “império extraterritorial” estadunidense torna menos imprescindível, para que sejam alcançadas suas metas na região, a manutenção de uma Israel militarmente forte. Tal processo é intensificado

pelos três processos de mudanças na dinâmica do Oriente Médio, trabalhados no terceiro capítulo. São elas a aproximação dos Estados Unidos com os países do Golfo, a assinatura do Acordo Nuclear com Irã e a chegada de outras potências estrangeiras à região, todas elas com consequências significativas para a parceria entre Estados Unidos e Israel. O efeito cumulativo do crescente distanciamento dos EUA, do aumento da presença estrangeira no Oriente Médio, da ameaça do ISIS e da possibilidade de uma Arábia Saudita e um Irã nuclearizados é a inversão súbita da correlação de forças na região, trazendo diversos perigos para Israel<sup>91</sup>.

Encerrou-se o terceiro capítulo explicando que, para esta inversão ocorra de uma maneira que não prejudique o Estado-judeu, torna-se necessária a adoção de um modelo híbrido de modernização das forças armadas israelenses – incorporação de massa e de tecnologia –, firmemente apoiada por parceiros internacionais. Portanto, nesta seção conclusiva será explicada em detalhes tal proposta, além de apresentar o conteúdo normativo da presente monografia: a possibilidade de um destes aliados vir a ser o Brasil, país capaz de oferecer ganhos de escala à empreitada. Estas ideias estão embasadas no Relatório da Comissão Winograd (2007), nos trabalhos de Edson Neves Júnior (2015) e de Odete Maria de Oliveira (1999), cujos principais argumentos serão explanados na sequência.

Modernização das forças armadas pode ser definida como um esforço para digitalizar as plataformas e equipamentos, adequar as doutrinas e aprimorar as formas de entrega de munição, para que ocorra em menor tempo, com maior precisão e com menores custos econômicos e humanos. Procura-se alcançar um equilíbrio ideal entre aumento da Consciência de Situação, Ataque de Precisão e Guerra Centrada em Rede (NEVES JÚNIOR, 1999, p. 23-25). Essa definição modernização surgiu a partir da experiência estadunidense na Guerra do Golfo de 1991.

A partir do Golfo e seguindo até os dias atuais, as alterações básicas da modernização das Forças Armadas estadunidenses se concentram em: preponderância ao poder aéreo e naval; digitalização generalizada de plataformas, de atuadores, das tarefas logísticas, de treinamento e de manutenção; a disposição de ativos espaciais para coordenação da guerra das dimensões atmosféricas, para ciber guerra e para realização da guerra espacial; e a redução de custos de pessoal e previdência decorrente da automação, da robotização e da terceirização das atividades diretas e indiretas. (NEVES JÚNIOR, 2015, p. 26).

---

<sup>91</sup>Coloca-se como questionamentos as futuras implicações da eleição nos EUA e da assinatura de um novo acordo militar entre EUA e Israel, ambos no ano de 2016. Entretanto, a evolução histórica da VMQ indica que o contingenciamento continuará ocorrendo.

Entretanto, o custo deste modelo de modernização das forças armadas é insustentável para determinados países, tanto em termos econômicos quanto sociais. No caso de Israel, suas forças militares representam um prestigioso grupo político e um patrimônio relevante para manutenção da coesão nacional e para a promoção social; portanto, um modelo que priorize a tecnologia cujo custo force a redução no número de soldados pode-se tornar inviável (NEVES JÚNIOR, 2015, p. 26). A manutenção da VMQ não pode ocasionar uma transformação substantiva na estrutura organizacional das Forças Armadas.

A Revolução nos Assuntos Militares, mais conhecida pelo acrônimo em inglês *Revolution in Military Affairs* (RMA) – termo que será utilizado neste texto –, pode ser compreendida como uma transformação na forma de se fazer a guerra com a adaptação de inovações tecnológicas combinada com a elaboração de uma doutrina militar adequada para as Forças Armadas. Alguns atribuem ao fenômeno os conceitos de Revolução Técnica e Transformação Militar. A noção de RMA tem sido a mais difundida após a Guerra do Golfo (1991) e propõe que as inovações tecnológicas deslanchem saltos na doutrina e práticas militares. (NEVES JÚNIOR, 2015, p. 39).

Para os países que empreenderam uma RMA nos moldes apresentados tem sido um padrão alterar a organização militar para brigadas, por definição menores em números de efetivos, mais ágeis e adaptadas ao modelo de recrutamento por voluntariado. Países que empreenderam esse tipo de alteração, notadamente Estados Unidos e alguns europeus, tem apostado na especialização das tropas e no fim da conscrição, e a adoção do voluntariado – este um segundo indicador, relacionado ao regime jurídico de pessoal. Contudo, Estados que tem nas forças militares, e em particular no Exército, um fator agregador para centralização nacional, a reorganização de efetivos não se coloca como uma alternativa com baixos custos políticos. (NEVES JÚNIOR, 2015, p. 34).

O quesito da RMA, apresentada na citação acima, que mais se questiona seria a redução da massa, processo conhecido como brigatização e profissionalização do perfil de força<sup>92</sup>. De acordo com Dunnigan (2003), há um *trade-off* entre investimento em treinamento de massa e investimento em equipamentos tecnológicos. Em outras palavras, um alto nível tecnológico não é compatível com a manutenção de um exército de grande escala e, portanto, inúmeros autores defendem tal processo de brigatização. Seu principal argumento diz que, a fim de o combate seja eficaz em todos os espectros dos conflitos modernos, as Forças Armadas devem ser projetadas para operações de estilo expedicionário, com formações de combate menores (as brigadas) e com uso intenso de tecnologia, sendo orientadas por uma doutrina militar de caráter mais ofensivo (EVANS, 2008, p. 381-385).

Entretanto, questiona-se se esse modelo deve ser aplicado universalmente: o processo de brigatização é mais compatível com os países sem ameaças territoriais, como a França e os

---

<sup>92</sup>Estes conceitos foram retirados dos trabalhos de James Dunnigan (2003) e se referem à eliminação do escalão de divisão e promoção da brigada como o núcleo constitutivo das forças terrestres, terminando o sistema de recrutamento e - consequentemente - profissionalizando o Exército.

EUA. Suas principais ações militares se limitam a intervenções cirúrgicas em teatros externos para consecução de metas específicas. No entanto, para os países que sofrem com ameaças territoriais (cujos principais objetivos estratégicos se concentram no teatro regional e na proteção da integridade e dos interesses territoriais), como Israel, o atrito ainda se aplica e, portanto, deve se conservar a incorporação da massa (RUMSFELD, 2002). Isto, por sua vez, exige a manutenção de divisões como a unidade principal, a concentração de pessoal e a utilização de conscritos. A importância deste último item não pode ser ignorada: a conscrição permite a expansão das Forças Armadas em tempos de guerra (através dos reservistas), dá ao país uma melhor chance de sustentar os custos humanos e materiais de um confronto mais longo e/ou mais intenso e evita a redução do mercado de consumo de produtos de defesa, o que aumentaria os custos pela falta de economias de escala (DUNNIGAN, 2003).

Este argumento é reforçado, visto que a Comissão Winograd (2007) havia chegado a conclusões semelhantes após a Guerra do Líbano de 2006. O Relatório publicado defendia que as lições a serem extraídas do conflito deveriam ser a importância da lei moral e da mobilização da sociedade israelense como um todo e a importância da massa, das reservas, suprimentos e da logística. Portanto, propõe-se para Israel a adoção de um modelo híbrido de modernização, que promove a digitalização sem alterar significativamente a estrutura organizacional das forças militares, especialmente no regime jurídico e na estrutura da cadeia de comando. Este modelo é caracterizado pela adoção do mesmo conceito de rede e de coordenação de informações, porém com limitações. Utilizam-se padrões tecnológicos inferiores<sup>93</sup>, combinação de plataformas de origens e gerações distintas e tímidas alterações organizacionais das instituições militares. Portanto, os custos tecnológicos tornam-se menores, não exigindo o sacrifício da massa e do elemento de coesão social representado pelas Forças Armadas. Em suma, o modelo híbrido “foi importante por combinar uma forma de se fazer a guerra, na qual massa e a base industrial de defesa eram fundamentos, com o conceito do ‘novo’ modo de se fazer a guerra, com a digitalização e a Rede” (NEVES JÚNIOR, 2015, p. 31).

Por rejeitar a forma expedicionária da guerra, a modernização híbrida acaba motivando a adoção de uma doutrina militar menos ofensiva que, por sua vez, promove uma maior interoperabilidade entre as forças militares do país e com países parceiros (NEVES JÚNIOR, 2015, p. 36). O estabelecimento de parcerias internacionais confiáveis torna-se

---

<sup>93</sup> “A Consciência de Situação, o Ataque de Precisão e a Integração em Rede situam-se em nível intermediário, restrito aos níveis operacional e estratégico, condicionado pelo número limitado de dispositivos e plataformas, e pelo índice de endogenização e adaptação tecnológica” (NEVES JÚNIOR, 2015, p. 35).

primordial para Israel: o que é ganho em economias de escala é revertido em aquisição de materiais de defesa e transferência de tecnologia (a ser convertida em produção endogenizada) para os aliados. O precedente para o estabelecimento de uma parceria com o Brasil é a pragmática colaboração Índia-Israel que se operou a partir dos anos 2000. Os elementos de convergência entre estes países eram o terrorismo islâmico e a necessidade de Israel expandir sua exportação de armas, motivando a assinatura de um acordo tripartite entre Índia, Rússia e Israel, em 2004. Além de acordos de pesquisas em nanotecnologia espacial, há negociações para aeronaves com capacidades de inteligência, vigilância e reconhecimento (da sigla em inglês, ISR), radares e veículos aéreos não tripulados (VANTs). A contribuição mais substantiva de Israel foi a venda, com transferência de tecnologia, do radar de abertura sintética (Synthetic Aperture Radar – SAR) para o satélite RISAT-2 indiano, lançado em 2009 (NEVES JÚNIOR, 2015, p. 220-221).

Da parte brasileira, o precedente para tal parceria é a colaboração Brasil-Iraque durante a década de 1980, que enfocava o desenvolvimento dos programas nucleares de ambos os países. De acordo com Odete Maria de Oliveira (1999), a parceria originou-se do desejo de ambos países desenvolverem suas próprias ogivas. De acordo com a autora, a posse de armas nucleares “[...] originou um fator de poder e desequilíbrio entre os países que detêm ou não esse artefato” (OLIVEIRA, 1999, p. 447). Progressivamente, vários países dedicaram-se a construí-las, inclusive o Brasil, através do Projeto Solimões – arquitetado durante a gestão do presidente Geisel e coordenado pela Nuclebrás – e do Programa Autônomo de Tecnologia Nuclear – controlado de perto pelas Forças Armadas e realizado de forma totalmente secreta.

O segundo programa foi realizado de modo paralelo e conduzido concomitantemente ao programa civil; portanto, deveria ser investigado pelo governo. Durante a gestão de Collor de Melo, a fim de reafirmar o caráter pacifista do país e a transparência governamental, instaurou-se uma Comissão de Investigação Parlamentar (CPI) sobre o Programa Autônomo de Tecnologia Nuclear, sendo recomendada a análise de três questões: primeiro, o embarque de Urânio nuclear brasileiro ao Iraque; segundo, esclarecimentos sobre o Projeto Solimões; e, terceiro, a precária fiscalização da CNEN sobre urânio enriquecido, a fim de evitar desvios. A CPI, em curto prazo de investigação, fez graves descobertas. Dado o escopo da monografia, o foco recairá sobre o primeiro item, que marcou o início de uma colaboração tecnológica entre os dois países (OLIVEIRA, 1999, p. 457-460).

Essa colaboração tecnológica incluiu o acordo de cooperação nuclear de 1980, o projeto UPAM e a exploração de urânio da reserva de Abu Skhair. O acordo de 1980,

oficialmente, afirmava que a parceria visava ao uso pacífico da energia nuclear, fornecimento de urânio para o abastecimento de reatores nucleares e fornecimento de serviços de engenharia para a construção das instalações necessárias. Já o Projeto *UPAM* tratava da construção de uma fábrica de dióxido de urânio, uma das primeiras etapas do ciclo de produção de combustível de urânio. Entretanto, foi abandonado em função da Guerra Irã-Iraque e da saída da consultora Mendes Júnior do país. Por fim, sobre a exploração do urânio de Abu Skhair (cidade a 250 km ao sul de Bagdá), havia o envolvimento da firma Minerat Tecnologia Militar Ltda (OLIVEIRA, 1999, p. 465-481).

Entretanto, de acordo com Oliveira (1999), a parceria também se desenvolveu fora dos termos previstos pelos projetos acima, indicando o desejo de alcançar a tecnologia da bomba atômica. A meta final seria formar uma associação militar com o Iraque, que viabilizasse a fabricação da bomba atômica também no Brasil, pois a premissa do Serviço Nacional de Informações (SNI) era de que o Iraque tivesse o controle de tecnologias avançadas ao longo do processo.

Em um contexto de intensas pressões internacionais, particularmente dos EUA<sup>94</sup>, A CPI concluiu que era necessário evitar a venda ou a transferência da tecnologia nacional para outros países, formalizando a opção pacifista da nação brasileira com a proibição de quaisquer atividades relacionadas com artefatos bélicos nucleares no país, como garantia de não se fazer reviver o projeto de construção de uma bomba atômica. Deve se atuar para que a atividade nuclear do país se desenvolva apenas para fins pacíficos (OLIVEIRA, 1999, p. 481).

No entanto, o que importa guardar do programa nuclear brasileiro, foi o desejo de colaborar internacionalmente para o desenvolvimento de tecnologias. A colaboração com o Iraque abriu um precedente para a colaboração com Israel defendida por este estudo. Propõe-se que o Brasil confira massa *in loco* e economias de escala para a indústria de defesa israelense, endogeinizando – em troca – *know-how* tecnológico. A presença brasileira no Oriente Médio se justifica da seguinte forma: sendo inevitável que potências estrangeiras se desloquem para a região e que se confirme uma correlação de forças mais desfavorável para Israel, torna-se sábio antecipar a situação e escolher quais forças atuarão no local. Em outras palavras, o Estado-judeu tem uma janela de oportunidade para dar preferência à presença de determinados países, assim controlando parcialmente a quantidade de homens que os demais

---

<sup>94</sup>As preocupações estadunidenses giravam em torno do fato de – até o momento – o Brasil nunca ter assinado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e, segundo, porque afastou todas as possibilidades de fiscalização internacional às pesquisas nucleares do país.

países enviarão. Em suma, a justificativa social para esta monografia gira em torno do argumento que uma parceria entre Brasil e Israel seria mutuamente benéfica.



## REFERÊNCIAS

- AIRCRAFT ALLIANCE. **Key facts about the Queen Elizabeth Class**. 2016. Disponível em: <<http://www.aircraftcarrieralliance.co.uk/~media/Files/A/Aircraft-Carrier-Alliance-V2/documents/key-facts-v2.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2016.
- AL JAZEERA (Doha). **American military bases near Iran**. 2016. Disponível em: <[https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1XmUD73hHQVBbdm8UcIrRtAcCgTg&hl=en\\_US&ll=6.787011898804192,70.41429500000004&z=3](https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1XmUD73hHQVBbdm8UcIrRtAcCgTg&hl=en_US&ll=6.787011898804192,70.41429500000004&z=3)>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- ALONI, Shlomo. **Arab-Israeli air wars 1947-1982**. Madrid: Delprado, 2001.
- ALZANDANI, Bakeel Ahmed. **The Bush Doctrine, the War on Terror, and American promotion of democracy in the Middle East: the cases of Egypt and Yemen**. 2010. Dissertation (Masters Degree in International Law) – Lincoln, Univeristy of Nebraska, Lincoln, 2010. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/dissertations/AAI3412269>>. Acesso em: 17 maio 2016.
- BALL, Sam. Analysis: What’s behind the UK ‘return’ to the Middle East? **France 24**, Paris, 7 Dec. 2014. Disponível em: <<http://www.france24.com/en/20141206-analysis-what-behind-uk-return-middle-east-bahrain-navy>>. Acesso em: 06 nov. 2016.
- BIENAIMÉ, Pierre. Here's the aircraft carrier France is sending to chase down ISIS in Iraq. **Business Insider**, New York, 15 Jan. 2015. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/heres-the-aircraft-carrier-france-is-sending-to-chase-down-isis-in-iraq-2015-1>>. Acesso em: 02 nov. 2016.
- BORGER, Julian. Iran Nuclear Deal: the key points. **The Guardian**, London, 14 July 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2015/jul/14/iran-nuclear-deal-key-points>>. Acesso: 31 out. 2016.
- BRADLEY, Matt. ISIS Declares New Islamist Caliphate. **The Wall Street Journal**, New York, 29 June 2014. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/isis-declares-new-islamist-caliphate-1404065263>>. Acesso em: 18 nov. 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O gigante fora do tempo: a guerra do Iraque e o sistema global. **Política Externa**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 43-62, jun. 2003.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **EUA-URSS: o grande desafio**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.
- BUCKWALTER, David T. **The 1973 Arab-Israeli War**. Damascus: Penny Hill Press, 2012. Disponível em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/navy/pmi/1973.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- CAMPBELL, Kurt; ANDREWS, Brian. Explaining US ‘Pivot’ to Asia. **Americas**. London: Chatham House, jan. 2013. Disponível em: <[https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Americas/0813pp\\_pivottoasia.pdf](https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Americas/0813pp_pivottoasia.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- CARLUCCI, Pascal. Iran nuclear deal: should we give peace a chance? **The Telegraph**, London, 15 July 2015. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/big->

question-kcl/11740506/Iran-nuclear-deal-should-we-give-peace-a-chance.html>. Acesso em: 18 nov. 2016.

CHULOV, Martin. Isis insurgents seize control of Iraqi city of Mosul. **The Guardian**, London, 10 June 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/jun/10/iraq-sunni-insurgents-islamic-militants-seize-control-mosul>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

CORDESMAN, Anthony. US-Iranian competition: the Gulf military balance – i. the conventional and asymmetric dimensions. **Center for Strategic & International Studies**, Washington, Jan. 2014. Disponível em: <[http://csis.org/files/publication/140131\\_Cordeman\\_GulfMilitaryBalance\\_VolumeI\\_Web.pdf](http://csis.org/files/publication/140131_Cordeman_GulfMilitaryBalance_VolumeI_Web.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2016.

COUGHLIN, Con. The Saudis are ready to go nuclear. **Telegraph**, London, 08 June 2015. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/saudiArabia/11658338/The-Saudis-are-ready-to-go-nuclear.html>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

DONDONIS et al. Combined Joint Task Force: Operation Inherent Resolve. In: **UFRGSMUN Study Guide**, Porto Alegre, v. 3, p. 77-132, 2015.

DUNNIGAN, James F. **How to make war**. New York: Quill, 2003.

DUNSTAN, Simon. **The Yom Kippur War 1973 (2): the Sinai**. Oxford: Osprey, 2003.

DUNSTAN, Simon. **The Yom Kippur War 1973 (1): The Golan Heights**. Oxford: Osprey, 2003.

EVANS, Michael. From Kadesh to Kandahar. In: MAHNKEN, Thomas G.; MAIOLO, Joseph A. (Ed.). **Strategic studies: a reader**. New York: Routledge, 2008. p. 375-390.

FELDBERG, S. **Estados Unidos e Israel: uma aliança em questão**. São Paulo: Hucitec, 2008.

FERREIRA, Thiago Borne. **Guerra irregular complexa: Aspectos Conceituais e o Caso da Batalha de Vukovar**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FULTON, Will; HOLLIDAY, Joseph; WIER, Sam. **Iranian strategy in Syria**. Washington: Institute For The Study Of War, 2013. Disponível em: <<http://www.understandingwar.org/sites/default/files/IranianStrategyinSyria-1MAY.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

GALULA, D. Counterinsurgency warfare: theory and practice. In: MAHNKEN, Thomas G.; MAIOLO, Joseph A. (Ed.). **Strategic studies: a reader**. New York: Routledge, 2008. p. 287-307.

GRAHAM, David A. What Is France doing in Syria? **The Atlantic**, Washington, 15 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/11/france-syria-iraq-isis/416013/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

GUEVARA, Ernesto. **A Guerra de guerrilhas**. São Paulo: Populares, 1982.

GUNZINGER, Mark; DOUGHERTY, Chris. **Outside-In: operating from range to defeat Iran's anti-access and area-denial threats**. Washington: Center Center for Strategic and Budgetary Assessments - CSBA, 2011.

HERITAGE FOUNDATION. Middle East. In: HERITAGE FOUNDATION. **2016 index of U.S. military strength**. Washington, 2016. p. 95-109.

HEYDTE, Friedrich. A. **A guerra irregular moderna: em políticas de defesa e como fenômeno militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

HOLMQUIST, E. ISIS and Hezbollah. **FOI report**, 2015. p. 13-30.

IHS MARKIT. IHS reveals Saudi Arabia's undisclosed missile Site. In: \_\_\_\_\_. **New releases**. London, 11 July 2013. Disponível em: <<http://news.ihsmarket.com/press-release/defense-risk-security/ihs-reveals-saudi-arabias-undisclosed-missile-site>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

INSTITUTE FOR THE STUDY OF WAR (ISW). ISIS Sanctuary Map: May 20, 2015. ISW, 20 de maio de 2015. Disponível em: <<http://iswresearch.blogspot.com.br/2015/05/isis-sanctuary-map-may-20-2015.html>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

ISRAEL, Ministry of Foreign Affairs. **Winnograd Comission**: Press Release. Israel: 2007.

JONES, Seth G. **The future of irregular warfare**: Testimony presented before the House Committee on Armed Services, Subcommittee on Emerging Threats and Capabilities on March 27, 2012. Washington, 27 Mar. 2012.

KREPINEVICH, Andrew F.. **Critical Mass: Nuclear Proliferation in the Middle East**. Washington: Center Center For Strategic And Budgetary Assessments - CSBA, 2013.

KULL, Steven et al. **World public opinion on the Israeli-Palestinian conflict**. Washington: World Publicopinion.org, 1 July 2008.

LAFFIN, John. **The war of desperation**: Lebanon. London: Osprey, 1985.

LAWRENCE, T.E. Science of guerrilla warfare. In: MAHNKEN, Thomas G.; MAIOLO, Joseph A. (Ed.). **Strategic studies: a reader**. New York: Routledge, 2008. p. 244-251.

LE MIÈRE, Christian. UK returning East of Suez. INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **Manama Voices**. Manama, 06 Dec. 2014. Disponível em: <<http://www.iiss.org/en/manama%20voices/blogsections/2014-b2cd/east-of-suez-b678>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

LOCK-PULLAN, Richard. **US intervention policy and army innovation: from Vietnam to Iraq**. New York: Routledge, 2006.

LONG, Charles B. **Analysis of the Six Day War, June 1967**. Montgomery: Maxwell AFB, Air Command and Staff College, 1984. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a146294.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MACK, A. Why big nations lose small wars. In: MAHNKEN, Thomas G.; MAIOLO, Joseph A. (Ed.). **Strategic studies: a reader**. New York: Routledge, 2008. p. 308-325.

MAJUMDAR, David. Russia's only aircraft carrier is headed for Syria (but suffers from one big flaw). **The National Interest [blog]**, Washington, 19 Sept. 2016. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/blog/the-buzz/russias-only-aircraft-carrier-headed-syria-suffers-one-big-17756>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

MALKA, Haim. **Crossroads: the future of US-Israel strategic partnership**. Washington: Center for Strategic International Studies, 2011.

MARTEL, William C. **Grand strategy in theory and practice: the need for an effective American foreign policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MCKERNAN, Bethan. Largest Russian military deployment since Cold War passes through British waters en route to 'crush' Aleppo. **Independent**, London, 20 Oct. 2016. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/russia-syria-aleppo-putin-assad-largest-military-attack-since-cold-war-end-through-british-waters-to-a7370951.html>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

MEARSHEIMER, John J. Why the Soviets can't win quickly in Central Europe. **International Security**, Cambridge, v. 7, n. 1, p. 3-39, Summer 1982.

MEARSHEIMER, John J. Imperial by design. **The National Interest**, Washington, n. 111, 2011.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **The Israel lobby and U.S. foreign policy**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007. Disponível em: <[http://defenderlapatria.com/The Israel Lobby and US Foreign Policy.pdf](http://defenderlapatria.com/The%20Israel%20Lobby%20and%20US%20Foreign%20Policy.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2016.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. The Israel lobby and U.S. foreign policy. **Middle East Policy**, Washington, v. 8, n. 3, p.29-87, Mar. 2006. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/IsraelLobby.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

MIZOKAMI, Kyle. Weapons of War: The Five Deadliest Air Defense Missiles. **The National Interest**, Washington, 29 July 2014. Disponível em <<http://nationalinterest.org/feature/weapons-war-the-five-deadliest-air-defense-missiles-10969>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

MOHNS, Erik; BANK, André. Syrian revolt fallout: end of the Resistance Axis? **Middle East Policy**, Washington, v. 19, n. 3, 2012.

MUMTAZ, Kashif. ISIS: assessment of threat for Afghanistan, Pakistan and South and Central Asia. **Strategic Studies**, Islamabad v.36, n.1, p. inicial-final, 2016.

NEVES JÚNIOR, Edson José. **A modernização militar da Índia: as virtudes do modelo híbrido**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NOSSITER, Adam; GLADSTON, Rick. Paris attacks kill more than 100, police say; border controls tightened. **The New York Times**, New York, 13 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/11/14/world/europe/paris-shooting->

attacks.html?\_r=1&module=Slide&region=SlideShowTopBar&version=SlideCard-1&action=Click&contentCollection=Europe&slideshowTitle=Deadly%20Attacks%20in%20Paris&currentSlide=1&entrySlide=1&pgtype=imageslideshow>. Acesso em: 09 nov. 2016.

OLIVEIRA, Maria Odete de. **Os descaminhos do Brasil nuclear**. Ijuí: Unijuí, 1999.

PEREIRA, Carlos Santos. Dez anos de guerra no Afeganistão. **Nação e Defesa**, Lisboa, n. 130, p.179-216, 2011.

PEROSA JUNIOR, Edson José. A política externa estadunidense no Oriente Médio e a formulação da Doutrina Carter (1977-1981). **Urutágua**, Maringá, v. 1, n. 28, p.97-109, maio 2013.

PINHEIRO, Leandro Guerreiro C. Guerra do Iraque: análise de sua legalidade frente ao Direito Internacional contemporâneo. **Soleis**, Rio de Janeiro, 23 maio 2009. Disponível em: <[http://soleis.com.br/artigos\\_guerra\\_iraque.htm](http://soleis.com.br/artigos_guerra_iraque.htm)>. Acesso em: 15 nov. 116.

POLMAR, Norman. The U.S. Navy Electronic Warfare (Part 2). **Proceedings Magazine**, Maryland, v. 105, Nov. 1979.

PUTNAM, R.D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International Organization**, New York, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

READ, Russ. Potential Saudi nuke purchase from Pakistan remains a mystery. **Daily Caller**, Washington, 23 Jan. 2016. Disponível em: <<http://dailycaller.com/2016/01/23/potential-saudi-nuke-purchase-from-pakistan-remains-a-mystery/#ixzz4Q7ItlZZ2>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

REIS, João Arthur da Silva. Impactos da mudança do perfil das forças armadas sobre a Grande Estratégia dos Estados Unidos (1973-2003). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 9., Florianópolis, 2016. , 9., 2016, Florianópolis. **Forças Armadas e sociedade civil: atores e agendas da defesa nacional no Século XXI: anais eletrônicos...** Florianópolis: Associação Brasileira em Estudos de Defesa, 2016. p. 1-21. Disponível em: <[http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466355040\\_ARQUIVO\\_REIS-ArtigoENABED.pdf](http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466355040_ARQUIVO_REIS-ArtigoENABED.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ROBERTO, William Moraes. **A política externa do Irã e o impacto do conflito na Síria**: alterações geopolíticas regionais e a estratégia iraniana. 2015. Trabalho de conclusão (Graduação em Relações Internacionais) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ROBERTS, Adam. The ‘War on Terror’ in historical perspective. In: MAHNKEN, Thomas G.; MAIOLO, Joseph A. (Ed.). **Strategic studies: a reader**. New York: Routledge, 2008. p. 398-420.

ROUHANI, Hassan. **Statement by H. E. Dr. Hassan Rouhani President of the Islamic Republic of Iran at the Sixty-eight Session of the United Nations General Assembly**. New York: United Nations, 24 Sept. 2013.

RUMSFELD, Donald H. Transformando as Forças Armadas. **Política Externa**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 12-22, 2002.

SCHINDLER, Colin. **A history of modern Israel**. 2nd. ed. New York: Cambridge University Press, 2013.

SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Theresa L. **The Whirlwind War: The United States Army in Operations Desert Shield and Desert Storm**. Washington: General Editors, 1995.

SEURAT, Leila. French policies in the Middle East: high ambitions, declining influence. **Aspen Institute**, Washington, 17 Mar. 2015. Disponível em: <<https://www.aspeninstitute.it/aspenia-online/article/french-policies-middle-east-high-ambitions-declining-influence>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

SHALOM, Z. Israel, the United States, and the Nuclear Agreement with Iran: insights and implications. **Strategic Assessment**, Tel Aviv, v. 18, n. 4, p.19-28, Jan. 2016. Disponível em: <[http://www.inss.org.il/uploadImages/systemFiles/adkan18\\_4ENG3\(5\)373036804.pdf](http://www.inss.org.il/uploadImages/systemFiles/adkan18_4ENG3(5)373036804.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SHARP, Jeremy M. **U.S. foreign aid to Israel**. Washington: Congressional Research Service, 10 June 2015. (CRS Report for Congress). Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL33222.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SHIDELER, Kyle. Boko Haram: what it means to swear an oath. **Center for Security Policy**, Washington, 11 Mar. 2015. Disponível em: <<http://www.centerforsecuritypolicy.org/2015/03/11/boko-haram-what-it-means-to-swear-an-oath/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

SHY, J.; COLLIER, T. Revolutionary war. In: PARET, Peter (Ed.). **Makers of modern strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age**. New Jersey: Princeton, 2008. p. 815-862.

SMITH, Grant F. **American public opinion on U.S. aid to Israel: who wants to pay for nuclear-armed Israel's "Qualitative Military Edge"?** Washington: Institute for Research: Middle Eastern Policy, 2014.

SPECTOR, Iftach. **Alto e bom som: memórias de um piloto israelense**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SPRING, Baker. Operation Iraqi Freedom: military objectives met. In: HERITAGE FOUNDATION. **Research: reports**. Apr. 2003. Disponível em: <<http://www.heritage.org/research/reports/2003/04/operation-iraqi-freedom-military-objectives-met>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

STRATFOR GLOBAL INTELLIGENCE. Despite competing interests, the United States will need Iran to fight the Islamic State. In: STRATFOR GLOBAL INTELLIGENCE. **Analysis**. Austin, 24 Sept. 2014. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/analysis/despite-competing-interests-united-states-will-need-iran-fight-islamic-state>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

STRATFOR GLOBAL INTELLIGENCE. Nuclear Deal is Reached With Iran. In: STRATFOR GLOBAL INTELLIGENCE. **Analysis**. Austin, 24 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.stratfor.com/analysis/nuclear-deal-reached-iran>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

TAYLOR, Alan R. Confrontation. In: TAYLOR, Alan R.. **The Superpowers and the Middle East**. Syracuse: Syracuse University Press, 1991. Cap. 1, p. 22-48.

TELHAMI, Shibley. **American public attitudes towards the Israeli-Palestinian conflict**. Maryland: The Center for Middle East Policy, 5 Dec. 2014.

TESSARO, Jessika. Aproximação e impasses entre Estados Unidos e Irã. **Ceiri Newspaper**, São Paulo, 12 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.jornal.ceiri.com.br/pt/aproximacao-e-impasses-entre-estados-unidos-e-ira/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. **War and anti-war: making sense of today's global chaos**. New York: Warner, 1993.

TRENIN, Dmitri. **Russia in the Middle East: Moscow's objectives, priorities, and policy drivers**. Moscow: Carnegie Moscow Center, 5 Apr. 2016. Disponível em: <<http://carnegie.ru/2016/04/05/russia-in-middle-east-moscow-s-objectives-priorities-and-policy-drivers-pub-63244>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

TRIZOTTO, Laís Helena Andreis. A experiência israelense na guerra do Líbano e a Doutrina da Batalha Aeroterrestre. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 9., Florianópolis, 2016. , 9., 2016, Florianópolis. **Forças Armadas e sociedade civil: atores e agendas da defesa nacional no Século XXI: anais eletrônicos...** Florianópolis: Associação Brasileira em Estudos de Defesa, 2016. p. 1-20. Disponível em: <[http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466384413\\_ARQUIVO\\_LaisTrizottoAExperienciaIsraelensenaGuerradoLibanoeaDoutrinadaBatalhaAeroTerrestre\(ENABED\).pdf](http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466384413_ARQUIVO_LaisTrizottoAExperienciaIsraelensenaGuerradoLibanoeaDoutrinadaBatalhaAeroTerrestre(ENABED).pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2016.

TRIZOTTO, Laís Helena Andreis. **A experiência militar israelense e a Doutrina da Batalha AeroTerrestre**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

UNITED KINGDOM. Royal Navy. **HMS Prince of Wales**. 2016. Disponível em: <<http://www.royalnavy.mod.uk/princeofwales>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

UNITED NATIONS. **UN Security Council Resolution 1566: terrorism**. 2004. Disponível em: <<http://i.cfr.org/content/publications/attachments/SC1566.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

UNITED NATIONS. **UN Security Council Resolution 678**. 1990. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/575/28/IMG/NR057528.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of the Army; Department of the Navy. **Joint publication 1-02: dictionary of military and associated terms**. Washington, 15 Feb. 2016. Disponível em: <[http://www.dtic.mil/doctrine/new\\_pubs/jp1\\_02.pdf](http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1_02.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2016.

UNITED STATES OF AMERICA. **National strategy for combating terrorism**. Washington, 2003.

UNITED STATES OF AMERICA. **Sustaining U.S. global leadership: priorities for 21st century defense**. Washington, 2012a.

UNITED STATES OF AMERICA. UNITED STATES MILITARY ACADEMY WEST POINT. . **Arab Israeli Maps**. 2012b. Disponível em: <[http://www.westpoint.edu/history/SiteAssets/SitePages/Arab Israel/](http://www.westpoint.edu/history/SiteAssets/SitePages/Arab%20Israel/)>. Acesso em: 25 nov. 2016.

URBAN, Mark. Saudi nuclear weapons 'on order' from Pakistan. **BBC**, London, 6 Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-24823846>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

USAID (United States Of America). **Reports and Data**. 1973-2014. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

VINE, David. The U.S. has an empire of bases in the Middle East: and it's not making anyone safer. **Foreign Policy in Focus**, Washington, 20 Jan. 2016. Disponível em <<http://fpif.org/u-s-empire-bases-middle-east-not-making-anyone-safer/>>. Acesso em: 17 maio 2016.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular moderna: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.

VISENTINI, Paulo F. **A primavera árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O grande Oriente Médio: da descolonização à Primavera Árabe**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2014.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Long Grove: Waveland Press, 1979.

WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. **Estado Islâmico: desvendando o exército do terror**. São Paulo: Seoman, 2015.

WEZEMAN, Pieter D.; WEZEMAN, Siemon T. **Trends in international arms transfers, 2014**. Stockholm: SIPRI, Mar. 2015. (SIPRI fact sheet). Disponível em: <<http://books.sipri.org/files/FS/SIPRIFS1503.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

WUNDERLE, William; BRIERE, Andre. U.S. foreign policy and Israel's Qualitative Military Edge: the need for a common vision. **Policy Focus**, Washington, v. 80, n. 1, p.1-21, Jan. 2008. Disponível em: <<https://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/PolicyFocus80Final.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Moraes. A Guerra do Golfo (1991): uma análise das operações Escudo e Tempestade no Deserto. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE, 20., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH/SP; Franca: UNESP, 2010. p. 1-14.